



**PERSPECTIVAS DO ENSINO DO PORTUGUÊS DO BRASIL
NO JAPÃO, NA CONTEMPORANEIDADE**

Patrícia Dias Hadama

Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa



**PERSPECTIVAS DO ENSINO DO PORTUGUÊS DO BRASIL
NO JAPÃO, NA CONTEMPORANEIDADE**

Patrícia Dias Hadama

Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabelle Simões Marques

RESUMO

A Língua Portuguesa foi amplamente difundida no mundo como consequência dos processos de colonização portuguesa, bem como de outras formas de presença, tais como atividades comerciais, missionárias e diplomáticas, que se estenderam por diversos continentes, seja por longos períodos ou de forma passageira, como ocorreu no Japão. Ao longo da história, é possível identificar vínculos antigos entre Portugal e Japão e, conseqüentemente, a presença da Língua Portuguesa. Entretanto, a conexão com a língua se intensificou em tempos mais recentes, com o estreitamento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão. Esta pesquisa busca apresentar os impactos e as influências da presença portuguesa no século XV, bem como a posterior formação de uma expressiva comunidade brasileira no Japão, a qual proporcionou o desenvolvimento de três vertentes do ensino da língua: PLM (Português como Língua Materna), PLH (Português como Língua de Herança) e PLE (Português como Língua Estrangeira). Em termos metodológicos, optou-se por uma abordagem que combina pesquisa bibliográfica e de campo, com o objetivo de coletar dados de jovens brasileiros e japoneses, que pudessem elucidar como a Língua Portuguesa vem se desenvolvendo nas três modalidades mencionadas. Os resultados revelaram que há um impacto considerável na vida e nas projeções de futuro dos estudantes inseridos nos contextos de PLM e PLH. Quanto ao PLE, observou-se que a escolha pelo aprendizado da língua não está, necessariamente, vinculada à comunidade brasileira e que, embora seja considerada por muitos uma língua complexa e difícil, os aprendizes demonstram interesse pelo Brasil e pela sua cultura. Este estudo possibilitou compreender o desenvolvimento da Língua Portuguesa nas terras nipônicas, mas, sobretudo, refletir sobre o distanciamento cultural entre brasileiros e japoneses, o qual pode dificultar a integração e a construção de uma identidade cultural compartilhada.

Palavras-chave: Brasileiros no Japão. Língua Portuguesa no Japão. Português como Língua Materna. Português como Língua de Herança. Português como Língua Estrangeira.

ABSTRACT

The Portuguese language was widely spread across the globe due to Portuguese colonization, as well as through other forms of presence such as trade, missionary work, and diplomatic activities that extended across various continents, either over long periods or briefly, as was the case in Japan. Throughout history, it is possible to identify early connections between Portugal and Japan, and consequently, the presence of the Portuguese language. However, this connection with the language intensified more recently with the strengthening of diplomatic relations between Brazil and Japan. This paper aims to present the impacts and influences of Portuguese presence in the 15th century, as well as the later formation of a significant Brazilian community in Japan, which led to the development of three strands of Portuguese language teaching: PLM (Portuguese as a Mother Tongue), PLH (Portuguese as a Heritage Language), and PLE (Portuguese as a Foreign Language). Methodologically, the study adopts a combined approach of bibliographic and field research to collect data from Brazilian and Japanese youth to better understand how the Portuguese language has evolved across the three teaching modalities. The results show a considerable impact on the lives and future aspirations of students within PLM and PLH. Regarding PLE, it was observed that the decision to learn Portuguese is not necessarily tied to the Brazilian community and that, although many consider it a complex and difficult language, learners show interest in Brazil and its culture. This study provided insight into the development of the Portuguese language in Japan, and more importantly, it prompted reflection on the cultural gap between Brazilians and Japanese, which can hinder integration and the construction of a shared cultural identity.

Keywords: Brazilians in Japan. Portuguese Language in Japan. Portuguese as a Mother Tongue. Portuguese as a Heritage Language. Portuguese as a Foreign Language.

Dedico esta dissertação ao meu amado esposo, Carlos Kora, sempre sensível às minhas necessidades e presente em todos os momentos. Mais do que um cônjuge, é o meu maior apoiador na realização dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, que, de distintas formas, sempre me incentivaram a chegar até aqui, e aos meus amados familiares das famílias Hadama, Moromizato e Sousa. Muito antes de qualquer conquista, ainda na minha tenra idade, prepararam-me para a vida - fosse no Brasil, no Japão ou em qualquer outra parte do mundo, pois valores morais são heranças que posso carregar comigo em qualquer lugar que eu vá.

Registro a minha especial gratidão à Professora Doutora Isabelle Simões Marques, pela constante orientação e pelo amparo ao longo desta jornada, e à Professora Nilta Dias, profissional de excelência, querida amiga a quem admiro profundamente, e que me auxiliou na escolha do tema desta pesquisa.

A minha imensa gratidão se estende às queridas amigas Iraneth Okada e Lania Fukuchima, cuja companhia e ajuda foram inestimáveis. Vocês são minhas irmãs de coração e representam um dos pilares fundamentais que sustentaram minha trajetória acadêmica.

Sou grata aos meus alunos, que colaboraram generosamente com esta pesquisa, bem como a todos os participantes que, com sensibilidade e disponibilidade, compartilharam as suas histórias de vida, permitindo-me retratar, da forma mais fiel possível, a realidade dos brasileiros no Japão.

À minha irmã, que sempre está presente, mesmo à distância, deixo também o meu sincero agradecimento.

Com muito carinho e reconhecimento, agradeço à Universidade Paulista – Polo Japão, instituição na qual cursei a minha primeira graduação e onde tenho o prazer de atuar profissionalmente, ao lado das queridas Edna Brandão, Mayumi Oshima e Silvia Minami.

Por fim, estendo a minha gratidão a todos que, mesmo não mencionados nominalmente, contribuíram de múltiplas maneiras para que este trabalho se concretizasse.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEBJ	Associação das Escolas Brasileiras no Japão
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EAD	Ensino a Distância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PLE	Português como Língua Estrangeira
PLM	Português como Língua Materna
PLH	Português como Língua de Herança
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sexo	78
Gráfico 2: Idade	78
Gráfico 3: Nível de Português	78
Gráfico 4: Tempo de estudo da Língua Portuguesa	78
Gráfico 5: Relações históricas e diplomáticas entre Brasil e Japão	79
Gráfico 6: Conhecimento da existência da comunidade brasileira no Japão	80
Gráfico 7: Visão dos nativos sobre os estrangeiros descendentes	80
Gráfico 8: Relevância sobre aspectos fenotípicos.....	81
Gráfico 9: A relação social entre japoneses e brasileiros	82
Gráfico 10: Conhecimento prévio sobre a cultura brasileira	83
Gráfico 11: Interesse na cultura brasileira	84
Gráfico 12: Traços marcantes da cultura brasileira	85
Gráfico 13: Traços marcantes da personalidade dos brasileiros.....	86
Gráfico 14: Conhecimentos sobre a expansão da Língua Portuguesa no mundo	87
Gráfico 15: Expectativas profissionais sobre a Língua Portuguesa.....	88
Gráfico 16: Contato com outras línguas	89
Gráfico 17: Contato com outros países	89
Gráfico 18: Visão geral dos estudantes sobre o aprendizado da Língua Portuguesa	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Palavras japonesas de origem portuguesa	23
Tabela 2: Família 1.....	40
Tabela 3: Questões abordadas	41
Tabela 4: Família 2.....	42
Tabela 5: Questões abordadas	43
Tabela 6: Família 3.....	44
Tabela 7: Questões abordadas	45
Tabela 8: Lista de escolas.....	53
Tabela 9: Família 1.....	64
Tabela 10: Questões abordadas	64
Tabela 11: Família 2.....	65
Tabela 12: Questões abordadas	65
Tabela 13: Família 3.....	66
Tabela 14: Questões abordadas	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A TRAJETÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO JAPÃO	18
2.1 Portugal e Japão: primeiros contatos e o período Nanban	18
2.2 Heranças linguísticas: a Língua Portuguesa de Portugal no Japão	21
2.3 Imigração japonesa no Brasil	24
2.4 Movimento de kassegui: o retorno dos descendentes à pátria dos seus antepassados	27
2.5 A comunidade brasileira no Japão	30
2.6 Definições conceituais: PLM, PLH E PLE	33
2.6.2 Português como Língua de Herança (PLH).....	34
2.6.3 Português como Língua Estrangeira (PLE).....	35
3 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA MATERNA (PLM) NO JAPÃO	36
3.1 A Construção do Português como Língua Materna (PLM).....	36
3.2 O Perfil das famílias que optam pela educação brasileira vivendo no Japão	39
3.2.1 Interpretação e considerações	41
3.2.2 Interpretação e considerações	43
3.2.3 Interpretação e considerações	45
3.2.4 Análise Geral das Entrevistas	47
3.3 O ensino do PLM nas escolas brasileiras no Japão.....	50
3.4 O perfil dos estudantes das escolas brasileiras	54
4 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE HERANÇA (PLH).....	56
4.1 Conceitos do Português como Língua de Herança (PLH).....	56
4.2 Perfil dos estudantes de PLH no Japão.....	57
4.3 O ensino do PLH na comunidade brasileira	61
5 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NO JAPÃO (PLE).....	69
5.1 A disseminação do PLE no Japão na atualidade	69
5.2 Fatores individuais e contextuais no ensino-aprendizagem do PLE.....	71
5.3 O PLE nas universidades japonesas	72
6 PESQUISA DE CAMPO	75
6.1 Metodologia e fundamentação teórica	75
6.2 Reflexão ética sobre a recolha de dados	76
6.3 Apresentação e análise dos questionários aplicados	77
6.4 Materiais didáticos disponíveis no Japão	91
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	101

1 INTRODUÇÃO

A Língua Portuguesa é um dos idiomas mais falados no mundo. Atualmente, contabiliza cerca de 260 milhões de falantes, segundo o Instituto Camões¹, I. P. (IC, I. P.). A sua disseminação provém do período das grandes navegações, sobre as quais Portugal foi o pioneiro nos territórios ainda não explorados, resultando em grandes colonizações e, por consequência, na difusão da sua língua, legado que definiu o idioma oficial de vários países até os dias atuais.

O Japão, país formado por um arquipélago isolado no Oceano Pacífico a leste do continente asiático, ainda que possua uma língua e cultura muito distintas e, aparentemente, sem qualquer vínculo lusófono ou brasileiro, tem, hodiernamente, uma considerável conexão com a Língua Portuguesa.

A presença da Língua Portuguesa no Japão é estabelecida dentro de uma linha cronológica em três períodos distintos: o primeiro com a chegada dos navegadores portugueses ao Japão em 1543 ou 1544 até uma ordem de expulsão em 1639. O segundo momento ocorreu em 1860, com a retomada das relações diplomáticas entre Portugal e Japão.

Em 1908, iniciou-se, no Brasil, uma expressiva imigração japonesa, que resultou na formação de uma grande comunidade japonesa no Brasil. Após muitas décadas, as alianças diplomáticas permitiram que os descendentes desses imigrantes japoneses retornassem ao Japão com propostas de trabalho, por uma consecução de vistos especiais. Por conseguinte, esse acontecimento é o terceiro marco que leva ao Japão o Português do Brasil, em decorrência de uma numerosa imigração de nipo-brasileiros (brasileiros descendentes de japoneses), que se iniciou na década de 1980 e que ainda continua a ocorrer atualmente.

Este último dado possibilita a delimitação do *corpus* desta pesquisa, uma vez que a disseminação contemporânea do Português do Brasil está intimamente ligada às relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, pelas óticas comerciais e migratórias, que possibilitaram o surgimento de uma grande e estruturada comunidade brasileira.

A presença de um corpo social brasileiro no Japão propiciou o desenvolvimento de três vertentes do ensino do Português do Brasil: Português

¹Cf. <https://encurtador.com.br/zNAS>. Acesso em: 12 jan. 2024.

como Língua Materna (PLM), Português como Língua de Herança (PLH) e Português como Língua Estrangeira (PLE), os quais são o foco desta pesquisa.

A delimitação do objeto e do *corpus* de trabalho é fundamentada no contato da Língua Portuguesa em dois períodos distintos: no primeiro contato, com os portugueses em torno de 1543 e, posteriormente, o Português do Brasil desenvolvido em terras nipônicas. Portanto, pretende-se analisar, nesta pesquisa, a dispersão da Língua Portuguesa do Brasil no Japão contemporâneo, mas também contextualizar o primeiro contato que deixou influências na língua japonesa.

No tocante a isso, a presente análise se propõe a investigar de forma minuciosa o ensino do Português do Brasil na comunidade brasileira e nas universidades japonesas.

No Japão, o Português do Brasil é transmitido de diferentes maneiras e a difusão da língua ocorre em três vertentes distintas. A primeira delas é ensinada como PLM dentro de um sistema de ensino regular nas escolas brasileiras instaladas no Japão, que possuem homologação do Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC). A segunda é estabelecida com o PLH, em que as gerações mais jovens – filhos de brasileiros residentes no Japão –, aprendem o Português como língua adicional com os familiares e em cursos livres oferecidos, informalmente, dentro da comunidade brasileira. A terceira vertente se trata do PLE, aplicado nas universidades japonesas como componente curricular optativo.

Em virtude disso, o *corpus* deste trabalho concerne na investigação e no levantamento de informações atualizadas sobre as dinâmicas presentes no ensino da língua como PLM (Português como Língua Materna), PLH (Português como Língua de Herança) e PLE (Português como Língua Estrangeira). Ademais, é importante ressaltar que, durante a pesquisa, questões sobre identidade cultural e multiculturalismo também serão abordadas.

Além disso, o enquadramento da pesquisa busca analisar as três vertentes do Português do Brasil desenvolvidas na atualidade, considerando todas as diferentes nuances que cada uma possui.

Atualmente, o Japão possui uma grande comunidade brasileira formada basicamente de brasileiros descendentes de japoneses, segundo o Consulado-Geral do Brasil em Tóquio. Em um levantamento realizado em 2023, há cerca de

209.430² brasileiros residindo no Japão. Embora possuam uma ligação direta com o povo japonês, a maioria possui um elo muito forte com o Brasil, país onde nasceram e cresceram. A maioria sequer domina o idioma japonês. Essa falta de adaptação ocorre em função de diversos fatores, mas o de maior relevância se encontra no fato de que as vagas de trabalho oferecidas no Japão aos estrangeiros são em atividades na produção automotiva, em que o trabalho é braçal e penoso. Por esse motivo, entre outros, como as diferenças culturais, a maior parte dos brasileiros estabelece um prazo de estadia. Eles buscam permanecer por alguns anos para economizar algum valor monetário e retornar ao Brasil. Dessa forma, o interesse em aprender a língua local diminui, pois consideram o país uma realidade provisória, sem a necessidade de adaptação plena.

Considerando esse contexto, temos dentro da comunidade brasileira inúmeras escolas regulares, que oferecem ensino primário, secundário e médio. Dessa forma, quando a família retorna ao Brasil, o estudante está em conformidade com a grade escolar do Brasil, podendo prosseguir os seus estudos sem qualquer prejuízo ou atraso. Nessa circunstância, encontramos o PLM, que abarca parte desta pesquisa.

Ainda tratando da comunidade brasileira no Japão, há também algumas famílias que decidiram viver definitivamente no país. Essas matriculam os seus filhos em escolas regulares japonesas e, por consequência, o português se estabelece como uma língua de herança, utilizada apenas no seio familiar. Muitos pais recorrem aos cursos livres de alfabetização que são ofertados por brasileiros, aplicando o PLH, que também faz parte da temática pesquisada neste trabalho.

Fora do âmbito da comunidade brasileira, temos o PLE (Português como Língua Estrangeira), aplicado nas universidades japonesas como parte da grade de línguas adicionais optativas, que também compõe o *corpus* desta pesquisa. Embora a língua neste caso seja aplicada restritamente ao povo japonês, ainda há, indiretamente, laços com a comunidade brasileira. A escolha dos universitários japoneses pelo Português do Brasil ocorre, em grande parte, porque a demanda por tradutores do Japonês para o Português é grande no mercado de trabalho, em função do perfil dos brasileiros que, na sua maioria, não dominam a língua japonesa.

²Cf: <https://encurtador.com.br/ALpy>. Acesso em: 14 jun. 2023.

Dessa forma, à medida que o Português do Brasil se desenvolve nestes três grandes pilares, abre-se um diálogo sobre multiculturalismo, racismo, adaptação, leis imigratórias, entre outros assuntos. O ensino da língua nestas três vertentes apresenta diferentes desafios e dificuldades a serem superadas que serão apresentadas ao longo desta dissertação.

Partindo de uma observação prévia no caso do PLM, encontramos a sua aplicação em detrimento da língua local (japonês), fato que desfavorece os alunos quanto à experiência de viver no Japão. A falta de vivência da língua na prática cotidiana também torna a linguagem escrita uma realidade distinta entre as suas experiências reais e o conteúdo aplicado na escola brasileira.

No PLH há muitos desafios relacionados à identidade cultural, nos quais muitas crianças não aceitam a origem dos pais, omitindo as suas raízes por serem, recorrentemente, alvos de ofensas discriminatórias. Há também questões relacionadas com a visão estereotipada que a comunidade brasileira possui no Japão. Em função da diferença cultural, o comportamento muito expressivo dos brasileiros é interpretado como um desvio de conduta dentro da comunidade japonesa.

À vista disso, o PLE possui questões como a falta de informação dos alunos japoneses sobre a relevância da Língua Portuguesa. Além de possuírem pouco conhecimento sobre a grande disseminação da língua em todo o mundo, estão restritos ao estigma cultural da imagem do “latino-americano”, equivocando-se, frequentemente, ao imaginar que todos na América Latina possuem um mesmo idioma e cultura.

Quanto aos objetivos desta investigação, busca-se identificar como o ensino do Português do Brasil ocorre no Japão dentro das perspectivas atuais, analisando os grupos envolvidos, os meios e as ferramentas utilizadas na propagação da língua, assim como a cultura inserida nesse contexto.

Ademais, será relatada, de forma linear, a trajetória do Português do Brasil no Japão até a atualidade, descrevendo os fenômenos linguísticos que ocorreram na língua japonesa com a difusão de algumas palavras portuguesas, elucidando acerca dos elementos culturais e o modo como interferem na difusão da língua, bem como descrevendo como o Português do Brasil é transmitido e desenvolvido no Japão e na comunidade brasileira.

Os procedimentos metodológicos serão baseados inicialmente em uma pesquisa bibliográfica e documental sobre todos os pontos a serem debatidos nesta dissertação, que será redigida dentro da norma brasileira, seguindo o novo acordo ortográfico.

Posteriormente, serão analisados dados da pesquisa de campo para estabelecer resultados quantitativos e qualitativos sobre as características do ensino, perfil e número de estudantes do Português do Brasil nos três campos de estudo: PLM (Português como Língua Materna) nas escolas brasileiras situadas em território japonês, PLH (Português como Língua de Herança), por entrevistas com famílias brasileiras e professores que oferecem cursos livres de português, e PLE (Português como Língua Estrangeira) aplicado nas universidades japonesas.

Ademais, foram realizadas consultas com órgãos governamentais, como o Consulado Geral do Brasil, a Embaixada Brasileira, algumas universidades japonesas, o Ministério das Relações Exteriores no Japão e prefeituras locais.

Todas as informações estão agrupadas e classificadas dentro de cada assunto tratado, visando uma análise concreta da realidade que se pretende descrever.

Por fim, todas as informações foram unificadas integrando a dissertação, que pretende elucidar, de forma conclusiva e linear, a temática central obtida ao longo da pesquisa, que é a análise das perspectivas do ensino do Português do Brasil no Japão na contemporaneidade.

2 A TRAJETÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO JAPÃO

2.1 Portugal e Japão: primeiros contatos e o período Nanban

Atualmente, o Japão é visto como um país moderno e de referência em novas tecnologias. Contudo, para compreendermos a trajetória da Língua Portuguesa em terras nipônicas, é necessário retornarmos há cerca de 480 anos, mais precisamente em 1543, época em que Portugal foi pioneiro na aquisição de conhecimentos náuticos, em busca de expansões comerciais e conquistas territoriais.

Esse período entre os séculos XV e XVI ficou conhecido como o “Período das Grandes Navegações”, fase em que os portugueses tiveram contato com diferentes territórios, povos e culturas.

Assim, houve grande interação entre Japão e Portugal, por acordos comerciais e intercâmbios culturais em vários aspectos, como nas áreas artística, religiosa e linguística. Ademais, é possível afirmar que Portugal, indiretamente, colaborou com a unificação do país.

Anteriormente à chegada dos portugueses ao Japão, entre 1514 e 1521, Portugal mantinha relações comerciais com a China. No entanto, as diferenças culturais e o sistema de tributação do Império Ming, que usava de violência, levou à proibição do comércio legal, abrindo precedentes para que o comércio continuasse através de contrabandos, o que posteriormente também ocorreria entre os impérios chineses e japoneses.

Segundo Boxer (1990), por volta de 1540, as relações comerciais entre a China e o Japão foram proibidas pelo imperador chinês Ming, permitindo que os portugueses servissem de intermediários no comércio clandestino entre comerciantes japoneses e chineses.

Sabe-se que, por volta do ano de 1543, os portugueses já frequentavam o Japão, mas não existe, porém, um consenso sobre a forma como o fato ocorreu, existindo várias versões, das quais três se destacam, pela sua maior veracidade, considerando os registros e os documentos da época.

De acordo com antigas escrituras japonesas Teppo-ki (鉄砲記) e Tanegashima Kafu (種子島家譜), os portugueses foram levados pelo pirata chinês Wang Zhi, em 1543, para a ilha de Tanegashima, ao sul do Japão, representado no anexo 1.

Uma segunda versão é encontrada no livro “Tratado dos Descobrimentos”, de 1563, de António Galvão. Nessa versão, o junco³ chinês destinado a chegar em Shuangyu⁴ desviou da rota em uma tempestade, chegando, acidentalmente, em Tanegashima. Estavam a bordo três portugueses: Antônio Peixoto, Antônio da Mota e Francisco Zeimoto.

Fernão Mendes Pinto foi um navegador aventureiro em diversas viagens ao Oceano Índico, que, provavelmente, teve contato com os japoneses. As suas jornadas foram registradas no livro “Peregrinação”, no qual descreve a chegada ao Japão, em 1541.

A chegada dos portugueses ocorreu no Período Sengoku, uma das fases mais conturbadas da história do Japão entre os séculos XV e XVI. Nesse período, o país era liderado pelo Xogum⁵ Ashikaga Shiguemitsu, que estava com o seu poder em total declínio. Aproveitando-se dessa situação, os daimios⁶ e os seus clãs tentavam aplicar um golpe de estado, sucedendo-se uma guerra civil em busca por poder total do território japonês. A introdução da arma de fogo (arcabuz) pelos portugueses elevou o nível de violência nos combates, dando vantagem para o clã com maior poderio bélico.

Em 1603, o Japão foi unificado após a Batalha de Sekigahara, em que Tokugawa Iyeyasu tinha um grande arsenal de armas de fogo como um de seus instrumentos de guerra, promovendo vantagens e, como consequência, o início do Xogunato Tokugawa.

O período em que inicia a chegada dos portugueses no Japão, em 1543 até a expulsão deles entre 1637 e 1641, é denominado como Período Nanban japonês: 南蛮貿易時代, nanban-bōeki-jidai, i.e. “Período do comércio com bárbaros do Sul”.

³ Junco se refere a uma embarcação tradicional chinesa, utilizada para a navegação entre portos, sem perder a costa de vista.

⁴ Shuangyu foi um porto na Ilha Liuheng, na costa de Zhejiang, China. Conhecida pelos portugueses como Liampó, era um ponto de comércio ilegal durante o século XVI.

⁵ Xogum era um título militar usado no período do Japão feudal, equivalente a um comandante do exército.

⁶ Foram poderosos senhores de terras no Japão no século X até meados do século XIX.

Paralelo ao cenário de guerras e disputas entre os clãs, desde a chegada dos portugueses, as influências culturais se expandiram no Japão em todas as áreas. Segundo Takenaga (1988), os portugueses trouxeram muitas contribuições em diversas áreas, a saber:

- a) Astronomia: a teoria geocêntrica de Ptolomeu foi introduzida pelos missionários cristãos;
- b) Ciências Náuticas: houve interesse por parte dos japoneses nas técnicas de navegação e na construção de navios. Oda Nobunaga, em 1578, construiu um barco couraçado de ferro com orientações de profissionais portugueses;
- c) Geografia: os conhecimentos geográficos dos japoneses se limitavam à existência do Japão, Índia e China. Alessandro Valignano trouxe um mapa-múndi e, posteriormente, o atlas mundial de Abraão Ortelius, composto de 53 mapas;
- d) Medicina: em 1556, Luís de Almeida, licenciado para exercer a medicina, introduziu a medicina europeia, fundando um hospital no estilo ocidental, no qual treinava assistentes japoneses. Cristóvão Ferreira deixou o seu legado na prática e em um livro *Nanbartryu Geka Hidensho*, “A Tradição secreta da Cirurgia Nanban”;
- e) Artes: muitas formas de arte foram influenciadas pela presença dos portugueses, tais como peças de cerâmica e objetos decorativos laqueados no estilo Nanban, que ficaram conhecidos como nova tendência na moda. As músicas religiosas foram introduzidas pelos jesuítas, já as músicas seculares foram trazidas por orquestras e bandas formadas por marinheiros portugueses. Houve também influência na arquitetura, como na construção de castelos destinados a serem fortificações militares.

Dentre todas as expressões artísticas, a pintura japonesa foi a que teve mais destaque. As pinturas japonesas que retratavam a cultura ocidental ficaram conhecidas como *Nanban-ga*. O retrato de São Francisco Xavier é uma das obras mais conhecidas. De autoria de um japonês, pintado com maestria, no estilo nipônico, possui uma temática ocidental.

Desse modo, Takenaga (1988) registra que:

A presença européia é notada também no sistema urbanístico de Nagasaki, que era o centro cristão no Japão e um importante ponto para o comércio com Macau, Nagasaki não passava de uma vila de pescadores antes da chegada dos portugueses que a ampliaram com base no sistema grego de Acropolis e no sistema das cidades medievais. Por isso Nagasaki difere muito das cidades japonesas que foram construídas segundo princípios urbanísticos chineses (Takenaga, 1988, p. 13).

Por fim, um dos maiores influenciadores culturais foram as missões Jesuítas, que percorriam pelas regiões em busca de fiéis e novas conversões. Muitos japoneses, naturalmente, aderiram ao cristianismo e à missão de evangelização, que convertia cada vez mais seguidores japoneses.

Tokugawa Ieyasu usufruía do comércio com os portugueses. Entretanto, ao notar que a evangelização estava conectada com as invasões, domínios e colonizações de outras nações, logo percebeu uma grande ameaça, principalmente quando estava trabalhando para a consolidação do seu poder central.

Um édito do governo Tokugawa declarava que Portugueses e Espanhóis não iam ao Japão com intenções de fazer comércio, mas sim com o propósito de evangelizarem os Japoneses e de se apoderarem do Japão. Por essa razão, a sua presença no país era considerada indesejável. Os éditos de 1633 e os que lhes seguiram ditavam a sentença de morte aos Japoneses que, tendo estado noutro país, regressassem ao Japão. Ofereciam também recompensas a quem denunciasse padres católicos e exigiam que os descendentes de Portugueses e Espanhóis saíssem do país (Matsuda, 1965, p. 49).

Após a expulsão de todos os portugueses e europeus, o país adotou uma política externa isolacionista denominada *Sakoku* (鎖国 “país fechado”). Esta política, extremamente rígida, impedia que japoneses saíssem do Japão e estrangeiros entrassem. Com as relações comerciais limitadas, o país se fechou para o resto do mundo por dois séculos.

2.2 Heranças linguísticas: a Língua Portuguesa de Portugal no Japão

Após uma breve introdução histórica, necessária para o entendimento do tema central desta pesquisa, trataremos agora da influência portuguesa que possui maior relevância neste trabalho: a Língua Portuguesa.

Para que possamos compreender como a Língua Portuguesa foi assimilada pelos japoneses, e posteriormente incorporada até os dias atuais, é necessário retomar o contexto histórico, especificamente nas Missões Jesuítas dos portugueses no Japão.

Para que a evangelização fosse propagada, era necessário que houvesse a compreensão por parte da população, ao passo que isso dependia de traduções e manuscritos. Assim, segundo Boxer (1974):

Em 1549, Francisco Xavier dedicou-se a compor tratados religiosos em japonês para circulação entre os possíveis noviços. Tais trabalhos, assim como um dicionário e uma gramática atribuídos ao Padre Duarte da Silva em 1564, devem ter circulado em forma de manuscritos (Boxer, 1974, p. 189-190).

Muitas obras foram traduzidas, mas quase de forma unânime eram religiosas. As poucas obras seculares eram traduzidas com alterações, para que não houvesse nenhum desvio dos valores cristãos.

Replicar as obras era um trabalho árduo, visto que o único método era transcrever os manuscritos à mão. Padre Alessandro Valignano, conseqüentemente, trouxe a tipografia para o Japão; fato que promoveu e facilitou a propagação da Língua Portuguesa.

Por conseguinte, Tuge (1961) escreve que:

Padre Alessandro Valignano (1539-1606) foi o responsável pela introdução da tipografia no Japão. Segundo Boxer, Valignano teria trazido uma máquina de imprimir em 1590 e provavelmente trouxe matrizes de metal para o silabário katakana e para os caracteres sino-japoneses mais comuns. Já Hideomi Tuge fala em japoneses que foram enviados à Europa no século XVI e que voltaram trazendo uma máquina de imprimir (Tuge, 1961, p. 40).

De acordo com Takenaga (1988), entre 1591 e 1614, foi produzido um número considerável de obras religiosas e linguísticas em latim e japonês, cujo nome é referido como Kirishitanhan ou Amakusahan e apresentam três classificações: obras de línguas europeias traduzidas para o japonês; obras japonesas traduzidas e adaptadas para o Português e materiais teóricos de ambas as línguas como trabalhos linguísticos, gramáticas e dicionários, conforme ilustrado no anexo 2.

Durante o processo de evangelização, houve uma grande quantidade de vocábulos da Língua Portuguesa que migraram pelos estrangeirismos linguísticos para a Língua Japonesa. Segundo a obra de Kim (1976), "The portuguese element in Japanese: a critical survey with glossary" eram centenas de palavras utilizadas no período das missões jesuítas, as quais eram, em grande parte, de cunho religioso.

Contudo, atualmente, algumas poucas palavras são usadas. Para melhor exemplificar, apresenta-se a seguir, uma tabela de palavras em uso:

Tabela 1: Palavras japonesas de origem portuguesa.

LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA JAPONESA	PRONÚNCIA EM JAPONÊS (RÔMAJI)
TABACO	タバコ	TABAKO
BOTÃO	ボタン	BOTAN
COPO	コップ	KOPPU
CAPA	カッパ	KAPPA
SABÃO	シャボン	SHABON
VELUDO	ビロード	BIRÔDO
CARTA	カルタ	KARUTA
JARRA	ジョーロ	JÔRO
CARAMELO	キャラメル	KYARAMERU
BISCOITO	ビスケット	BISUKETTÔ
PÃO	パン	PAN
CONFEITO	コンペイトウ	KONPEITÔ
MARMELADA	マーマレード	MÂMARÊDO
CRISTÃO	キリシタン	KIRISHITAN
BALANÇO	ブランコ	BURANKO
OMBRO	おんぶ	ONBU
BOTÃO	ボタン	BOTAN
VARANDA	ベランダ	BERANDA
ÓRGÃO	オルガン	ORUGAN
TEMPORAS	テンプラ	TEMPURÁ

Fonte: Araújo (2025).

Embora o idioma português tenha causado um impacto significativo no japonês, muitas palavras tornaram-se obsoletas. Curiosamente, apesar da censura jesuíta, a Cultura Nanban se desenvolveu em termos qualitativos, observando as excepcionais obras produzidas por jesuítas e japoneses cristãos.

2.3 Imigração japonesa no Brasil

A imigração japonesa no Brasil surgiu a partir de um acordo bilateral (1892), que atendia os problemas dos dois países. O Japão, com efeito, passava por uma profunda crise econômica e alta densidade demográfica. Noutro extremo, o Brasil necessitava com urgência de trabalhadores para as fazendas de café, produto que na época era amplamente exportado.

Em busca de uma solução para ambas as partes, o governo brasileiro, mais especificamente o estado de São Paulo, iniciou o processo de acordos bilaterais para a assinatura de um tratado, com o objetivo de que tudo fosse legalmente favorável aos dois governos.

Segundo registros da ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo):

Entre eventos que antecederam a assinatura do tratado destaca-se a abertura brasileira às imigrações japonesas e chinesas, autorizadas pelo Decreto Lei 97, de 5 de outubro de 1892. Com isso, em 1894 o Japão envia o deputado Tadashi Nemoto para uma visita, cujo roteiro incluía os Estados da Bahia, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Satisfeito com o que viu, Nemoto manda um relatório ao governo e às empresas de emigração japonesas, recomendando o Brasil apto a acolher os imigrantes orientais. A partida da primeira leva de japoneses que deveria vir trabalhar nas lavouras de café, em 1897, teve de ser cancelada justamente na véspera do embarque. O motivo foi a crise que o preço do produto sofreu em todo o mundo e que iria perdurar até 1906. Em 1907, o governo brasileiro publica a Lei da Imigração e Colonização, permitindo que cada Estado definisse a forma mais conveniente de receber e instalar os imigrantes. Em novembro daquele mesmo ano, Ryu Mizuno fecha acordo com o secretário da Agricultura de São Paulo, Carlos Arruda Botelho, para a introdução de 3 mil imigrantes japoneses, num período de três anos. Nessa época, o governador era Jorge Tibiriçá. Assim, no dia 28 de abril de 1908, o navio Kasato Maru deixa o Japão com os primeiros imigrantes, rumo ao Brasil (Alesp, 2008, [n. p.]).

Após o tratado, iniciou-se uma forte campanha de emigração: tratava-se de promessas de um novo futuro. As famílias poderiam viajar ao Brasil temporariamente, trabalhariam na agricultura do café, receberiam um valor justo pelo trabalho e poderiam, após alguns anos, retornar ao Japão com condições financeiras superiores, podendo comprar uma casa, terras, ou seja, era uma promessa de um futuro de conquistas.

Cardoso (2019) descreve um relato verídico das perspectivas da população japonesa na época:

Aos 23 anos de idade, casado há quatro anos com Shizuyo Irie e pai de Ichiro, Rinkichi sentia-se desanimado com a situação presente e com a falta de perspectivas para o futuro. Interrompera os estudos no quinto ano do ensino básico, segundo consta, por ter brigado com um colega enquanto jogavam tênis. Empregara-se em uma loja de tecidos de Shinichi, a pequena vila do município de Fukuyama, província de Hiroshima, onde nascera em 1890. Já havia algum tempo que trabalhava na loja, ficara prático no ramo de tecidos, mas não queria passar a vida toda como empregado. Em sua cabeça, alimentava o plano de abrir seu próprio negócio, mas para isso precisava de capital. E capital ele não tinha. Artesão de baixa qualificação técnica, sobrava-lhe inteligência e inconformismo. Nas reuniões de família, incomodava-lhe o fato de ver a prosperidade dos parentes, enquanto ele próprio não conseguia avançar. O Brasil, um país do qual nunca ouvira falar e que até o nome - Burajiru - era difícil de pronunciar em japonês, surge, então, pela primeira vez em sua vida. Impactado pelos altos índices de desemprego e pela crise econômica, o governo japonês colocou em marcha uma campanha de propaganda e de incentivo à imigração (Cardoso, 2019, p. 26).

Tratados de ambos os países já tinham sido acordados. À vista disso, no dia 28 de abril de 1908 partia do porto de Kobe, 165 famílias (781 pessoas) em uma viagem que durou 52 dias. O início da imigração japonesa é então concretizado em 18 de junho de 1908, quando o navio Kasato Maru aportou em São Paulo, no porto de Santos.

O Kasato-maru é, sem dúvida, símbolo dos mais de cem anos da presença japonesa no Brasil. No entanto é, também, o símbolo de uma nova era de intercâmbio entre as duas nações, ilustrado no anexo 3.

Após a chegada em Santos, os imigrantes foram embarcados em trens que os levaram até a hospedaria dos imigrantes e nesse local permaneceram até dia 25 de junho. Foram divididos em grupos e levados para seis grandes fazendas na condição de trabalhadores rurais nas Dumont, Guatapará, São Martinho, Floresta, Canaã e Sobrado. De acordo com informações do site “100 anos de imigração japonesa no Brasil⁷”:

Ao que tudo indica, a vida nas fazendas foi desde o começo uma grande decepção para os imigrantes. As casas que haviam sido-lhes destinadas nada mais eram que pequenas choças, não havendo sequer camas ou outros móveis em seu interior, de modo que os imigrantes fossem forçados a passar a noite deitados no chão. Os horários dos imigrantes eram regulados por sinos ou cornetas, e o trabalho era supervisionado por um capataz, que podia ou não estar afeito ainda às formas como se controlavam os escravos até 20 anos antes, quando a escravidão ainda existia.

⁷Cf. https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s2/s2_2.html. Acesso em: 28 out. 2023.

A frustração e o sentimento de terem sido enganados pelos recrutadores no Japão eram imensos. A empresa de emigração recebia comissões, uma vez que vendiam um sonho que não era real. Naquele mesmo ano, 52 famílias abandonaram o trabalho e retornaram à hospedaria, como registro de uma destas famílias temos o anexo 4.

Segundo Daigo (2008, p. 12), “Nas casas dos colonos não havia camas, apenas folhas secas colocadas diretamente no chão de terra batida, e de acordo com o costume da época não havia banheiros nem dentro e nem fora das casas”.

O mesmo fenômeno ocorreu em outras fazendas com o passar dos anos. De acordo com Daigo (2008), o destino dos imigrantes que fugiram das fazendas estava conectado com o progresso e integração dos imigrantes japoneses em várias partes do Brasil. Os japoneses oriundos de Okinawa⁸ foram para Santos⁹, porque esse lugar era próximo às suas origens; próximo do mar e com possibilidades de trabalhar no porto.

Após alguns anos, muitos começaram a trabalhar na construção da estrada de ferro de Santos à Juquiá, e outros, naturalmente, foram morar em São Paulo e ocuparam funções como marceneiros, pedreiros e empregadas domésticas. Com o tempo, foram se ajustando à realidade do Brasil, acumularam capital e, conseqüentemente, começaram a prosperar no comércio ou na aquisição de terras.

Daigo (2008) descreve um movimento centenário que perdura até a atualidade: a formação das colônias. Era de grande importância que houvesse uma célula unificadora em que a barreira do idioma não fosse empecilho para o crescimento dos seus conterrâneos. Além do apoio dos seus, havia um líder que dominava a língua local e as burocracias necessárias, atuando como intermediário para aqueles que não conseguiam se comunicar.

Hoje, as colônias japonesas não são mais tão isoladas da sociedade brasileira como antes, mas inúmeras são as cooperativas que preservam a tradição de se associarem apenas àqueles que pertencem à linhagem japonesa.

As colônias na atualidade, nomeadas de associação, são de suma importância para a preservação da cultura. Concernente a isso, o Brasil possui a maior colônia japonesa fora do Japão. De acordo com a Embaixada do Japão no Brasil, há cerca de dois milhões de descendentes de japoneses, já o

⁸Okinawa é conjunto de cerca de 150 ilhas que fazem parte do território japonês, ao sul do país.

⁹Santos é uma cidade portuária localizada no litoral, do estado de São Paulo, Brasil.

Censo do IBGE de 2010 encontrou cerca de 50 mil japoneses estrangeiros que residem no Brasil.

Apesar das gerações mais jovens estarem mais distantes dos conceitos originais japoneses, ainda existe uma apreciação por parte da população brasileira por esses descendentes, visto que a primeira geração construiu uma sólida imagem de honestidade, disciplina e trabalho, como afirma Schpun, (2008):

O sucesso de tais expectativas dos mais velhos deve-se a uma combinação de fatores, dentre os quais as próprias relações familiares, marcadas pelo autoritarismo, pelo respeito aos mais velhos e pela predominância dos interesses coletivos da família, em detrimento dos desejos individuais. O próprio sentido de retribuição dado aos resultados escolares parece indicar que os frutos do investimento não eram vistos como de cunho individual. Para além da imagem dos japoneses como bons agricultores, ainda viva nos dias de hoje, os escolares dos anos 1960-1970, nas cidades onde a presença do grupo fez-se sentir, aprenderam a identificar seus companheiros nipo-brasileiros sob etiquetas variadas, envolvendo a ideia de bons alunos, aplicados e disciplinados. (Schpun, 2008, p. 147)

2.4 Movimento dekassegui: o retorno dos descendentes à pátria dos seus antepassados

Primeiramente, é necessário conceituar o termo que circundará este ponto da pesquisa. Dekassegui em japonês significa qualquer pessoa que deixa sua terra natal para trabalhar, temporariamente, noutra região. Na língua japonesa, a palavra é formada por dois ideogramas, deru (sair) e kassegu (trabalhar para ganhar a vida).

Inicialmente, o termo era usado para se referir aos trabalhadores sazonais do norte do Japão que procuravam trabalho no sul do país durante o inverno. No Brasil e na comunidade brasileira no Japão, o termo passou a ter uma semântica específica, definindo brasileiros descendentes de japoneses que vão ao Japão trabalhar temporariamente.

Retomando o ponto histórico sobre o qual paramos, os japoneses se estabeleceram ao longo de mais de 100 anos formando uma comunidade de descendência japonesa. Assim, verificou-se, na década dos anos 80, um evento conhecido popularmente como fenômeno dekassegui¹⁰.

Nesse período, o Japão desfrutava do auge da produção automobilística e tecnológica, no qual os produtos japoneses ganharam espaço no mercado

¹⁰ O fenômeno dekassegui define o descolamento de trabalhadores estrangeiros descendentes de imigrantes japoneses na América Latina, que retornam, temporariamente, ao Japão, em busca de trabalho por um período temporário.

internacional, em virtude da alta qualidade e modernização. Em contrapartida, o Brasil passava por uma crise econômica e política. A alta inflação, desvalorização da moeda e desemprego eram alguns dos muitos problemas que o país enfrentava. A partir desse ponto, observaremos um reverso da história aqui relatada.

O Japão tinha uma demanda enorme de produção, mas poucos trabalhadores. No Brasil, porém, havia uma massiva onda de desemprego. Os governos novamente decidiram fechar um acordo bilateral.

Segundo Beltrão e Sugahara (2006):

O chamado 'fenômeno de kassegui'. Este movimento começou no final da década de 80 e, oficialmente, teve início em junho de 1990, com a mudança na legislação de imigração japonesa, que concedeu aos descendentes de japoneses visto temporário de longa estadia (o que permite a atividade econômica no país). Constitui parte de um movimento migratório que se intensificou a partir dos anos 80, com a crise econômica (Beltrão; Sugahara, 2006, p. 62).

Inicialmente, o processo documental era um pouco complexo, dado que não era um visto comum, era um visto nikkey¹¹, do qual havia a necessidade de comprovar os laços familiares e a confirmação da descendência. Logo, surgiram agências brasileiras que ofereciam acompanhamento neste processo, assim como empreiteiras no Japão que ofereciam conexões para que o indivíduo já chegasse com indicações ao trabalho.

Assim como os seus ancestrais, esses indivíduos se depararam com um tipo de trabalho que era bastante mecânico e repetitivo, ou quando não era perigoso, pesado ou insalubre. As saturadas jornadas de trabalho, inicialmente, não possuíam limite para horas extras e havia grande surpresa quanto ao paradoxo das suas identidades culturais.

Vale ressaltar que a comunidade de descendentes de japoneses no Brasil possuía, até recentemente, uma espécie de "orgulho étnico". As famílias não aceitavam que houvesse mestiçagens e usavam de muitos artifícios para que os indivíduos formassem família com alguém da mesma etnia.

Mesmo aqueles nascidos no Brasil, em função dos traços asiáticos eram considerados "japoneses", ignorando totalmente as questões relacionadas à nacionalidade do indivíduo. Essa rotulação somada ao conservadorismo dos mais

¹¹"Nikkei" é o termo que define descendentes de japoneses nascidos fora do Japão.

velhos que reafirmavam essa crença, sempre repleta de saudosismos e supervalorização de lembranças, fez com que a maioria acreditasse de fato que pertenciam, de certa forma, ao Japão. Ao serem recebidos como “gaijin”, palavra em Japonês, que significa “pessoa estrangeira” de forma pejorativa, não compreenderam sua posição étnica no mundo. No Brasil, por sua vez, eram japoneses e no Japão, brasileiros. A princípio, isso trouxe um distanciamento por parte dos brasileiros e uma supervalorização das suas origens latinas começou a ser manifestada, já que, de certa forma, foram rejeitados culturalmente.

Assim como os seus ancestrais, passaram a ficar próximos, inicialmente por questões de trabalho. Na época, muitas empresas possuíam restrições na contratação de estrangeiros, levando muitos brasileiros para empresas específicas que aceitavam estrangeiros como funcionários. A proximidade do local de trabalho e da moradia culminava em uma aglomeração de muitos brasileiros em um mesmo bairro, fato que trazia conforto ao encontrarem os seus conterrâneos.

Nas décadas dos anos 80 e 90, o fluxo entre Brasil e Japão era intenso. Embora o trabalho fosse árduo, o salário era alto e não havia obrigatoriedade de pagamento de todos os impostos. No entanto, em contrapartida, também não havia direitos. Normalmente, um chefe de família vinha sozinho, trabalhava por três anos e retornava com um valor que possibilitava a compra de um imóvel e a abertura de um comércio, já que boa parte não possuía formação especializada.

A grande questão era que ao retornar ao Brasil, nem sempre suas expectativas eram atendidas, de modo que as vendas e o retorno comercial eram baixos e, em algum ponto, a família sentia que precisava retornar ao Japão para juntar mais um pouco de dinheiro.

Além da facilidade de emprego e boa remuneração, existiam questões culturais das quais estes brasileiros sentiam falta, tais como: segurança, organização e limpeza das cidades, bem como atendimento de alto padrão.

Após a crise de 2008, o perfil de estadia foi notavelmente mudando; muitos começaram a comprar imóveis no Japão, investir em qualidade de vida e a meta de retorno para muitos ficou apenas como um plano B ou um desejo do qual não há planejamento para alcançá-lo.

Considerando este novo comportamento social, é possível observar que o movimento decasségui que consiste em permanecer no Japão temporariamente,

com o objetivo de poupar um valor monetário e retornar ao Brasil, não sendo mais um objetivo majoritário como há duas décadas.

Assim como os seus antepassados, que não retornaram ao Japão em função dos danos estruturais e políticos após o final da II Guerra Mundial, esses brasileiros vêm descartando a expectativa e o planejamento de retorno, devido às questões econômicas e políticas do Brasil, apresentando, atualmente, um quadro negativo quanto à qualidade de vida, piso salarial e segurança pública, como sugere Costa (2007):

[...] é grande a probabilidade de que a primeira geração de emigrantes brasileiros no Japão, os burajirujin, também vá adiando, indefinidamente, o planejamento para o retorno, mormente se continuarem persistindo no Brasil os indicadores negativos de emprego, de distribuição de renda e de segurança, os quais contrastam vivamente com as condições inversas e positivas que encontram na sociedade japonesa (Costa, 2007, p. 271).

2.5 A comunidade brasileira no Japão

A comunidade brasileira no Japão é extremamente ativa. Ao longo das décadas, muitos serviços passaram a ser oferecidos de forma simples, a saber: em domicílio, como manicure, cabelereira, bolos, comidas e roupas brasileiras. Logo, surgiram comércios com lojas físicas oferecendo produtos brasileiros, restaurantes, butiques, entre outras prestações de serviços. Com o intuito de unificar todos os serviços ofertados, revistas¹² passaram a ser publicadas.

Quando comparado com outros movimentos migratórios brasileiros, a citar como exemplo em Toronto, no Canadá, podemos observar algumas semelhanças quanto ao desenvolvimento comercial:

Um fator-chave identificado para o empreendedorismo étnico e de imigrantes é o que se chamou de formação de redes sociais, que funcionam concomitantemente como um mecanismo de apoio e um direcionador na seleção de destinos e oportunidades de negócios. Nessa linha, tem-se verificado a ocorrência de três tipos de redes sociais, quais sejam: as redes de origem (étnica, nacional), as redes de destino e as redes da indústria, também denominadas de 'redes de prática'. Além disso, verificou-se que as redes formadas nos 'enclaves étnicos' reduzem as barreiras da imigração, aumentando as oportunidades econômicas, de modo a aproveitar recursos étnicos para o estabelecimento de negócios de imigrantes. Ademais, enclaves étnicos promovem um ecossistema de empresas fornecedoras próprias desse mercado (Portes; Zhou, 1992; Cruz; Falcão; Barreto, 2018).

¹²Cf. <https://alternativa.co.jp>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Além dessa expansão comercial, as prefeituras facilitaram alguns serviços para esses grupos, que, normalmente, aglomeravam-se em torno de cidades industriais.

No tocante a isso, existem placas de sinalização em Português do Brasil nos condomínios em que há muitos brasileiros, de modo que todas as informações são traduzidas, como podemos observar no anexo 5. Nos escritórios do governo, os formulários possuem versões em português; nos caixas eletrônicos há versões em Japonês e em alguns hospitais, há sempre tradutores.

Todas essas facilidades revelam uma faceta que pode ser considerada um dos grandes problemas de adaptação dos brasileiros no Japão, promovendo ainda mais a segregação dessa comunidade dentro do país, que possui pouco ou nenhum domínio da língua local, indiferente do tempo de estadia.

O governo promove inúmeras iniciativas para o ensino da língua japonesa aos estrangeiros. Existem inúmeros cursos de língua japonesa promovidos gratuitamente pelas prefeituras e mais, recentemente, cursos on-line para aqueles que não podem se deslocar com facilidade até os locais onde o ensino é ministrado. É possível citar a NHK¹³, uma organização de mídia pública, que oferece gratuitamente e on-line um curso¹⁴ de extrema qualidade.

Analisando esse cenário, é possível encontrar um paradoxo no qual existe a necessidade de aprender a língua japonesa. Há programas públicos que promovem o aprendizado, mas grande parte da comunidade brasileira não encara isso como uma prioridade. É possível levantar pressupostos em diferentes períodos ao longo da história dos brasileiros no Japão.

Inicialmente, não havia tantas facilidades como serviços e tradutores em Português do Brasil, esta geração aprendeu o básico para a comunicação rotineira, mas as suas estadias eram entre 2 a 3 anos apenas, portanto, a evolução no aprendizado do Japonês não era uma prioridade.

Na metade da década dos anos 90, uma minoria que dominava o idioma Japonês passou a explorar este conhecimento como um meio de renda. É nesse período que surgem os comércios com produtos brasileiros, prestação de serviços e, principalmente, tradutores.

¹³ (Nippon (Japão) Hōsō (transmissão) Kyōkai (associação) ou em português: Corporação de Radiodifusão do Japão.

¹⁴Cf: <https://www.nhk.or.jp/lesson/portuguese>. Acesso em: 22 dez. 2023.

O ideal de retorno ao Brasil sempre esteve presente na vida dos brasileiros e com as facilidades citadas, não havia grande interesse em aprender um idioma tão complexo, que não seria utilizado por muito tempo. Tal ideia foi afirmada por Sayad (1991), quando relata que a imigração está marcada por uma dupla contradição: embora seja considerada um estado provisório que se estende indefinidamente, também se transforma em um estado definitivo, porém vivido com a sensação de ser temporário.

Outra suposição que também pode ser levantada é a extensa carga horária de trabalho no ramo designado aos estrangeiros, que chegam a trabalhar por 12 horas diárias, seis dias na semana, não tendo tempo para qualquer outra atividade, que neste caso seria estudar a língua.

Também há questões sobre aspectos particulares da cultura japonesa quanto à subordinação. O trabalho fabril na indústria japonesa é bastante mecânico e repetitivo, um trabalhador pode perfeitamente aprender uma função apenas observando o passo a passo do que precisa ser feito. Esse fato não ocorre apenas pelo toyotismo¹⁵, mas também por uma questão cultural japonesa que espera que os funcionários apenas cumpram com a função designada sem questionamentos, ou seja, sem diálogo. No entanto, este diálogo abarca questões mais profundas que devem ser analisadas e consideradas em estudos futuros voltados especificamente à compreensão da falta de conhecimento da Língua Japonesa.

Retomando o paralelo comparativo com a comunidade brasileira no Canadá, essa questão sobre a língua local parece possuir certas similaridades, como relata Machado (2021):

[...] a competência linguística em relação a uma das duas línguas oficiais do país (inglês e francês) é, nesse sentido, um dos fatores-chave para isso, haja vista a dificuldade de ter o reconhecimento dos diplomas e das experiências profissionais adquiridas antes da imigração (Machado *et al.*, 2021).

¹⁵O toyotismo, também conhecido como Sistema Toyota de Produção (STP), é um sistema de produção desenvolvido pela Toyota Motor Corporation. É uma metodologia de gestão e organização da produção industrial, que visa aumentar a eficiência, reduzir desperdícios e melhorar a qualidade do produto.

2.6 Definições conceituais: PLM, PLH E PLE

Antes de abordar o cerne deste estudo, é necessário definir previamente as principais vertentes do ensino do Português do Brasil no Japão, estabelecendo uma base conceitual para os termos que fundamentam esta análise: Português como Língua Materna (PLM), Português como Língua de Herança (PLH) e Português como Língua Estrangeira (PLE).

Segundo Lisboa (2021, p.45), a distinção entre PLM, PLH e PLE envolve fatores como o contexto de aquisição da língua, o vínculo afetivo estabelecido com ela, os objetivos pedagógicos e as funções sociolinguísticas atribuídas a cada uma dessas modalidades.

Além disso, aspectos como os instrumentos didáticos utilizados e o nível de proficiência linguística esperado também configuram elementos relevantes para a diferenciação entre essas categorias no ensino do Português.

Grosjean (2010, p.85-96), complementa que a língua materna pode ser múltipla no caso de crianças bilíngues, desde que ambas as línguas estejam presentes desde o nascimento e desempenhem papéis funcionais em sua vida.

2.6.1 Português como Língua Materna (PLM)

A Língua Materna é adquirida nos primeiros anos de vida, de forma natural e sem instrução formal, geralmente no convívio familiar e comunitário. O indivíduo internaliza as suas estruturas linguísticas por uma imersão espontânea, sem a necessidade de ensino sistemático. Além disso, ela está profundamente relacionada à formação identitária, pois carrega uma carga cultural, histórica e de origem.

Segundo Moura, a aquisição da Língua Materna ocorre de maneira inconsciente, especialmente nos estágios iniciais da infância, quando a criança entra em contato com a linguagem sem estar plenamente ciente de que está aprendendo a se comunicar (Moura, 2009, p. 104).

No caso de brasileiros nascidos no Japão, o PLM se manifesta como língua dominante no ambiente familiar e social, sendo também reforçado pela escolarização formal em instituições brasileiras. Nesses contextos, o foco educacional recai sobre o letramento, o desenvolvimento de competências

comunicativas e o domínio da escrita formal, uma vez que a oralidade já se desenvolve naturalmente.

2.6.2 Português como Língua de Herança (PLH)

O Português como Língua de Herança (PLH) é transmitido entre gerações em contextos migratórios, no seio familiar e comunitário, funcionando como elo simbólico e identitário.

De acordo com Melo-Pfeifer (2018, p. 1163), o PLH deve ser compreendido “como língua adquirida junto da família e da comunidade de origem deslocalizada, num ambiente linguístico maioritário”. Ultrapassa domínio linguístico, envolvendo dimensões afetivas que se constroem nas interações familiares e comunitárias.

No entanto, a noção de *herança* não é fixa, ela varia conforme o grau de contato, o vínculo afetivo e as oportunidades de uso do português. Ainda segundo a autora, a língua de herança “situa-se de forma muito variável e dinâmica no continuum ‘conhecido/desconhecido’, dependendo das práticas de comunicação e de transmissão familiares” (Melo-Pfeifer, 2018, p. 1167).

Assim, mais do que um conceito delimitado, o PLH representa um fluxo de pertencimento linguístico e cultural, que reflete a heterogeneidade da comunidade brasileira no Japão.

Em contextos nos quais o indivíduo vive e recebe educação formal na língua local, mas mantém algum grau de competência no idioma de origem, devido ao uso familiar ou comunitário, essa língua representa um elo afetivo.

No caso dos brasileiros no Japão, o PLH pode ser observado nos filhos de imigrantes que frequentam escolas japonesas, mas utilizam o Português do Brasil no seio familiar e, em alguns casos, quando há interesse da família, frequentam cursos livres da língua.

Segundo Yonaha (2022,p.3), o Português como Língua de Herança é transmitido entre gerações em contextos migratórios, onde crianças e jovens, apesar de receberem educação formal em japonês, mantêm vínculos afetivos e culturais com a língua por meio do uso familiar e comunitário.

2.6.3 Português como Língua Estrangeira (PLE)

A língua estrangeira é aquela ensinada, geralmente, nos contextos formais, nos quais o aprendizado ocorre predominantemente em ambientes educacionais, podendo também ser adquirida pela imersão, seja pelo contato com comunidades falantes da língua em questão, seja pela residência no país, por períodos longos ou curtos.

Segundo Paleta (2019, p.10), o ensino de línguas estrangeiras no Japão ocorre predominantemente em contextos formais, com o objetivo de desenvolver habilidades que forneçam a inserção dos estudantes no mercado de trabalho.

No contexto do ensino de português no Japão para falantes de japonês, a língua é oferecida tanto em cursos livres quanto como disciplina optativa em universidades, voltada para interesses acadêmicos, culturais e profissionais. A motivação para o aprendizado do PLE geralmente decorre da curiosidade em relação à cultura dos países lusófonos, com destaque para o Brasil, que mantém um longo histórico de relações diplomáticas e fluxos migratórios com o Japão.

3 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA MATERNA (PLM) NO JAPÃO

3.1 A Construção do Português como Língua Materna (PLM)

O conceito de Língua Materna está relacionado à língua nativa ou a primeira língua originária do país onde se nasce, bem como da comunidade da qual pertence. O seu aprendizado ocorre naturalmente pela família e interações sociais, sem intervenção pedagógica ou necessidade de um raciocínio linguístico, sendo, geralmente, a língua de maior domínio do indivíduo.

Abordando este tema em uma realidade na qual a Língua Materna é desenvolvida em outro país e cultura, devemos considerar grandes nuances, tais como as características particulares quando desenvolvido em contexto migratório. Entre brasileiros no Japão, o Português pode permanecer como língua materna, mas essa definição depende das práticas cotidianas e do grau de manutenção intergeracional, motivo pelo qual as fronteiras entre PLM e PLH tornam-se móveis e contextuais, não podendo ser rigidamente definidas.

Em um primeiro momento, acreditamos que um imigrante aprenderá de forma plena a língua do país para o qual imigrou e que os seus filhos, conseqüentemente, terão maior domínio e fluência em função do ensino escolar local. No entanto, esta não é uma realidade homogênea, quando tratamos de imigrantes brasileiros no Japão. Embora a comunidade brasileira no Japão seja composta por descendentes de japoneses que imigraram para o Brasil no passado, a grande maioria não domina a língua local, vivendo por décadas no país sem aprender a língua de forma funcional, sabendo apenas o mínimo.

Considerando a estrutura da comunidade brasileira descrita no primeiro capítulo, podemos afirmar que um indivíduo que cresce cercado de informações do país de origem dos seus genitores e em comunhão com a rotina familiar, a Língua Materna deste indivíduo será o Português, mesmo que tenha nascido e que viva em solo japonês.

Nesta abordagem, trataremos do Português como Língua Materna e a sua subsequente língua padrão. À vista disso, a Língua Materna ocorre naturalmente no âmbito familiar, sobretudo nos anos iniciais, quando a linguagem é desenvolvida. No seio familiar e social, aprender sem uma organização efetiva ou linha de ensino é natural.

Dentro da realidade da comunidade brasileira, para os inseridos na escola brasileira nos anos iniciais, continua a se desenvolver dentro do seu grupo étnico-linguístico, com o qual passam a construir sua identidade cultural.

Segundo Bagno (2011):

A língua materna é precisamente a língua mãe, a língua que cada pessoa começa a adquirir tão logo que nasce e cria o vínculo afetivo-linguístico com a mãe (ou na falta dela, com a pessoa que venha preencher esse papel). É uma língua puramente oral – falada e ouvida –, mesmo quando provém da voz de uma pessoa altamente letrada. Língua de afeto, do desejo, do íntimo, do sonho, vive à margem dos ditames da norma canonizada. A língua materna é intrinsecamente variável, doméstica, familiar, idioma particular daquilo que em inglês se chama *household*, um termo que inclui a casa, seus habitantes e todas as atividades ali desenvolvidas por eles (Bagno, 2011, p. 100).

Perpassando a fase de desenvolvimento da linguagem oral básica, no período escolar, as crianças brasileiras cujos pais optaram pelo ensino brasileiro, desenvolvem a linguagem padrão, ou seja, a que segue as normas que estruturam uma língua. Nesse modelo, a gramática será construída basicamente na vida escolar, uma vez que estes indivíduos terão um desenvolvimento intelectual com base na grade curricular da educação do Brasil. Portanto, espera-se que o Português do Brasil seja aprendido de forma plena e normativa, como formula Travaglia (2005):

Concebida como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente. Dessa forma, gramatical aqui será aquilo que obedece que segue as normas de bom uso da língua, configurando o falar e o escrever bem. As normas de bom uso da língua são baseadas no uso consagrado pelos bons escritores e, portanto, ignoram as características próprias da língua oral (Travaglia, 2005, p. 24).

É importante destacar que no contexto de Português como Língua Materna (PLM) no Japão, não se atribui o bilinguismo português-japonês. Diversas organizações instituíram serviços e canais de comunicação em português, permitindo a socialização, o acesso à informação cívica e aos serviços públicos sem necessidade de proficiência em japonês.

Além disso, em bairros inteiros que se concentram comunidades brasileiras, observa-se a oferta ampla de serviços em língua portuguesa, com intérpretes particulares disponíveis para qualquer finalidade tais como comercial, jurídica, médica, institucional a qualquer outra necessidade específica. No âmbito educacional,

encontram-se desde creches, escolas de ensino fundamental e médio até faculdades vinculadas a instituições brasileiras estruturadas para formação formal com certificações válidas no Brasil. Essas práticas viabilizam que um indivíduo, caso assim deseje, viva quase plenamente sem aprender o idioma local.

Em cidades com alta concentração de brasileiros, políticas e instrumentos de atendimento público em português estão institucionalizados como manuais e boletins oficiais, balcões com tradução multilíngues, canais de consulta, o que reduz a pressão de assimilação linguística necessária ao cotidiano.

Nambu (2021) investiga os modos como a Língua Portuguesa se manifesta nos espaços públicos de comunidades brasileiras no Japão, a partir da perspectiva da *linguistic landscape*¹⁶. O estudo centra-se em quatro localidades com alta concentração de brasileiros nos estados de Gunma, Aichi, Shizuoka e Mie. Estas regiões são caracterizadas por uma infraestrutura sociolinguística voltada à manutenção do português como língua principal no cotidiano. Demonstrando que, nesses contextos, a língua não apenas se faz visível em diversos gêneros de sinalização, mas também sustenta práticas sociais, comerciais e educacionais que favorecem a vivência plena em português, mesmo sem o domínio da língua japonesa.

“A maioria das placas que contêm o português nas quatro regiões analisadas são monolíngues em português ou apresentam o português como o idioma de maior destaque. [...] Como a maioria dos japoneses não fala português, o público-alvo dessas sinalizações são os residentes brasileiros e, portanto, o uso do português como língua principal nas placas indica a vitalidade etnolinguística do idioma na região. [...] Essas sinalizações, carregadas de semiótica étnica, refletem práticas transnacionais e acabam por enfatizar a brasilidade como identidade étnica. [...] Consequentemente, para leitores não lusófonos, o uso do português, aliado à simbologia ligada ao Brasil, contribui visualmente para a experiência de exotismo nesse espaço mercantilizado.” (NAMBU, 2021, p. 15–16, tradução nossa).

Em termos práticos, a manutenção do PLM pode ocorrer em regime monolíngue, com mediação de intérpretes hospitalares e materiais administrativos em português, razão pela qual PLM no Japão não deve ser confundido com bilinguismo.

¹⁶ Linguistic landscape (paisagem linguística) é um conceito que se refere ao uso visível de línguas em espaços públicos como placas, cartazes e fachadas em contextos onde essas línguas não são oficiais ou majoritárias. Ao analisar esses sinais, é possível entender como línguas de imigrantes, como o português no Japão, são reconhecidas ou ignoradas socialmente, revelando dinâmicas de inclusão, exclusão ou resistência cultural (LANDRY; BOURHIS, 1997).

3.2O Perfil das famílias que optam pela educação brasileira vivendo no Japão

A decisão de matricular os filhos nas escolas brasileiras possui distintas razões. Todavia, é possível chegar a uma conclusão pautada na justificativa da maioria, que afirma que retornará ao Brasil, mas sem data prevista ou planos consistentes.

Além disso, há uma pequena parcela de pais que muda os seus filhos do sistema educacional japonês para o brasileiro. Quando esse fato ocorre, geralmente, é por problemas com a adaptação do estudante ou regresso repentino da família ao Brasil nos próximos anos.

Há famílias recém-chegadas que, em função da idade dos filhos que já se encontram em idade escolar avançada, preferem não interromper o processo de escolaridade, já que outras questões precisarão ser trabalhadas, tais como a adaptação cultural, climática, a rotina familiar, entre outros fatores.

Nos três casos citados anteriormente, de modo geral, é possível perceber uma falta de certeza quanto aos planos futuros, visto que grande parte desses estudantes finalizam o Ensino Médio na escola brasileira sem o domínio da língua japonesa.

A incerteza sobre o futuro e a falta de planejamento provêm das particularidades da construção migratória dos brasileiros, como já mencionado no primeiro capítulo.

Para compreender enfaticamente os pressupostos apresentados, foi necessário realizar uma pesquisa a partir de entrevistas com diferentes famílias, a fim de fundamentar as afirmações apresentadas neste capítulo. Embora ainda esteja em construção, essa realidade é evidente para aqueles que vivem na comunidade brasileira.

Três famílias foram consultadas sobre esta questão. Os critérios da escolha das famílias foram baseados na diversidade de origem regional do Brasil, para que as condições de retorno não fossem semelhantes, a saber: idade dos pais e das crianças, condições socioeconômicas distintas de familiares e rede de apoio para acolhimento em um eventual retorno.

As famílias foram selecionadas por indicação de conhecidos da autora desta dissertação, que buscou entrevistar participantes com os quais não possuía

nenhuma comunicação prévia, a fim de evitar qualquer influência nas respostas. A seguir, pode-se analisar tais entrevistas¹⁷.

Tabela 2: Família 1

LOCAL DE ORIGEM	MARINGÁ - PARANÁ
IDADE DAS ESTUDANTES	19 ANOS E 17 ANOS
NÚMERO DE MEMBROS	4 (PAI, MÃE E DUAS FILHAS)
TEMPO NO JAPÃO	16 ANOS
REGIÃO DE RESIDÊNCIA NO JAPÃO	OGAKI - GIFU-KEN

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

¹⁷ As transcrições das entrevistas apresentadas nesta pesquisa foram mantidas conforme o registro original, incluindo erros segundo a gramática normativa e termos coloquiais. A intenção foi preservar a autenticidade das falas dos entrevistados, com o objetivo de transmitir ao leitor o nível de escolarização das famílias, fato que pode interferir nas suas escolhas e ações.

Tabela 3: Questões abordadas.

<p>1) Por qual motivo decidiu matricular as filhas no ensino brasileiro?</p> <p>“Elas era pequena, uma tinha 4 e a caçula 2. Meu cunhado tava com os meninos dele na escola japonesa e disse que tava complicado por causa que não entendia os recado das professora, eles também começaram a falar só o japonês e ele e minha cunhada não sabe japonês. Como a gente não pensava em ficar muito tempo, decidimo por no colégio brasileiro, pra quando voltar as menina poder estuda no Brasil também. Mas aí o tempo foi passando, nós não sabia se teria como sobreviver direito no Brasil e assim foi, tamo aqui até hoje. A mais velha já terminou o colegial, tá trabalhando na mesma fábrica que eu, a mais nova vai terminar ano que vem”.</p>
<p>2) Após alguns anos, por que decidiu mantê-las na escola brasileira?</p> <p>“Elas já tava acostumada, tava tudo moça já, e não sabia muito japonês”.</p>
<p>3) Há planos de retorno ao Brasil?</p> <p>“Sim, mas não sei como, é vontade sabe, mas não sabemos como vamo fazer”.</p>
<p>4) Acha que deveria ter matriculado suas filhas no ensino japonês?</p> <p>“Hoje eu acho que era melhor sim, mas naquela época não tinha tanta informação como hoje, diz que hoje tem até tradutor pra ajudar as criança e os pais”.</p>
<p>5) Consegue exemplificar algumas desvantagens e vantagens do ensino japonês e brasileiro?</p> <p>“Do colégio brasileiro é que acabo que não aprenderam bem o japonês, mas a coisa boa é que na escola brasileira, as professoras dá muito amor pras criança, as funcionária, a diretora, todo mundo, é tipo uma segunda família sabe. Como na época eu trabalhava muito, eu ficava mais descansada nessa parte, a mensalidade é muito cara, mas era o que nós podia fazer pra elas. A japonesa ia dá para elas a chance de um trabalho melhor né, nas loja, nos escritório, mas elas não teria a atenção que tiveram, os meus sobrinho por exemplo, são tudo distante dos pais, meu cunhado se arrependeu de não ter pohnado na escola brasileira”.</p>

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

3.2.1 Interpretação e considerações

Nos primeiros anos da imigração para o Japão, as filhas foram matriculadas em uma escola brasileira. A decisão foi influenciada pela experiência negativa de um familiar, que enfrentava dificuldades com a comunicação na escola japonesa e com os filhos que passaram a falar apenas japonês, dificultando a convivência da família. A estadia no Japão era vista como temporária e a escola brasileira parecia ideal para garantir a continuidade dos estudos no Brasil.

No entanto, com o tempo, a permanência no Japão se estendeu, os planos de retorno foram sendo adiados e a família acabou regressando. Hoje, a filha mais velha concluiu o Ensino Médio e trabalha em uma fábrica, e a mais nova está perto de se formar.

Embora ainda exista o desejo de voltar ao Brasil, ele é acompanhado de incertezas. Trata-se de uma vontade emocional, sem um plano concreto, dificultada por barreiras práticas e financeiras.

Com mais informações hoje, especialmente sobre o apoio oferecido pelas escolas japonesas, a mãe acredita que talvez tivesse sido melhor matricular as filhas no sistema japonês, o que poderia ter ampliado as oportunidades profissionais no Japão. No entanto, ela observa que, na época faltavam orientações e suporte aos imigrantes.

O ensino brasileiro é lembrado com carinho, principalmente pelo ambiente acolhedor e atencioso, algo importante, já que os pais trabalhavam muito. No entanto, a desvantagem foi a falta de domínio do japonês, o que limitou as filhas no mercado de trabalho local. Já o ensino japonês oferece mais oportunidades profissionais, mas é visto como mais frio e distante emocionalmente. O cunhado, por exemplo, arrependeu-se de não ter optado pela escola brasileira, ao ver os filhos mais afastados da família.

Conclusivamente, pode-se pensar que as consequências são frutos da falta de planejamento que deve considerar outras possibilidades. Embora as filhas estudassem em uma escola brasileira, poderiam ter estudado a Língua Japonesa também, garantindo, assim, o ingresso de ambas do mercado de trabalho qualificado.

Tabela 4: Família 2.

LOCAL DE ORIGEM	SANTOS - SÃO PAULO
IDADE DO ESTUDANTE	15 ANOS
NÚMERO DE MEMBROS	4 (PAI, MÃE E FILHO)
TEMPO NO JAPÃO	25 ANOS
REGIÃO DE RESIDÊNCIA NO JAPÃO	KIKUGAWA - SHIZUOKA

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Tabela 5: Questões abordadas.

<p>1) Por qual motivo decidiu matricular as filhas no ensino brasileiro?</p> <p>“Meu filho nasceu no Japão, desde quando foi para a creche com 1 ano de idade já foi para a escola brasileira. Eu e meu esposo decidimos assim porque antes dele nascer nós já tínhamos comprado uma casa no Brasil com o dinheiro do trabalho daqui a intenção era montar um comércio pra ter uma renda”.</p>
<p>2) Após alguns anos, por que decidiu mantê-lo na escola brasileira?</p> <p>“Eu nunca perdi a esperança de voltar para o Brasil sabe, mas a cada ano fica mais difícil juntar dinheiro”.</p>
<p>3) Há planos de retorno ao Brasil?</p> <p>“Sim, quando meu filho terminar o ensino médio daqui 2 anos. Mas não temos um plano ainda”.</p>
<p>4) Acha que deveria ter matriculado seu filho no ensino japonês?</p> <p>“Acho que sim, ele teria mais chances aqui no Japão e até mesmo no Brasil, era só eu ter matriculado ele em alguma escolinha brasileira de português”.</p>
<p>5) Consegue exemplificar algumas desvantagens e vantagens do ensino japonês e brasileiro?</p> <p>“Acho que na escola japonesa eles aprendem a ser mais disciplinados sabe, meu filho me dá um pouco de trabalho, muito arruaceiro (risos), mas também tem muitos casos de crianças que sofrem ijime’ (bullying), as crianças entram em depressão e até se suicidam. Deus me livre, melhor ele ser do jeito que é do que deprimido né? Ah, é que ele é preguiçoso, porque se quisesse, poderia estudar mais o japonês”.</p>

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

3.2.2 Interpretação e considerações

O filho da entrevistada nasceu no Japão e, desde o primeiro ano de vida, foi matriculado em uma creche brasileira. A decisão foi tomada com o marido antes mesmo do nascimento da criança, pois o casal já havia comprado uma casa no Brasil. A ideia era economizar, retornar ao país de origem e abrir um comércio para garantir uma renda estável. Diante desse plano de retorno, a escola brasileira parecia a opção mais adequada para garantir a continuidade dos estudos ao voltar ao Brasil.

Mesmo com o passar dos anos e a permanência prolongada no Japão, a mãe manteve o filho na escola brasileira. Ela afirma nunca ter perdido a esperança de voltar ao Brasil, embora reconheça que, a cada ano, fica mais difícil guardar dinheiro suficiente para isso. A decisão de manter o filho no ensino brasileiro é, portanto, sustentada por essa esperança contínua, mesmo diante de obstáculos financeiros.

O desejo de retornar ao Brasil permanece, com a expectativa de fazê-lo quando o filho concluir o Ensino Médio, dentro de dois anos. No entanto, a entrevistada reconhece que, até o momento, não há um plano concreto para viabilizar essa mudança, o que reflete a insegurança que muitos imigrantes enfrentam ao considerar o retorno.

Com o tempo e a experiência, a mãe passou a acreditar que teria sido melhor matricular o filho no ensino japonês. Ela entende que, dessa forma, ele teria mais oportunidades tanto no Japão quanto no Brasil, desde que complementasse a formação com aulas de Português. Essa visão mostra uma revisão crítica da escolha feita, que na época parecia a mais lógica, mas que hoje se revela limitada diante das possibilidades de inserção social e profissional.

A entrevistada vê como vantagem da escola japonesa a formação de crianças mais disciplinadas, algo que ela sente faltar em seu filho, descrito como “arruaceiro” e preguiçoso. Por outro lado, ela valoriza o fato de ele ter crescido num ambiente emocionalmente mais seguro. Ela menciona casos de bullying severo (*ijime*) nas escolas japonesas, que podem levar à depressão e até ao suicídio infantil, algo que a preocupa profundamente. Para ela, é preferível lidar com um filho indisciplinado, do que vê-lo oprimido em um sistema mais rígido. Apesar das limitações, ela acredita que seu filho poderia ter aproveitado melhor a vida no Japão se tivesse se esforçado mais para aprender o idioma de forma paralela à escola.

Tabela 6: Família 3.

LOCAL DE ORIGEM	BELÉM - PARÁ
IDADE DO ESTUDANTE	22 ANOS
NÚMERO DE MEMBROS	3 (PAI, MÃE E FILHA)
TEMPO NO JAPÃO	20 ANOS
REGIÃO DE RESIDÊNCIA NO JAPÃO	TOYOTA - AICHI

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Tabela 7: Questões abordadas.

<p>1) Por qual motivo decidiu matricular sua filha no ensino brasileiro?</p> <p>“Na época a intenção era ficar no Japão por apenas 2 anos, juntar dinheiro e terminar a nossa casa que ainda estava no alicerce”.</p>
<p>2) Após alguns anos, por que decidiu mantê-la na escola brasileira?</p> <p>“Porque o nosso objetivo sempre foi voltar ao Brasil”.</p>
<p>3) Há planos de retorno ao Brasil?</p> <p>“A gente sempre quer né, mas eu e meu marido não temos mais idade para arrumar emprego lá, então pelo menos aqui sempre teremos trabalho na fábrica. O trabalho sempre vai ser pesado, mas é melhor do que ficar desempregado no Brasil”.</p>
<p>4) Acha que deveria ter matriculado sua filha no ensino japonês?</p> <p>“Sim. Foi um grande erro meu e do meu marido. Ela veio pequena para cá, nem lembraria de como a adaptação. Mas agora vejo que voltar ao Brasil é complicado, pela parte financeira e de segurança. Ela já terminou o ensino médio, trabalhou uns meses na fábrica e começou a fazer curso de estética, hoje ela trabalha em uma clínica de estética brasileira. Por conta própria sempre estudou japonês, ano passado ela tirou o N3”.</p>
<p>5) Consegue exemplificar algumas desvantagens e vantagens do ensino japonês e brasileiro?</p> <p>“A vantagem da escola brasileira é que ela é brasileira, entende? Ela é ativa, conversa e é muito carinhosa comigo e com o pai. Não é todo mundo, mas você sabe né, não é que eu estou criticando, mas quem vai para a escola japonesa fica com jeito de japonês, longe dos pais, distante de tudo, sofre sozinho e calado. Mas o ponto positivo é que ela poderia fazer uma faculdade japonesa, ela já procurou a universidade brasileira, mas para o curso que ela quer não aplicam aqui no Japão”.</p>

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

3.2.3 Interpretação e considerações

A decisão de matricular a filha no ensino brasileiro foi influenciada pelos planos iniciais da família, que pretendia permanecer no Japão por apenas dois anos. A meta era economizar o suficiente para concluir a construção da casa própria no Brasil, que, à época, estava apenas na fase do alicerce. Com esse objetivo de retorno em curto prazo, o ensino brasileiro parecia a escolha mais lógica, garantindo que a filha pudesse dar continuidade aos estudos sem dificuldades, ao regressar ao país de origem.

Com o passar do tempo, embora a permanência no Japão tenha se estendido muito além do planejado, a decisão de manter a filha no ensino brasileiro foi coerente com o desejo contínuo de retorno. Mesmo diante da realidade prática que impedia esse retorno imediato, os pais ainda alimentavam essa intenção e, por isso, mantiveram a coerência educacional.

O desejo de voltar ao Brasil nunca deixou de existir, mas a realidade impôs limites. Os pais reconhecem que, pela idade, seria difícil conseguir emprego no Brasil, o que comprometeria a estabilidade financeira. No Japão, apesar do trabalho ser pesado, sempre há a garantia de ocupação nas fábricas, o que representa uma segurança que não encontram no Brasil. Assim, a ideia de retorno se tornou um desejo emocional, mais do que uma possibilidade concreta.

Com o tempo, a mãe reconhece que matricular a filha no ensino japonês teria sido uma escolha mais estratégica. A filha chegou muito nova ao Japão e, segundo ela, provavelmente não teria dificuldade de adaptação. Hoje, a família percebe que o retorno ao Brasil se tornou muito mais complexo, tanto do ponto de vista financeiro quanto em relação à segurança. Ainda assim, a filha conseguiu avançar de forma independente: concluiu o Ensino Médio, trabalhou por um tempo na fábrica e depois iniciou um curso de estética. Atualmente, trabalha em uma clínica brasileira no Japão e, por iniciativa própria, estudou Japonês e obteve a certificação JLPT N3 no ano anterior.

A entrevistada valoriza o fato de a filha ter mantido um comportamento afetivo, comunicativo e próximo dos pais, características que ela associa ao ambiente da escola brasileira. Para ela, muitas crianças que estudam no sistema japonês adotam comportamentos mais reservados, distantes da família e enfrentam dificuldades emocionais sozinhas, sem demonstrar isso. Embora reconheça que essa não seja a realidade de todos, ela enxerga isso como uma tendência. Por outro lado, ela admite que o sistema japonês teria possibilitado à filha acesso à universidade local, algo que o sistema brasileiro, com opções mais limitadas no Japão, não conseguiu oferecer para o curso desejado.

3.2.4 Análise Geral das Entrevistas

Como observado, a instabilidade econômica do país de origem e o desconforto da sensação de não pertencimento no país os levam a viver um paradoxo: desejam fortemente retornar ao Brasil, mas, ao mesmo tempo, receiam, uma vez que grande parte não possui formação profissional, dificultando ou, em alguns casos, impossibilitando encontrar um emprego. No entanto, no Japão existe uma grande procura por trabalhadores na indústria sem necessidade de experiência na área, ou seja, trabalhos manuais sem qualificação.

De maneira geral, podemos afirmar que a razão pela qual a maioria dos brasileiros matricula os seus filhos em escolas brasileiras seria a esperança de retorno ao Brasil. Os jovens que retornam ao Brasil, normalmente, são encaminhados para a casa de familiares e os pais permanecem no Japão para prover o sustento e as despesas da universidade, na expectativa de que após a graduação dos filhos, possam retornar ao Brasil definitivamente.

Uma segunda parcela permanece no Japão e opta por cursar uma graduação EAD (Ensino a Distância) em alguma das várias universidades brasileiras instaladas em território japonês, o que proporciona uma chance maior de retorno ao Brasil já com uma formação acadêmica. Contudo, a maior parte desses formandos não retorna ao Brasil, considerando-se a instabilidade do país como um recorrente obstáculo para qualquer tipo de retorno.

A consequência desse fato reflete restritivamente no futuro profissional desses jovens, os quais têm apenas as mesmas opções de trabalho dos seus pais, ou seja, nas fábricas, nos serviços braçais, que não exigem qualificação específica.

Diante dos fatos relatados até este ponto, juntamente com a descrição da comunidade brasileira no primeiro capítulo, podemos observar uma espécie de isolamento étnico e falta de adaptação. Em função disso, podemos identificar um comportamento semelhante no Brasil na década de 40, durante um período de grande fluxo de imigrantes que chegavam ao país. Bueno (2013) descreve no seu artigo “Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas”, as similaridades desse isolamento étnico, do qual podemos, brevemente, fazer uma análise comparativa.

Bueno (2013) usa como base o texto de autoria de Ribeiro Couto intitulado “O Problema da Nacionalização”. Esse texto foi parte de um relatório produzido

para o Ministério das Relações Exteriores e, posteriormente, publicado na Revista de Imigração e Colonização, em 1941. O texto do autor supracitado aborda as possibilidades de integração dos imigrantes ao Brasil, descrevendo o isolamento das colônias e condenando a existência de escolas estrangeiras que preservavam os valores e as práticas culturais e linguísticas dos imigrantes.

Ainda segundo Couto (1941):

Todos os fatores se encadearam, assim, convergindo para o mesmo resultado: a saturação étnico-social, por elementos de descendência estrangeira, de certas partes do território do país, verdadeiras 'zonas a nacionalizar' (Couto, 1941, p. 20).

Como descrito anteriormente, Ribeiro Couto notou o poder que a instituição de ensino possuía para a preservação da língua e da cultura e como este fato afastava os imigrantes de uma assimilação completa do Brasil.

Essas, entre outras questões, constroem uma normalidade, além de um conforto em viver em um pequeno mundo paralelo, convivendo com os seus conterrâneos e, ao mesmo tempo, desfrutando das facilidades que o país oferece, bem como das dificuldades impostas aos estrangeiros.

É importante salientar que essa realidade não corresponde a uma totalidade. Há exceções em que jovens retornam ao Brasil e são aprovados em universidades federais e estaduais de grande prestígio e constroem uma trajetória profissional de sucesso. Há também aqueles que ingressam em universidades brasileiras sediadas no Japão na modalidade EAD (Ensino a Distância), terminando uma graduação e retornando ao Brasil com uma formação acadêmica, com melhores possibilidades de posicionamento no mercado de trabalho brasileiro.

Todo o contexto sobre a educação dos brasileiros circunda o desejo e esforço dos pais e responsáveis para que não haja necessidade dos jovens precisarem procurar trabalho nas fábricas¹⁸.

Retomando a realidade dos estudantes que frequentam o ensino brasileiro, na sua maioria acabam crescendo em uma sociedade paralela, com formação e

¹⁸ Vale ressaltar que quando o trabalho nas fábricas é referido como um ofício inferior, não se trata de uma desvalorização do trabalho braçal, que é fundamental para toda a população. Trata-se de uma questão de qualidade de vida, visto que os operários enfrentam longas jornadas, com muitas horas extras, em condições extremas e insalubres, realizando movimentos repetitivos e mecânicos, de pé e, frequentemente, ocasionando lesões físicas ou problemas emocionais. Devido ao desgaste e rigor das empresas, são os trabalhos nomeados vulgarmente como "3K": kitanai (sujo), kiken (perigoso) e kitsui (pesado).

conhecimento de um país do qual muitos não possuem recordações por terem saído do Brasil em tenra idade. Já outros nascidos no Japão, nunca sequer visitaram o Brasil.

Paradoxalmente, esses jovens possuem pouco conhecimento da língua e do país onde vivem, no caso o Japão. Eles ocupam um espaço cultural de intercessão entre dois países. No entanto, diferente dos estudantes bilíngues (que trataremos no próximo capítulo), estes estão em uma espécie de “limbo”, no qual não há um pertencimento concreto em nenhuma cultura, visando que o Brasil construído dentro das comunidades tem suas próprias características, não sendo uma réplica perfeita do país.

Mesmo com o isolamento cultural, a comunidade brasileira está dentro da sociedade japonesa, seguindo regras e deveres, portanto, por maior que seja a influência brasileira, esses jovens absorvem minimamente os conceitos morais e de convivência da sociedade japonesa, originando uma identidade mista.

Ademais, há fatores de exclusão por parte da sociedade japonesa, percebido de forma sutil, mas constante nas suas vidas. Mesmo os que nasceram no Japão, são comumente classificados da mesma forma do que os seus pais que migraram para o Japão na fase adulta. De acordo com Tsuda¹⁹:

Para compreender as experiências de alienação social entre os nipo-brasileiros no Japão, devemos analisar a natureza e as causas de seu isolamento social e separação da sociedade japonesa. Quando os nipo-brasileiros retornam, migram para sua terra natal ancestral, eles são etnicamente rejeitados como estrangeiros pelos japoneses devido a uma identidade étnico-nacional japonesa restritiva baseada em noções excludentes de ascendência racial e cultura. Como resultado, apesar da sua ascendência japonesa, são etnicamente marginalizados e socialmente excluídos no Japão devido às suas diferenças culturais (Tsuda, 2003, p. 6, tradução nossa).

Entretanto, o Português do Brasil é desenvolvido de forma plena nas escolas, tanto na escrita como na fala cotidiana. Porém, aqueles que vivem imersos na comunidade brasileira, absorvem, inevitavelmente, um pouco da cultura e dos costumes do Japão, dando origem a um novo perfil cultural brasileiro, como sugere Hall (2000):

¹⁹ Takeyuki Tsuda é um antropólogo e pesquisador renomado, especializado em estudos de migração e identidade étnica, hoje professor de Antropologia na Universidade Estadual do Arizona, Estados Unidos da América. É especializado em estudos de migração, identidade étnica e transnacionalismo, com um foco particular na migração de japoneses e japoneses-brasileiros.

A identidade social do sujeito é o âncora para a construção de qualquer identidade cultural e nacional. Essa identidade é formada por diversos fatores de um indivíduo já inserido em um contexto histórico-social que o precede, estando ainda sempre em transformação (HALL, 2000). Para Woodward (2000), a identidade é relacional uma vez que uma identidade depende da outra identidade que é diferente para existir, ou seja, de algo fora dela, que fornece as condições para que ela exista (Hall, 2000; Woodward, 2000 *apud* Ketzer *et al.*, 2017, p. 681).

3.3O ensino do PLM nas escolas brasileiras no Japão

As escolas brasileiras surgiram informalmente no final da década de 1990. Embora não pudessem expedir documentos comprovativos aos estudantes como histórico escolar e certificados de conclusão, possibilitavam que o estudante tivesse uma equivalência de conteúdo ao aplicado no Brasil.

Esse conhecimento informal possibilitava que o estudante retornasse ao Brasil e, sendo previamente avaliado, pudesse então se adequar ao ano escolar adequado à sua idade.

Em 2000²⁰, o MEC (Ministério da Educação) iniciou um processo de homologação dessas escolas brasileiras, a fim de acompanhar a qualidade de ensino e possibilitar a expedição de documentos regulares com o aval do governo brasileiro.

Segundo o Ministério da Relações Exteriores²¹, as escolas brasileiras podem ser definidas como:

[...] estabelecimentos privados, de direito japonês, que oferecem atividades de educação básica em português, com aulas de língua japonesa, e cuja proposta pedagógica e organização curricular são baseadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nas Diretrizes Curriculares Brasileiras (Brasil, 2013, p. 9).

Institucionalmente, para que uma escola brasileira possa oferecer os seus serviços educacionais, é preciso que esta seja homologada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil. De acordo com a página do Ministério da Relações Exteriores, baseada na resolução do Ministério da Educação²², Conselho

²⁰ Cf: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-toquio/escolas-brasileiras/escolas-homologadas>. Acesso em: 17 mar. 2023.

²¹ Cf: <https://www.gov.br/mre/pt-br/consulado-nagoia/educacao/escolas-homologadas>. Acesso em: 17 mar. 2023.

²² Cf.: https://www.gov.br/mre/pt-br/consulado-nagoia/nagoia-arquivos/arquivos-educacao/parecerne_mec012013.pdf. Acesso em: 17. mar. 2023.

Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica (2013), a homologação de uma escola brasileira considera que:

[...] o estabelecimento solicitou credenciamento à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) e recebeu parecer favorável, o qual foi homologado pelo Ministério da Educação (MEC). A homologação habilita o estabelecimento a emitir documentos escolares válidos no Brasil para todos os fins e direitos.

Os estabelecimentos homologados devem cumprir com as normas da Resolução CNE/CEB n. 1 de 3 de dezembro de 2013.

Segundo a Resolução nº 1 de 3 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, que define normas para declaração de validade de documentos escolares emitidos por escolas de Educação Básica que atendem a cidadãos brasileiros residentes no exterior:

‘Art. 3º São condições básicas para que um estabelecimento possa se adequar às normas da presente Resolução, a fim de emitir documentos escolares considerados válidos no Brasil:

[...] V - a atualização do cadastro do estabelecimento e dos seus dirigentes, sempre que houver alterações, junto à Embaixada do Brasil no respectivo país, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva alteração;’

Em caso de mudança de diretor(a), é necessário solicitar atualização do cadastro de assinatura, para que os documentos escolares emitidos pelo estabelecimento possam ser devidamente consularizados (Brasil, 2013, p.14).

Além da embaixada do Brasil e consulados, existe a “Associação das Escolas Brasileiras no Japão” (AEBJ)²³, uma entidade sem fins lucrativos, que representa as escolas brasileiras sediadas no Japão perante o governo brasileiro e japonês. É referência no que diz respeito à educação de crianças e jovens brasileiros residentes no Japão.

Segundo a página digital da associação:

A AEBJ tem como objetivo ajudar as escolas brasileiras no Japão a manter boa gestão escolar, melhorar a qualificação dos professores e promover o desenvolvimento saudável das crianças brasileiras por meio de atividades de intercâmbio cultural, a fim de incrementar a interação entre a comunidade brasileira e a população local, contribuindo dessa forma com a construção de uma sociedade saudável e com o desenvolvimento da região.

A associação busca por uma integração maior entre a comunidade brasileira e a sociedade japonesa, assim como apoio e controle do ensino ofertado nas escolas brasileiras, a partir das seguintes ações: seminários para melhorar a qualificação dos profissionais brasileiros que atuam na educação; projetos para

²³ Cf. <http://www.aebj.jp/sobre.php?idioma=pt>. Acesso em: 20 dez. 2022.

promover o intercâmbio entre brasileiros e japoneses e apoio às escolas brasileiras em todas as áreas.

As comunidades brasileiras ocupam algumas regiões específicas no Japão. A embaixada brasileira no Japão, juntamente com os consulados, procura acompanhar a existência dessas instituições, sempre atualizando uma lista de escolas homologadas.

Considerando que essas escolas precisam seguir uma proposta pedagógica e regulamentações estabelecidas pelo governo brasileiro, iniciaremos com a descrição estrutural física das escolas brasileiras no Japão.

Algumas escolas estão dentro do padrão de uma instituição de ensino japonês, como a Escola Alegria do Saber no estado de Aichi-ken, na cidade de Toyota, ilustrada nos anexos 6 e 7. Contudo, existem algumas que funcionam em estruturas alugadas, em que as divisões não atendem exatamente à estrutura de uma escola, tal como pátio, quadra esportiva, salas de aula amplas, biblioteca, laboratórios, refeitório, entre outros ambientes. No entanto, algumas são reformadas para atender ao menos o mínimo das exigências e garantir a segurança e o conforto dos estudantes.

Há uma particularidade no quesito relacionado ao corpo docente das instituições. Os profissionais disponíveis nem sempre possuem formação na área de ensino que atuam. Normalmente, os professores com formações em humanas lecionam todas as disciplinas da área, tais como: História, Geografia, Língua Portuguesa, Inglês e Filosofia. Já os profissionais com formação na área de exatas costumam lecionar Matemática, Física, Química e Biologia. Isso ocorre devido à falta de profissionais especializados, já que a população brasileira no Japão, na sua maioria, não possui nenhuma graduação.

O sistema de ensino utilizado provém do Brasil e, geralmente, são materiais e metodologias usadas nas melhores escolas privadas brasileiras, algumas, inclusive, incorporam não apenas o material, mas toda a estrutura, como o “Sistema Objetivo de Ensino”.

Com o advento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), a maioria dos sistemas de ensino, além de fornecer material didático atualizado, também oferece treinamentos aos professores, como ocorre no sistema “Positivo”, que proporciona treinamentos periódicos aos professores para o controle de qualidade e atualização.

A *priori*, a carga horária escolar permanece a mesma do Brasil, 5h diárias em 5 dias por semana. Porém, todas as escolas oferecem um programa integral no qual o aluno permanece na escola das 08h até às 18h, recebendo alimentação, recreação e apoio na execução das tarefas. Esse serviço é muito solicitado pelos pais, dado que a maioria trabalha integralmente e teme deixar os seus filhos sem supervisão em casa. Portanto, a relação escolar nas escolas brasileiras também é diferenciada nas relações interpessoais.

Visto que os professores e funcionários constroem elos de representação familiar, o ensino vai além do conteúdo programático, consoante a existência de um educar que costuma ser desenvolvido em casa, mas que na ausência dos pais é suprido pelo ensino integral, como afirma Cavaliere (2002):

[...] a formalização da educação por meio de uma instituição – a escola – não deve significar que o fenômeno que dentro dela ocorra seja qualitativamente diferente do fenômeno global de vida/experiência/aprendizagem que caracteriza a própria condição humana. A educação escolar é uma necessidade das sociedades complexas e um excelente meio para o desenvolvimento das “experiências reflexivas”. [...] Isso significa propor uma prática escolar onde experiências reais, com fins em si mesmas, e não apenas “preparatórias”, ocorram; onde relações interpessoais se estabeleçam em diversos níveis e onde os aprendizados científicos e para as vidas pública e privada aconteçam de maneira integrada (Cavaliere, 2002, p. 259-260).

A seguir, podemos verificar esta lista na sua última atualização, de 2022.

Tabela 8: Lista de escolas.

<p>ESTADO DE MIE-KEN</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Escola Nikken 2. Escola Alegria de Saber Suzuka
<p>ESTADO DE NAGANO-KEN</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Colégio Pitágoras de Ueda 2. Centro Educacional Novo Damasco
<p>ESTADO DE SHIGA-KEN</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Colégio Latino 4. Creche Santos Dumont

<p>ESTADO DE SHIZUOKA-KEN</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Centro de Ensino Nippo-Brasileiro 2. Colégio Nippo-Objetivo de Kikugawa 3. Centro Educacional Sorriso de Criança 4. Escola Alcance 5. Escola Alegria de Saber Hamamatsu 6. Escola Cantinho Feliz 7. Escola Mundo de Alegria
<p>ESTADO DE AICHI-KEN</p> <ol style="list-style-type: none"> 8. Escola Prof. Kawase 9. Educacional Nova Etapa 10. Colégio Isaac Newton 11. Hiro Gakuen -Escola Brasileira Professor Kawase
<p>ESTADO DE GUNMA-KEN</p> <ol style="list-style-type: none"> 12. Nippakugakuen 13. Escola Paralelo

Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

3.4 O perfil dos estudantes das escolas brasileiras

A principal questão a ser levantada sobre os jovens que frequentam as escolas brasileiras e vivem na comunidade brasileira é o comportamento cultural quase que idêntico a um adolescente que vive no Brasil.

É possível perceber desde a linguagem jovial, tal como gírias e expressões atualmente usadas no Brasil, até as vestimentas e valores sociais. Com o surgimento das redes sociais e diversos canais do Youtube no Brasil, os indivíduos conhecidos como “*influencers*” se tornam referências culturais dentro e fora do país. Ademais, há o acesso de produções de TV, séries, músicas e toda cultura POP brasileira disponível na internet. Existe, ainda, a facilidade de contato com familiares que estão no Brasil, mantendo uma relação diária pelos aplicativos dos *smartphones*.

Toda essa imersão cultural proporciona esse perfil quase que totalmente brasileiro. É uma sociedade jovem paralela, em que poucos possuem amigos japoneses, de modo que a maior parte socializa apenas entre os seus; confirmando a ideia de que fora do sistema educacional japonês, esses estudantes vivem em um universo fechado.

Antagonicamente, esse perfil não pode ser julgado como cultural e integralmente brasileiro. No Japão, a vida, de forma geral, possui regras sociais em

todos os ambientes. Essas questões e valores, conseqüentemente, são incorporados automaticamente, construindo uma identidade cultural única nestes jovens.

Todavia, existe um fenômeno complexo de identidade cultural. A comunidade japonesa segrega de forma discreta os estrangeiros que aqui vivem, desenvolvendo um conflito de pertencimento e, tratando-se deste grupo em específico, uma vez que se sentem rejeitados, também rejeitam sempre que é possível o comportamento do povo japonês, no que se diz respeito ao comportamento, padrão de beleza, valores morais, entre outros aspectos.

Há, ainda, uma continuação dessa crise identitária. Quando retornam ao Brasil, seja de forma definitiva ou apenas para visitar familiares, logo percebem que por mais influência que possuam do Brasil, a sua brasilidade é totalmente questionável e, assim, mais uma vez tornam-se, aos olhos da sociedade, estrangeiros, ainda que de forma ideológica, instalando-se uma crise de identidade cultural.

A identidade social do sujeito é o âmago para a construção de qualquer identidade cultural e nacional. Essa identidade é formada por diversos fatores de um indivíduo já inserido em um contexto histórico-social que o precede, estando ainda sempre em transformação (HALL, 2000). Para Woodward (2000), a identidade é relacional uma vez que uma identidade depende da outra identidade que é diferente para existir, ou seja, de algo fora dela, que fornece as condições para que ela exista (Hall, 2000; Woodward, 2000 apud Ketzer *et al.*, 2017, p. 681).

Neste capítulo, foi possível analisar o ensino do Português do Brasil como Língua Materna (PLM), desenvolvida de forma plena, tanto nas questões da aquisição nos anos iniciais até o desenvolvimento formal dentro de um sistema educacional brasileiro no Japão.

No entanto, há um segundo público brasileiro que frequenta o sistema de ensino japonês. Este grupo de brasileiros possui pleno domínio da cultura do país, mas estuda o Português do Brasil como língua de herança (PLH), como veremos no próximo capítulo.

4 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE HERANÇA (PLH)

4.1 Conceitos do Português como Língua de Herança (PLH)

Para compreendermos o termo Português como Língua de Herança (PLH) é necessário valer-se da definição da expressão. O termo “Língua de Herança” pode ser definido como a Língua Materna utilizada pelos migrantes e pelos seus descendentes em um outro país.

O PLH é adquirido simultaneamente com a língua majoritária do país onde se vive. Identificada como um bem simbólico, geralmente, é aprendida e usada no seio familiar ou em pequenas comunidades e meios sociais. Juntamente com o PLH, existem elementos culturais imputados na língua como uma forma de preservação cultural étnica.

No caso do Japão, o Português como Língua de Herança não pode ser entendido de forma homogênea ou estática, pois varia conforme as condições de transmissão. As famílias brasileiras no Japão vivem realidades distintas, há lares em que ambos os pais são brasileiros e utilizam majoritariamente o português em casa, outros em que apenas um dos pais utiliza a língua, e ainda famílias em que o japonês domina todas as interações.

Assim, o nível de exposição à língua muda conforme a composição familiar, o tempo de residência e a valorização do português no cotidiano. Essa diversidade impede que se fale de um “modelo único” de PLH no Japão.

Outro fator é o acesso desigual à escolarização formal em português. Nem todas as crianças frequentam projetos comunitários de PLH e muitas estudam apenas em escolas japonesas e têm contato com o português apenas no ambiente doméstico.

Dentro desta realidade há questões relacionadas ao grau de instruções da família, onde é possível encontrar lares com pais graduados assim como pais com pouquíssima escolaridade. Conseqüentemente, o domínio linguístico dessas crianças pode variar de compreensão passiva a produção ativa fluente, dependendo das oportunidades de prática, da alfabetização e da continuidade do ensino.

Devemos considerar também que contribui no processo de formação das identidades culturais. A língua torna-se também símbolo de pertencimento, funciona como veículo de memória familiar e cultural, marcando laços com o Brasil

mesmo em ambientes onde o português é minoritário. Trata-se de um fenômeno em constante redefinição, não é estático, mas um processo em permanente redefinição.

A cada geração, a língua adquire novos valores simbólicos, novas funções e novos modos de uso. Sua manutenção envolve não apenas a comunicação, mas a continuidade de uma memória coletiva e de uma identidade transnacional. Assim, mais do que um conceito delimitado, o PLH representa um fluxo de pertencimento linguístico e cultural, que reflete a heterogeneidade da comunidade brasileira no Japão.

O Português como Língua de Herança (PLH), tema central deste capítulo, trata, especificamente, do desenvolvimento e da aquisição do Português do Brasil no Japão como língua de herança na comunidade brasileira.

Nesse sentido,

Entendemos PLH, no âmbito desta contribuição, como língua adquirida junto da família e da comunidade de origem deslocalizada, num ambiente linguístico maioritário [...]. Neste sentido, o português língua de herança (PLH) é uma língua com um grau muito variável de 'estranheza', situando-se de forma muito variável e dinâmica no continuum 'conhecido/desconhecido' (DABÈNE, 1994), dependendo das práticas de comunicação e de transmissão familiares (Bastos; Melo-Pfeifer, 2017, p. 181).

Considerando aspectos do ensino-aprendizagem do PLH, é possível compreender que, além da formação de sujeitos bilíngues, também podemos observar uma cultura mista. Essa cultura abarca não apenas a língua, mas também a aquisição cultural e a construção de uma identidade particular. Todos esses elementos estão intrinsecamente relacionados com a língua e a cultura do país de residência, estabelecendo questões de hibridização cultural e linguística.

4.2 Perfil dos estudantes de PLH no Japão

Antes de adentrarmos nas questões que envolvem os processos de ensino-aprendizagem do PLH no Japão, é essencial entendermos o perfil desses estudantes que estão envolvidos em algumas questões, como: políticas migratórias, diferenças fenotípicas e influência familiar concernente à importância do aprendizado da Língua Materna dos pais, bem como à cultura de origem da família. Essas crianças e jovens são filhos de brasileiros que frequentam o sistema de

ensino japonês. Eles utilizam o Português do Brasil no núcleo familiar, na comunidade brasileira e, em alguns casos, participam de cursos de PLH.

Podemos descrever a escola japonesa como uma instituição de ensino diferenciada diante dos padrões de muitos países desenvolvidos. A carga horária escolar é de cerca de 7h, tendo, nesse período, intervalos para alimentação e atividades físicas.

As escolas são delimitadas distritalmente, regidas sob os cuidados de uma prefeitura. As crianças frequentam a escola determinada pela prefeitura, que tenta considerar a menor distância possível da residência do estudante, já que faz parte da organização escolar que todas as crianças a partir dos seis anos façam o percurso a pé, juntas e sem a companhia dos seus pais. A única supervisão é de um aluno mais velho, com cerca de 10-12 anos, que observa o grupo do seu bairro.

Considerando o período desde o trajeto até o retorno para casa, é evidente que o contato com a língua local é intensa e tende a ser desenvolvida com maior excelência. Grande parte dos pais não possui fluência na língua japonesa para manter um diálogo pleno com os filhos. Assim, ao chegarem nas suas casas, a língua de interação precisa ser alternada automaticamente para o português.

No Japão, na maior parte dos casos, o PLH surge no contexto de necessidade de comunicação entre os familiares. Alguns passam a utilizar apenas o Japonês, já que é mais cômodo estabelecer uma única língua, ou seja, compreendem os diálogos em Português, mas respondem em japonês, podendo resultar em falhas na comunicação.

Existem, ainda, questões de negação da própria nacionalidade brasileira, assim como repulsa das suas origens. Isso ocorre por questões que envolvem leis migratórias, tal como a que determina que uma criança nascida no Japão só poderá receber a nacionalidade japonesa se o pai ou a mãe for um japonês. Crianças que são frutos de estrangeiros ou *nikkeys* (estrangeiros descendentes de japoneses) recebem a nacionalidade dos pais, podendo solicitar naturalização após completar 18 anos. Nesses casos, existe um complexo processo no departamento de imigração, que poderá aprovar ou não o pedido de naturalização.

Considerando as informações acima, é de grande estranheza para um indivíduo que nasce no Japão, que frequenta o sistema escolar japonês e possui interações sociais, sendo influenciado diretamente pela cultura local, que possa ser

considerado um brasileiro, sendo que muitos destes jovens sequer visitaram o Brasil.

Em função disso, surge uma problemática de identidade cultural. O sentimento de não pertencimento em ambos os países faz com que esses jovens questionem as suas identidades étnicas, o que se contrapõe à necessidade natural de fazer parte de um grupo junto aos seus semelhantes. Segundo Amparo, Alves e Cardenas (2004):

A identidade organiza-se na confluência do individual e do social, portanto, implica o próprio eu (self) e o outro nas suas várias representações como a família, os pares, as instituições e a comunidade. A noção de identidade relaciona-se, nesse sentido, ao pertencimento e, portanto, tem um caráter ao mesmo tempo individual estrutural (quando ligado à apropriação do corpo próprio, representação de si e imagem do corpo) e social, quando relacionada as dimensões de vinculação ao outro e territorialização. Visto dessa forma, o laço social ocupa um lugar fundamental na construção da identidade, particularmente no decurso da adolescência. Além da configuração simbólica do indivíduo, o meio cultural conforma e constrói a identidade particular, pois ela se estabelece como diferença cultural frente ao grupo (Amparo; Alves; Cardenas, 2004, p. 12).

Considerando as questões descritas, o PLH exerce uma função que vai além do ensino da língua e resgate cultural. É um meio no qual a construção da identidade é desenvolvida e valorizada, com a expectativa de que esses indivíduos encontrem o seu lugar de pertencimento.

As diferenças fenotípicas também abrem precedentes para questões de conflitos de identidade. Algumas crianças e jovens brasileiros possuem 100% das características físicas japonesas; isso ocorre quando não há miscigenação na linhagem da família, desde a partida dos seus antepassados para o Brasil, até o regresso dos seus descendentes para o Japão. Da mesma forma, há indivíduos que não possuem traços asiáticos, em função do histórico da grande miscigenação na linhagem familiar.

Analisando as duas realidades relatadas, podemos observar duas vertentes de um paradoxo complexo que faz com que os jovens desta geração tenham dificuldades para o encontrar seu lugar na sociedade.

O primeiro está relacionado ao indivíduo que possui 100% do fenótipo japonês, nasceu e cresceu no Japão, domina plenamente a língua e cultura japonesas, mas a sua nacionalidade é brasileira.

Por sua vez, o segundo caso se refere ao indivíduo que possui aparência estrangeira e nacionalidade brasileira, mas se comporta inteiramente como um japonês nativo. Este último caso em específico não seria um problema em outros países. No entanto, considerando o Japão um país insular, que ficou fechado por muitos anos e possui uma cultura baseada na padronização, incluindo nesse caso a aparência física, há um distúrbio de aceitação por parte do estudante e, em alguns casos, das pessoas do seu convívio social, como descreve Binkowski (2020):

Seguindo nessa linha investigativa, pensamos aqui a adolescência como esse combo de ofertas que marca corpo, realça certas marcas biológicas, modula o desejo e confronta constantemente o sujeito com uma certa ideia de destino, no caso, a própria adolescência. Nesse tempo de desconstrução do infantil (em suas marcas corporais e nos objetos de desejo prototípicos desse período), as dimensões do social e do cultural ganham muito relevo, pois compõem esse campo linguareiro simbólico-imaginário que serve de recurso tanto para as manutenções e continuidades experienciais como para aquilo que se configura enquanto modelo de ruptura e transgressão (Binkowski 2020, p. 51).

Existem algumas famílias que, sem perceber, reforçam apenas aspectos negativos do Brasil. Isso ocorre porque quase todos os brasileiros precisaram migrar do Brasil para o Japão em decorrência da violência, falta de emprego, instabilidade econômica e política. Essas questões depreciam o Brasil em conversas familiares, fazendo menções sempre negativas.

Consequentemente, um indivíduo consciente de que sua origem e nacionalidade estão associadas a um país que enfrenta desafios pode buscar anular essas raízes, evitando até mesmo falar a língua correspondente. Portanto, observando tantos vieses, podemos concluir que muitos brasileiros se envergonham da sua nacionalidade, buscando omiti-la tanto quanto possível.

Essa rejeição às próprias origens é um fenômeno comum nas segundas gerações de outros países. Braga (2019) descreve isso no seu artigo intitulado O “Ser Filho de Imigrante” na Vida Social dos Jovens Imigrantes Brasileiros de Segunda Geração nos Estados Unidos. Segundo o autor, para os filhos de imigrantes, o seu local de nascimento ou lar de infância é o país que seus pais chamam de país estrangeiro. Como resultado, o seu vínculo com esse país é mais duradouro e profundo do que o dos seus pais. Esse país faz parte da sua identidade e eles se sentem pertencentes à sociedade.

No entanto, esse sentimento de pertencimento levanta uma questão fundamental de origem, uma vez que são filhos de imigrantes. Como imigrantes de segunda geração, eles não podem ignorar ou apagar essa parte da sua identidade que molda o seu lugar na sociedade japonesa. A condição de ser filho de imigrante e, conseqüentemente, pertencer à segunda geração, não é algo que diz respeito ao imigrante de segunda geração somente em relação à sua própria subjetividade, sentimentos e autopercepções.

Para Beatriz Padilla e Alejandra Ortiz (2014), a condição de ser segunda geração é um status de ser “filho de”. Ser definido, tratado, colocado ou se colocar como segunda geração é algo que é socialmente inscrito e rotulado: ser um filho de imigrante, ser de origem imigrante.

Em suma, o perfil dos alunos ao iniciarem um processo de aprendizado da Língua Portuguesa precisa, em muitos casos, ter, primeiramente, apoio e orientação quanto à sua posição no Brasil, no Japão e o grande valor da sua história e bagagem cultural.

4.3 O ensino do PLH na comunidade brasileira

O ensino do PLH na comunidade brasileira no Japão surgiu informalmente com as mães ou mulheres que, no Brasil, possuíam um extinto curso técnico nomeado magistério, que permitia atuar no Ensino Infantil e Fundamental I (até a 4ª série da época, 5º ano na atualidade).

Como já dito anteriormente no primeiro capítulo, por décadas, a emigração dos brasileiros para o Japão foi temporária. O motivo inicial era preservar e ensinar o Português do Brasil para um regresso certo ao Brasil. Ademais, havia outras questões, tais como: manter a comunicação entre pais e filhos e o vínculo afetivo com outros familiares no Brasil.

Lico (2011), ao falar sobre o fluxo migratório de brasileiros para países com maiores oportunidades socioeconômicas, percebe que existe uma consciência em manter viva a cultura e o vínculo familiar no Brasil.

Essa consciência, manifestada pelo desejo de que os filhos criem ou mantenham vínculos afetivos com os familiares residentes no Brasil e pela necessidade de que haja entendimento entre as partes e bom trânsito no ambiente social quando visitam o país, tem motivado mais e mais famílias a procurar maneiras de proporcionar o aprendizado da língua portuguesa e da riqueza da cultura brasileira a seus

descendentes. Vale destacar que esse movimento é dramaticamente maior entre os brasileiros que emigraram, temporária ou permanentemente, em situação regular e que tem, portanto, melhores condições sócio-econômicas [sic] para compreender essa situação e tornar possíveis suas escolhas (Lico, 2011, p. 1).

Inicialmente, o termo PLH era desconhecido. A comunidade brasileira no Japão usava os termos: aula de alfabetização ou aula de português. O ensino se baseava na alfabetização, ortografia e gramática. Com o tempo, quem passou a tomar mais iniciativas nesta área foram aqueles que possuíam alguma formação acadêmica no Brasil. Posteriormente, universidades EAD surgiram no Japão, promovendo a formação de profissionais qualificados em pedagogia, entre outros cursos de licenciatura, dando início a uma nova realidade no PLH no Japão.

Além disso, surgiram cursos com didáticas mais atuais e maior preocupação com o plano de ensino. Outros aspectos também surgiram para contribuir com a qualidade de ensino, dentre eles estão: bilinguismo, manutenção da cultura brasileira, entre outras questões, como sugere Mendes (2012):

O processo de ensino-aprendizagem de PLH deve ser capaz de desenvolver nos alunos as capacidades de tradução, de movimento e deslize entre as línguas-culturas em contato, permitindo que cada aprendiz construa o seu próprio lugar na língua, com suas próprias ferramentas e possibilidades. A eles deve ser permitido construir os seus próprios modos de representação, de aproximação e pertencimento (Mendes, 2012, p. 30).

Atualmente, existem inúmeras possibilidades para estudar o PLH, tendo como exemplo o Espaço Simplifica, representado visualmente no anexo 8. Contudo, estão amplamente distribuídas em diferentes espaços educacionais, a saber:

a) ESPASIM

Local: Domicílio Região: Ogaki, Gifu

Site: <https://espasim.jp/>

b) SABERES JAPÃO

Local: Domicílio Região: Handa, Aichi

Site: <https://msha.ke/matsuokasabrina/>

c) Sônia Yoshikawa

Local: Escola Ccaminho Suave

Região: Iwata, Shizuoka

d) Cantinho Construindo o Saber

Local: Domicílio

Região: Toyota, Aichi

e) Projeto Alfabetização Beija-flor

Local: Domicílio

Região: Kameyama, Mie

f) Prof. Régis Tavares

Local: Escolinha Professora Rebeca

Região: Kosai, Shizuoka

g) Alfaletando Japão

Local: Salão alugado

Região: Aichi

h) ABC do Aprender

Curso online para todo o Japão

Região: Hamamatsu, Shizuoka

Os profissionais que ofertam o PLH possuem uma grande responsabilidade não só quanto às questões práticas de ensino, mas também como mediadores na construção e valorização de uma identidade cultural. Como educador, é crucial criar atividades de linguagem que utilizem o conhecimento linguístico existente dos alunos. É igualmente importante reconhecer e incorporar os traços genéticos, étnicos e dialéticos dos alunos, pois essas características moldam a cultura primária de um povo e da sua língua.

Retomando a análise da considerável quantidade de possibilidades de instituições de ensino do PLH, podemos supor que esta oferta evidencia uma demanda, isso é, mostra uma preocupação das famílias em manter suas raízes linguísticas e culturais, tendo o professor como figura de inestimável importância, juntamente com a sua própria colaboração, como afirma Lico (2011):

A família comprometida conta com o professor como autoridade no entendimento da complexidade da situação e como aliado; o professor,

por sua vez, reconhece e trata a família como detentora do papel principal na orientação geral e suprimento das necessidades comunicativas do aluno. Este, por seu lado, procura apoio e consistência de cima (pais) e dos lados (professores e colegas) e, em troca, oferece seu esforço legítimo e sua disponibilidade em dar ‘frutos’ (Lico, 2011, p. 3).

Da mesma forma que esta pesquisa levantou dados sobre o PLM, assim também foi feito com o PLH. Após uma pesquisa com três famílias, sobre as quais os pais optaram por matricular seus filhos no sistema japonês, a partir de iniciativas em construir uma educação bilíngue com o PLH, apresentamos as seguintes considerações:

Tabela 9: Família 1.

LOCAL DE ORIGEM	São Paulo - São Paulo
IDADE DOS ESTUDANTES	20, 17 e 9 anos
NÚMERO DE MEMBROS	4 (mãe, filhas e filho)
TEMPO NO JAPÃO	10 anos
REGIÃO DE RESIDÊNCIA NO JAPÃO	Oizumi - Gunmma

Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

Tabela 10: Questões abordadas.

<p>1) Por qual motivo decidiu matricular seus filhos no ensino japonês?</p> <p>“Eu queria que meus filhos aprendessem a língua do país onde moramos. Também não tinha escola brasileira perto de onde nós moramos logo que chegamos no Japão. Depois até apareceu, mas eu não conseguiria pagar, são 3 filhos e eu sou mãe divorciada, mas os pais de nenhum dos três pagam pensão alimentícia”.</p>
<p>2) Seus filhos dominam o Português (oralidade e escrita)?</p> <p>“Os dois mais velhos chegaram aqui com 10 e 7 anos, então foram alfabetizados. Com o tempo, conforme foram crescendo, passaram a falar só comigo em casa, eu não falo praticamente nada, então o mais velho sempre foi o tradutor da nossa família. Dá para entender o que eles falam, mas erram muito e para escrever mensagem é difícil de entender viu (risos).</p> <p>A mais nova é de um relacionamento que eu tive, o pai não quis assumir, como eu já tinha experiência com o meu primeiro ex-marido, deixei pra lá. Trabalhei na fábrica de barrigão até o dia do parto, depois consegui entrar no seguro-desemprego e quando ela tinha 6 meses já foi para a creche e eu voltei a trabalhar. Agora eram três para dar de comer, vestir e estudar.</p> <p>A menina hoje tem 9 anos, tem o japonês fluente, a professora sempre elogia nas reuniões, fala o português igual uma japonesa, mas fala”.</p>

<p>3) Seus filhos dominam o Japonês (oralidade e escrita)?</p> <p>“O mais velho não domina muito bem não. Ele entende, sabe responder, sabe ler mas escrever nem tanto. Mas no português é a mesma coisa, então é meio a meio. O do meio a mesma coisa, a única diferença é que esse escreve um pouco melhor. A mais nova é igual uma japonesa”.</p>
<p>4) Pretende voltar ao Brasil?</p> <p>“Um dia eu quero voltar sim, não quero passar minha velhice aqui, a gente pode viver uma vida inteira aqui, mas nunca seremos japoneses. Mas não tenho planos não, meus filhos estão sendo criados aqui, não sei se iriam se adaptar e conseguir trabalho”.</p>
<p>5) Qual é seu principal objetivo em manter a Língua Portuguesa na vida dos seus filhos?</p> <p>“O principal é porque eu não falo japonês, então eles são meus filhos e precisam falar comigo. O outro é porque a gente nunca sabe o dia de amanhã né? Vai que temos que voltar de repente, nunca se sabe”.</p>

Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

Tabela 11: Família 2.

LOCAL DE ORIGEM	Dourados - Mato Grosso do Sul
IDADE DO ESTUDANTE	28
NÚMERO DE MEMBROS	3 (pai, mãe e filho)
TEMPO NO JAPÃO	23 anos
REGIÃO DE RESIDÊNCIA NO JAPÃO	Yokaichi - Mie-ken

Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

Tabela 12: Questões abordadas.

<p>1) Por qual motivo decidiu matricular o filho no ensino japonês?</p> <p>“Na época em que chegamos aqui, não tinha muitas escolas brasileiras. Também não dava para saber se iria servir no Brasil, então foi automático ele entrar na escola japonesa. Meu filho tinha 5 anos, ficou um ano na creche e depois foi para a escola. Ele fez até o ensino médio, entrou na universidade japonesa, se formou em ciências da computação, conseguiu se naturalizar, passou em um concurso público e hoje trabalha na prefeitura e é casado com uma japonesa que é uma filha para mim”.</p>
<p>2) Seu filho domina o Português (oralidade e escrita)?</p> <p>“Sim, hoje ele me agradece por ter insistido quando era criança. A maior fluência dele é o japonês, mas o que ele aprendeu em português garantiu inclusive uma boa colocação no trabalho”.</p>
<p>3) Seu filho domina o Japonês (oralidade e escrita)?</p> <p>“Sim, totalmente”.</p>

4) Pretende voltar ao Brasil?

“Não, apenas para passear”.

5) Qual é o principal objetivo em manter a Língua Portuguesa na vida do seu filho?

“Primeiro foi garantir que quando voltássemos para o Brasil ele pudesse retomar os estudos sem grandes dificuldades, e em segundo plano foi pra manter contato com a família no Brasil. Eu e o pai dele também não sabemos muito a língua japonesa”.

Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

Tabela 13: Família 3.

LOCAL DE ORIGEM	Botucatu - São Paulo
IDADE DO ESTUDANTE	15 anos
NÚMERO DE MEMBROS	3 (pai, mãe e filha)
TEMPO NO JAPÃO	20 anos
REGIÃO DE RESIDÊNCIA NO JAPÃO	Anjo - Aichi-Ken

Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

Tabela 14: Questões abordadas.

1) Por qual motivo decidiu matricular a filha no ensino japonês?

“A minha filha nasceu aqui no Japão, então primeiro ela foi para a creche japonesa, como eu vi que ela tinha de adaptado, ela seguiu na escola”.

2) Sua filha domina o Português (oralidade e escrita)?

“Sim, porque ela estuda desde os 6 anos no cursinho de português e em casa a gente só fala em português”.

3) Sua filha domina o Japonês (oralidade e escrita)?

“É a língua que ela mais domina por causa da escola”.

4) Pretende voltar ao Brasil?

“Agora não, mas se precisar nós estamos com a cabeça aberta”.

5) Qual é o principal objetivo em manter a Língua Portuguesa na vida da sua filha?

“Eu quero que esteja preparada para tudo sabe, morar aqui, no Brasil e porque saber bem dois idiomas sempre aumenta a chance de ter um bom emprego. Ah e o principal, tem que falar a língua da família dela né [risos]”.

Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

Analisando o discurso e as justificativas dessas famílias entrevistadas, é possível perceber um ponto em comum entre as famílias do segundo capítulo, cuja escolha foi o ensino brasileiro. A incerteza de retorno ao Brasil e a falta de planejamento quanto ao futuro norteia os dois grupos, embora as decisões tomadas tenham sido diferentes.

Em suma, como observado, o fato de terem optado pela escola japonesa não foi baseada em uma decisão concreta de permanecer no Japão. Essa conclusão fica ainda mais evidente quando o PLH passa a ter importância no processo de escolarização dos filhos, a fim de garantir ao menos o básico do Português do Brasil em uma possível situação de retorno repentino ao Brasil.

Ademais, há um outro fator de suma importância, não apenas no que se diz respeito ao idioma, mas na manutenção do elo familiar, seja em casa ou com familiares no Brasil. A construção da identidade cultural e, principalmente, o seu papel e valor, tanto na sociedade japonesa como na comunidade brasileira, são difundidos em torno desses dois universos culturais tão distantes, como afirma Lico (2011):

Essa consciência, manifestada pelo desejo de que os filhos criem ou mantenham vínculos afetivos com os familiares residentes no Brasil e pela necessidade de que haja entendimento entre as partes e bom trânsito no ambiente social quando visitam o País, tem motivado mais e mais famílias a procurar maneiras de proporcionar o aprendizado da língua portuguesa e da riqueza da cultura brasileira a seus descendentes. Vale destacar que esse movimento é dramaticamente maior entre os brasileiros que emigraram, temporária ou permanentemente, em situação regular e que tem, portanto, melhores condições sócio-econômicas para compreender essa situação e tornar possíveis suas olhas (Lico, 2011, p. 1).

É possível afirmar que, tanto na terminologia do PLH como nas iniciativas e estratégias, este é um movimento relativamente novo, que gradativamente tem ganhado força e apoio, não apenas da comunidade brasileira, mas também das autoridades japonesas, ainda que de forma muito discreta.

Ainda tratando deste grupo de estudantes que frequentam o sistema de ensino japonês, devemos analisar qual é o destino desses jovens após finalizarem o Ensino Médio. A partir deste ponto será tratado no próximo capítulo o crescente ingresso desses filhos de emigrantes nas universidades japonesas, bem como a pesquisa realizada com os estudantes japoneses de PLE (Português como Língua Estrangeira).

Por fim, retomando aos conceitos de PLM e PLH. É importante ressaltar que a distinção entre o Português como Língua Materna (PLM) e o Português como Língua de Herança (PLH) é de natureza relacional, pois depende do contexto de uso e das condições em que a língua é adquirida e transmitida.

Enquanto o PLM é aprendido de forma espontânea e dominante no ambiente familiar e social dentro da comunidade brasileira, o PLH emerge quando essa mesma língua é mantida em situação minoritária, fora do país de origem, assumindo novas funções simbólicas e afetivas.

Assim, as fronteiras entre PLM e PLH não são fixas: um mesmo falante pode transitar entre essas categorias conforme o espaço linguístico em que vive, o grau de exposição e o papel que o português desempenha em sua trajetória

5 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NO JAPÃO (PLE)

5.1 A disseminação do PLE no Japão na atualidade

Neste capítulo, trataremos do Português como Língua Estrangeira (PLE). A disseminação da Língua Portuguesa, incluindo as variações do Brasil e Portugal, ocorre, basicamente, nas universidades japonesas e nos poucos cursos livres de idiomas. Nas universidades, encontramos o Português do Brasil ofertado como disciplina optativa, que pode estar dentro do departamento de estudos latino-americano ou no departamento de línguas estrangeiras, como exemplo temos no anexo 9 a divulgação do curso de Português do Brasil na Universidade Chubu.

Basilarmente, o ensino da Língua Portuguesa faz parte de uma disciplina adicional, com o intuito de ampliar o conhecimento do universitário, como registra Kobayashi (2013 p. 272), a “[...] especialização linguística é apenas vista como ferramenta para negócios, pondo de parte cultura, literatura, filosofia, etc”.

Após uma pesquisa em universidades japonesas em diferentes estados, apresentamos as seguintes instituições que oferecem o curso de língua portuguesa:

1) **Aichi Prefectural University**

Faculdade de Estudos Estrangeiros, Divisão de Estudos Ibéricos e Latino-Americanos

Estado: Aichi / Cidade: Nagakute

2) **Chubu University**

Departamento de Estudos Internacionais

Estado: Aichi / Cidade: Kasugai

3) **Keio University**

Departamento de Línguas Estrangeiras

Estado: Tokyo / Cidade: Tokyo

4) **Kyoto University of Foreign Studies**

Departamento de Estudos Luso-Brasileiros

Estado: Kyoto / Cidade: Kyoto

5) **Kyoto University of Foreign Studies**

Departamento de Estudos Luso-Brasileiros

Estado: Kyoto / Cidade: Ukyou

6) **Nagoya University of Foreign Studies**

Departamento de Artes Liberais e Estudos Globais

Estado: Aichi / Cidade: Nagoya

7) **Nanzan University**

Departamento de Estudos de Espanhol e América Latina

Estado: Aichi / Cidade: Nagoya

8) **Osaka University**

Departamento de Estudos Luso-Brasileiros

Estado: Osaka / Cidade: Minou

9) **Soka University**

Departamento de Línguas Estrangeiras

Estado: Tokyo / Cidade: Hachiouji

10) **Sophia University**

Departamento de Estudos Luso-Brasileiros

Estado: Tokyo / Cidade: Chiyoda

11) **Tenri University**

Departamento de Estudos Luso-Brasileiros

Estado: Nara / Cidade: Tenri

12) **Tokyo University of Foreign Studies**

Departamento de Estudos Luso-Brasileiros

Estado: Tokyo / Cidade: Fuchu

5.2 Fatores individuais e contextuais no ensino-aprendizagem do PLE

O processo da aquisição do PLE, assim como qualquer outra segunda Língua Estrangeira, perpassa por mecanismos distintos do aprendizado da Língua Materna, cuja aprendizagem está conectada diretamente com um *input* linguístico maior, em que há relações familiares e sociais, bem como a escolarização.

No ensino-aprendizagem do PLE, encontramos fatores que influenciam efetivamente no processo de aquisição do português, como também em qualquer outra língua. Com tal característica, na didática encontramos fatores contextuais que podem influenciar o desenvolvimento do processo de aprendizagem em situação formal. Já na psicolinguística, identificamos fatores individuais que são diferenciadores no desempenho do estudante de forma particular, como afirma Cabral (2002):

As abordagens de tarefa no ensino das línguas estrangeiras, quando planeadas de acordo com os princípios estabelecidos por Nunan (1996 b), têm em conta a influência dos fatores individuais e contextuais no processo de aprendizagem das línguas, uma vez que: a) partem de uma análise dos interesses e das necessidades de aprendizagem dos alunos; b) consideram o perfil linguístico, cognitivo e sociocultural dos aprendentes; c) têm em conta as dimensões atitudinais e motivacionais dos aprendentes, na medida em que preveem a negociação de conteúdos, materiais e atividades de ensino; d) valorizam mais os processos do que os produtos da aprendizagem; e) incentivam não só a autonomia de aprendizagem, mas também a aprendizagem colaborativa; f) a sua planificação implica flexibilidade de tempo nas sequências de aprendizagem e o respeito pelos ritmos de aprendizagem dos alunos; g) requerem o uso diversificado de recursos pedagógicos. adequados à natureza das tarefas a realizar (Cabral, 2002, p. 205).

Fatores contextuais no processo de aprendizagem de línguas estrangeiras se referem às multiplicidades de fatores que corroboram as dinâmicas em sala de aula e o desempenho dos estudantes. Além das questões teóricas que tangem o ensino da gramática, no processo de ensino do PLE é necessário que o docente aplique práticas que tragam a realidade do uso da língua, para que o estudante compreenda o estudo a ser adquirido como algo de relevância prática. Projetar uma aula com práticas diversificadas ou até mesmo lúdicas é um caminho para a absorção do conteúdo, de forma acolhedora e agradável.

Quando tratamos do processo de aprendizagem de línguas estrangeiras, os fatores individuais estão intimamente ligados às variáveis determinadas pela idade,

estilo cognitivo, aptidão linguística, conhecimento prévio da língua, interesse cultural e características de personalidade, como inibição, extroversão e autoestima.

Todas as variáveis mencionadas anteriormente são fatores a serem considerados. No entanto, podemos simplificar tal aspecto tratando o nível de motivação do estudante como um dos mais importantes.

Cabral (2002) compilou, na sua pesquisa, autores que em diferentes óticas podem chegar em um consenso comum sobre esta questão.

De acordo com Skehan (1989), o conceito de motivação tem sido definido no âmbito de várias hipóteses interrelacionadas: a) a hipótese intrínseca— que explica a motivação como uma força interior que impele a aprendizagem; b) a hipótese resultativa — que defende que o sucesso leva a perseverança na aprendizagem; c) a hipótese ‘régua ou cenoura’ (*carrot and stick*) - propõe que a motivação resulta de influências exteriores presentes no processo de aprendizagem (Skehan, 1989, p. 281).

O modelo sócio-educacional de Gardner e Lambert (1972), propõe que a motivação para a aprendizagem das línguas resulta de dois diferentes conjuntos de atitudes, os quais levarão à existência de uma motivação integradora (*integrative*) — um interesse pessoal, genuíno, pela cultura e pelos falantes da língua alvo — e à existência de uma motivação instrumental (*instrumental*) — associada ao valor prático da aprendizagem da língua alvo (Lambert, 1974, p. 8).

Crookes e Schmidt (1991) e Gardner e Tremblay (1994) defendem que a motivação para a aprendizagem das línguas resulta da interacção de quatro dimensões: a) a razão para a aprendizagem da língua alvo; b) o interesse pela situação de aprendizagem; c) o desejo de atingir um objectivo pessoal; e d) o esforço do aprendente no processo de aprendizagem (Crookes; Schmidt 1991, p. 469-512; Gardner; Tremblay, 1994, p. 359-368).

Tanto o fator contextual como o fator individual oferecerão embasamento para as dinâmicas das aulas de PLE. Nas próximas subseções, será possível fazer conexões e compreender de forma mais clara essas teorias nas práticas aplicadas.

5.3 O PLE nas universidades japonesas

Retomando a afirmação anterior sobre a disseminação do PLE no Japão, observamos que é no ensino superior que encontramos uma maior oferta e variedade de opções para o aprendizado de línguas estrangeiras. Além do inglês, considerado primordial, existem programas de ensino de línguas estrangeiras nos quais o Português é uma opção.

Essas outras línguas são ofertadas como disciplinas optativas. Portanto, cabe ao aluno escolher qual delas cursará de acordo com o seu interesse, familiaridade

e afinidade. Há uma grande procura nos cursos de Chinês e Coreano. O interesse pela Língua Chinesa ocorre por questões relacionadas à economia, à medida que a recente ascensão do país, trouxe aos universitários uma projeção de carreira voltada às empresas chinesas que construíram alianças de comércio com o Japão recentemente.

Apesar de os antigos e recorrentes atritos diplomáticos, o relacionamento sino-nipônico tem apresentado grandes perspectivas no mercado econômico e o Japão vislumbra maiores parcerias, como afirmou Manning (1994):

[...] uma China estável, prosseguindo com desenvolvimento econômico orientado para o mercado, altamente integrada com as instituições econômicas e políticas, globais e regionais, e expandindo seu engajamento econômico com o Japão é um objetivo fundamental nacional para Tóquio. A lógica do Japão é que o desenvolvimento econômico é um pré-requisito para ampliação de direitos humanos e de reforma política, bem como para facilitar maior transparência nas questões de segurança (Manning, 1994, p. 52).

No que diz respeito à Coreia, especificamente à do Sul, o interesse por parte dos alunos provém da disseminação e do consumo da cultura pop, que chega pelas telenovelas, pelos filmes, pelos influenciadores digitais e pela música. Segundo Dias (2014, p. 18), “O factor possivelmente mais marcante é o de o K-Pop ser na sua essência um produto híbrido e que apela a um vasto número de consumidores, mais do que propriamente a nichos demasiado circunscritos de mercado”.

A Língua Portuguesa faz parte dessa diversidade de línguas estrangeiras oferecidas nos programas universitários. Também está presente nos departamentos de Estudos Latino-Americanos como disciplina optativa. Normalmente, a escolha se dá por interesse ou curiosidade sobre a cultura brasileira, além dos estereótipos culturais, como veremos a seguir em uma amostra casual de uma pesquisa de campo realizada no segundo trimestre de 2022 na Universidade Chubu, localizada na cidade de Kasugai no estado de Aichi-ken.

Existe, ainda, uma parcela de estudantes que optam por estudar o português, porque possuem conhecimentos da língua espanhola. Sabendo-se da semelhança entre as línguas, sentem-se encorajados na escolha.

Tendo em vista o histórico entre Brasil e Japão e a existência de uma concisa comunidade brasileira, podemos considerar que existe uma falta de interesse e de políticas que possam estimular a busca dos cursos de Português do

Brasil. Recentemente, Kosata Katsumi apresentou no Coloquio de Estudos Luso-Brasileiros, na Osaka University Knowledge Archive, razões pelas quais talvez a Língua Portuguesa não seja tão difundida:

[...] podemos considerar que o ensino de português como língua estrangeira não é valorizado na sociedade japonesa e por essa razão, podemos concluir que o ambiente de aprendizagem do português ainda não é suficientemente organizado e que são poucos os estudantes que têm interesse pela aprendizagem do português. Isso tem como causa, talvez, vários fatores referentes à baixa vitalidade etno-linguística de português na sociedade japonesa, dado a que os japoneses ostentam uma 'imagem negativa' referente à língua e cultura brasileira, o português mesmo é situado como língua minoritária no Japão e é ainda considerado como língua desvantajosa. Entretanto, o significado e a posição da aprendizagem de língua diferem bastante entre o português e outras línguas estrangeiras tais como francês ou alemão, considerando-se pelo ponto de vista em que o português é 'a língua comunitária', a língua materna de brasileiros residentes conosco na mesma sociedade japonesa. Pensando-se na convivência com 175.000 brasileiros residentes no Japão, deveria se enfatizar cada vez mais a importância da aprendizagem de português e no futuro a valorização dessa língua. Mas, como vemos até agora, neste momento, a posição social do ensino de português no Japão é ainda baixa e a preparação do ambiente para aprendizagem se torna urgente (Kosaka, 2022 p. 78).

6 PESQUISA DE CAMPO

6.1 Metodologia e fundamentação teórica

O presente trabalho optou por uma metodologia mista, de caráter exploratório, buscando investigar a presença e as diferentes formas de ensino da Língua Portuguesa do Brasil no Japão contemporâneo. A justificativa do objeto de estudo se baseia na demanda por interpretação dos fenômenos sociais e culturais vivenciados pela comunidade brasileira no Japão, os quais ainda não foram amplamente investigados.

Vale ressaltar que esse campo de estudo se configura como um fenômeno relativamente novo e em constante transformação; portanto, é necessário considerar contextos específicos e variáveis não controláveis.

Cervo e Bervian (2002) afirmam que a pesquisa descritiva busca observar, registrar e analisar os fatos ou fenômenos de uma determinada realidade, sem manipulá-los, método aplicado com o objetivo de descrever as experiências de ensino de PLM, PLH e PLE no Japão. A investigação adotou uma abordagem de métodos mistos, conforme propõem Creswell e Plano Clark (2011), integrando técnicas quantitativas e qualitativas para compreender tanto os dados mensuráveis quanto os significados atribuídos pelos participantes às suas experiências com o Português do Brasil em contexto de imigração. Em termos de procedimentos metodológicos, esta pesquisa se utilizou de:

- a) Pesquisa bibliográfica, que, conforme explica Gil (2008), é desenvolvida com base em material já publicado, especialmente livros e artigos científicos, sendo útil para a construção do referencial teórico e histórico do tema;
- b) Pesquisa de campo, por questionários e entrevistas semiestruturadas com famílias e jovens brasileiros e japoneses, com o intuito de captar as suas percepções sobre o ensino e o uso do Português do Brasil em diferentes contextos socioculturais. Essa abordagem é corroborada por Lakatos e Marconi (2003), que defendem a sua aplicação quando o pesquisador deseja compreender fatos diretamente na realidade social.

Baseando-se em métodos mistos, com um pequeno e seletivo estudo de caso, abrangendo comunidades e instituições específicas no Japão, considerando

que os grupos estudados apresentavam vertentes de análise distintas, embora convergissem para uma compreensão geral. Segundo Yin (2001), o estudo de caso é apropriado quando se deseja examinar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real, sendo particularmente útil nos estudos sociais.

Os dados obtidos foram analisados com base em categorias previamente definidas, considerando as percepções linguísticas, culturais e identitárias dos participantes. A análise dos dados seguiu categorias previamente definidas e recorreu à triangulação entre diferentes fontes: teóricas, quantitativas e qualitativas, o que conferiu maior consistência e validade aos resultados.

6.2 Reflexão ética sobre a recolha de dados

Esta investigação se pautou pelos princípios éticos fundamentais da pesquisa em Ciências Humanas, com especial atenção à autonomia, privacidade, ao consentimento informado e à integridade dos participantes.

A recolha de dados foi realizada na Universidade Chubu, no Japão, com um grupo de 63 estudantes universitários, entre o segundo e o terceiro ano de diversos cursos, todos frequentando as aulas de Português do Brasil. A aplicação dos questionários foi conduzida presencialmente pela autora desta dissertação, durante os últimos 20 minutos de uma aula. Antes da aplicação, os objetivos da pesquisa foram apresentados verbalmente, em japonês, assegurando o pleno entendimento dos participantes. A participação foi inteiramente voluntária, sem qualquer forma de indução, obrigatoriedade ou compensação.

O instrumento de recolha consistiu em 18 perguntas objetivas, impressas e redigidas em Língua Japonesa, com o intuito de garantir acessibilidade e plena compreensão. A interação com os participantes ocorreu, predominantemente, em Português, com explicações complementares em Japonês, sempre que necessário.

Para garantir a confidencialidade, não foram solicitadas informações pessoais. Os questionários foram respondidos de forma anônima e os dados armazenados em um ambiente seguro, de acesso exclusivo à autora, sendo utilizados apenas para fins acadêmicos.

Embora não tenha sido solicitado termo de consentimento formal por parte da instituição, todos os participantes foram informados verbalmente sobre os seus

direitos, incluindo a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos.

Esta investigação, portanto, respeitou integralmente os padrões éticos da pesquisa científica, promovendo a integridade, a responsabilidade e o respeito à dignidade dos indivíduos envolvidos.

No anexo 10 temos o questionário utilizado.

6.3 Apresentação e análise dos questionários aplicados

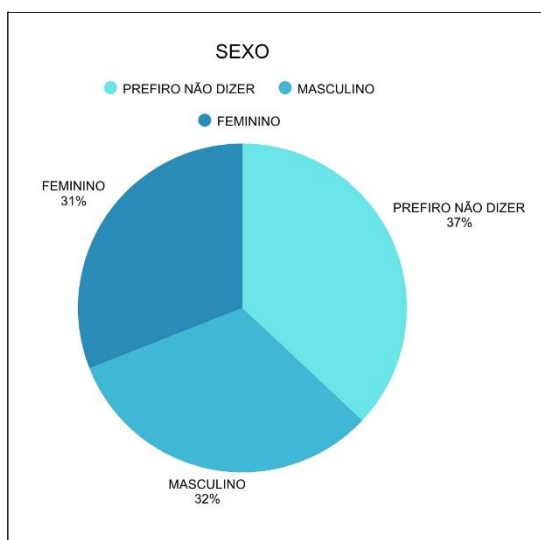
A fim de explorar as razões que motivam os alunos japoneses a decidir estudar o Português do Brasil como disciplina optativa, foi realizada uma pesquisa de campo.

O objetivo foi descrever e analisar fatores que poderiam elucidar a escolha a fim de explorar quais são as razões que motivam os alunos japoneses a decidirem estudar o Português do Brasil, tais como as motivações, as expectativas, o conhecimento prévio da língua, a cultura e as suas conexões com a comunidade brasileira no Japão.

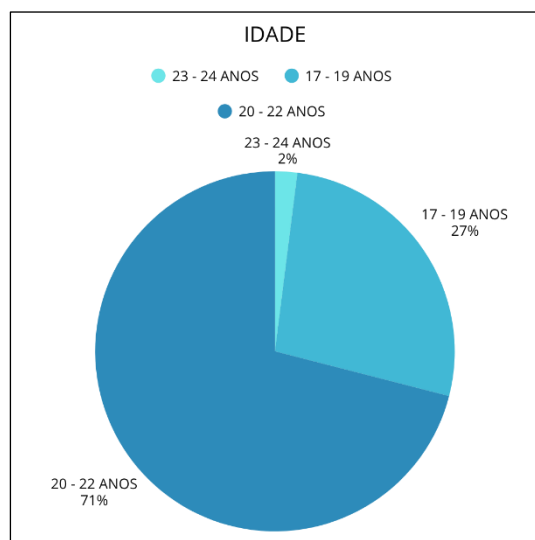
Os estudantes que participaram da pesquisa frequentam as aulas de Português do Brasil que ocorrem uma vez por semana, com a duração de uma hora e trinta minutos. A metodologia utilizada nas aulas é expositiva dialogada e a interação ocorre em português, juntamente com palavras-chave e algumas explicações em língua japonesa. O material didático usado possui tradução.

Nesta pesquisa, foram entrevistados 63 alunos da Universidade Chubu, situada na cidade de Kasugai no estado de Aichi-Ken, Japão. Foram aplicados questionários compostos por 18 perguntas, respondidas de forma voluntária e anônima. Os participantes da pesquisa são estudantes do segundo ou do terceiro ano de graduação, pertencentes a diferentes áreas do conhecimento, matriculados nos diversos cursos ofertados pela universidade.

A seguir, são apresentados os resultados e a análise de cada questão levantada nesta pesquisa.

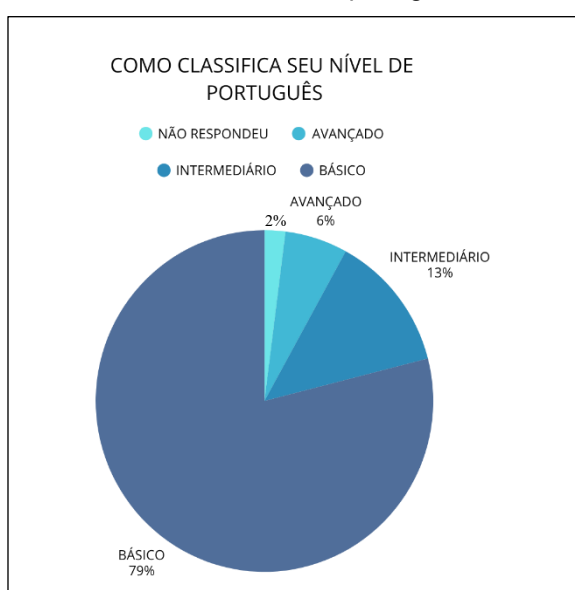
Gráfico 1: Sexo.

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

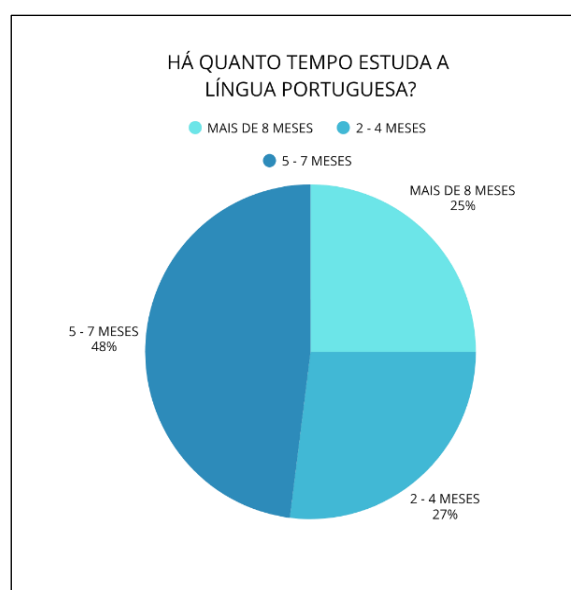
Gráfico 2: Idade.

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Embora um percentual significativo (37%) dos participantes não tenha informado o gênero, é possível afirmar que o grupo é equilibrado em termos de estudantes do sexo feminino e masculino. A distribuição etária também é homogênea, concentrando-se na faixa entre 20 e 22 anos. Tal constatação é possível considerando que a autora desta dissertação leciona diretamente para esses estudantes.

Gráfico 3: Nível de português.

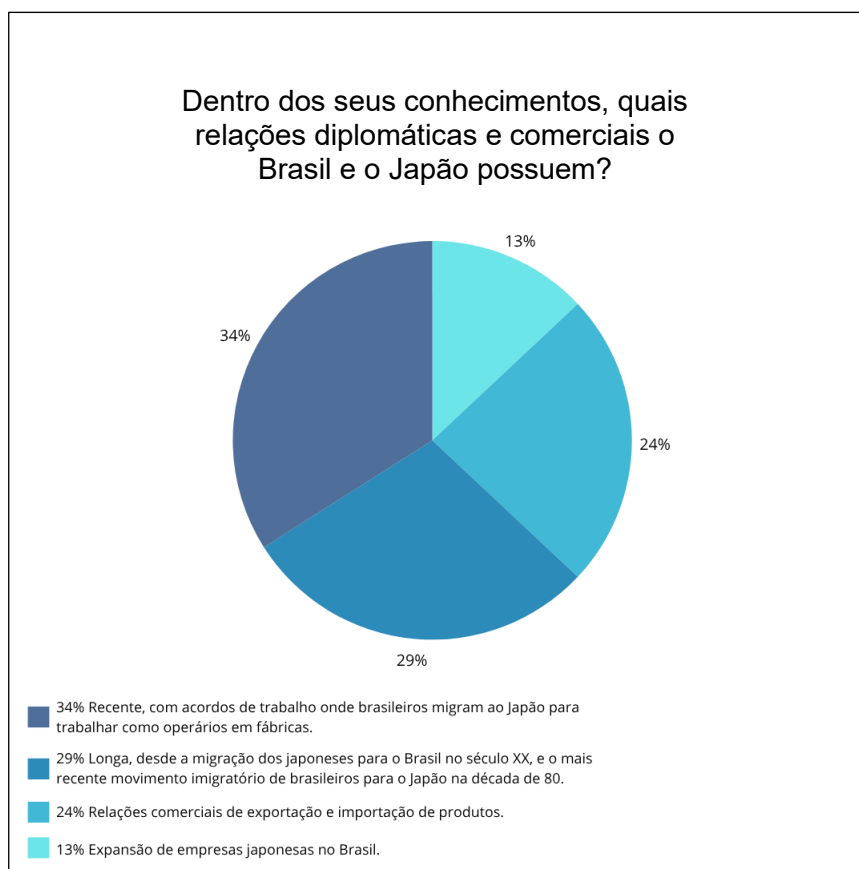
Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Gráfico 4: Tempo de estudo da língua portuguesa.

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

No que se refere ao nível de conhecimento e ao tempo de estudo da língua, observa-se que a maioria dos participantes se autodeclara no nível básico (79%), incluindo, possivelmente, aqueles que estudam há mais de oito meses.

Gráfico 5: Relações históricas e diplomáticas entre o Brasil e Japão.

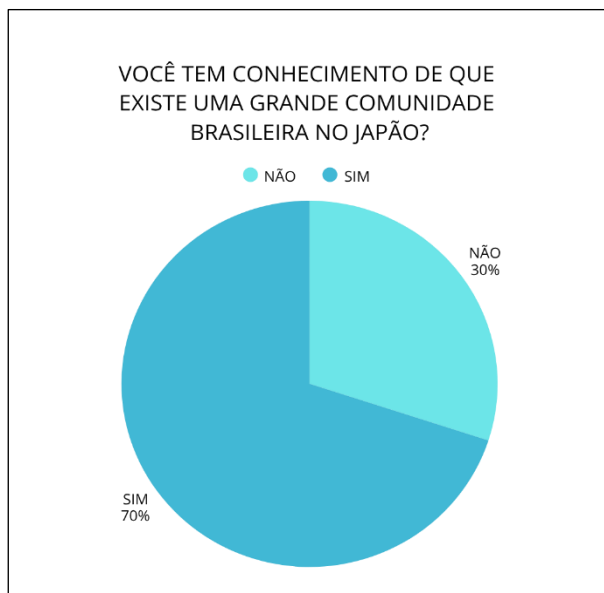


Fonte: Arquivo pessoal (2022).

De acordo com os resultados, observa-se que a maior parte dos estudantes considera a recente imigração de brasileiros para o Japão como o fator de maior relevância, representado por 34%. Essa percepção, possivelmente, deve-se aos recentes movimentos migratórios provenientes de outros países asiáticos, como China, Coreia do Sul, Filipinas e Vietnã, ao longo da última década - fato que pode sugerir uma visão generalizada da chegada de imigrantes, sem distinção étnica.

Também deve ser considerado o conhecimento de uma parcela significativa dos participantes, que aponta para a imigração japonesa para o Brasil como fator relevante, representado por 29%. Trata-se de um fato histórico que vem sendo abordado, mais recentemente, na sociedade japonesa, sobretudo de maneira informal, por programas de televisão e na internet.

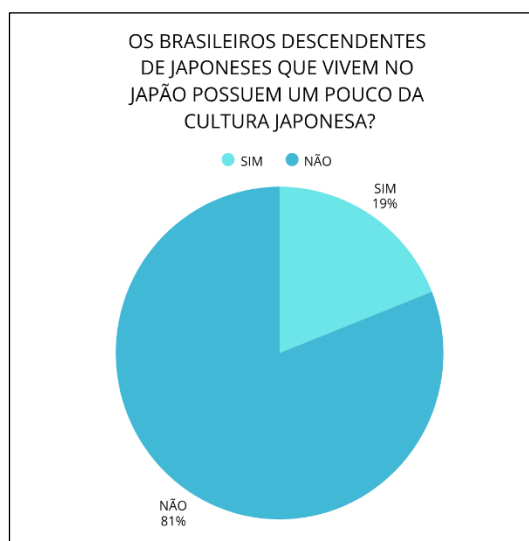
Gráfico 6: Conhecimento da existência da comunidade brasileira no Japão.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Como observado com 70% de respostas positivas, grande parte dos estudantes que participaram da pesquisa possui conhecimento da existência da comunidade brasileira residente no Japão. Ainda que muitos brasileiros vivam um pouco mais reclusos dentro da própria comunidade, os japoneses em idade madura têm este conhecimento, em virtude do grande número de brasileiros que trabalham, na sua maioria, nas indústrias. Já a geração mais jovem também tem encontrado, no seu meio social, brasileiros que frequentam o sistema de ensino japonês.

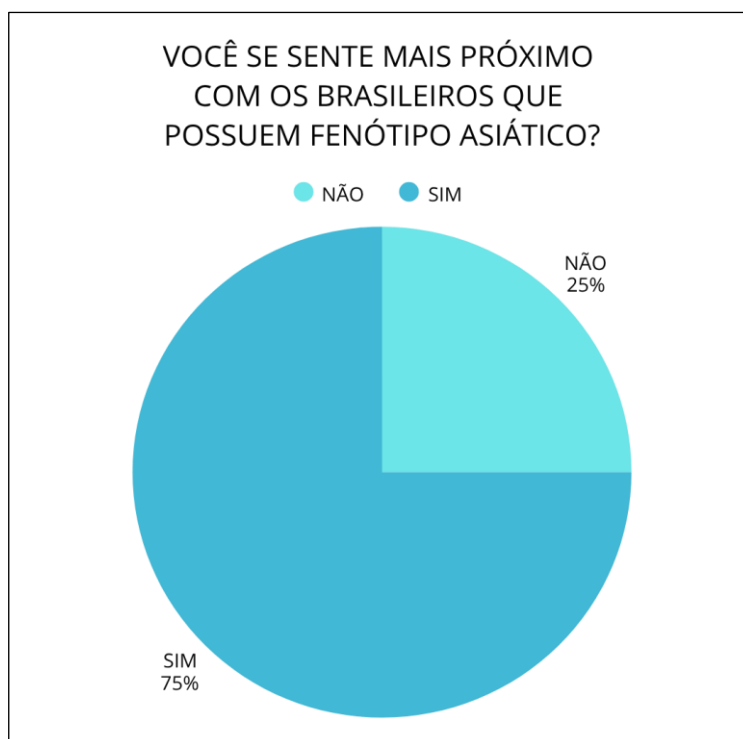
Gráfico 7: Visão dos nativos sobre os estrangeiros descendentes.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

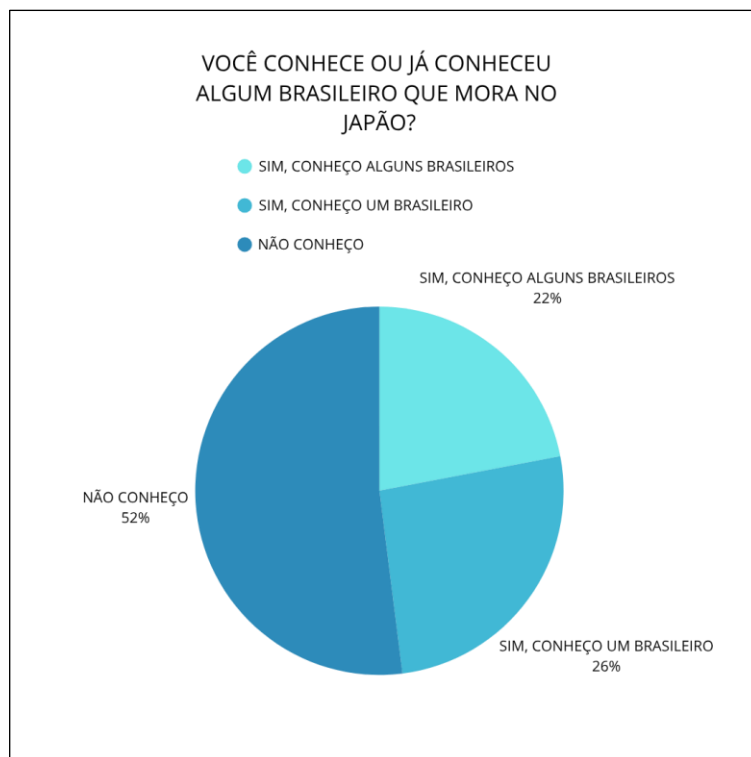
Conforme mencionado anteriormente, a comunidade brasileira residente no Japão apresenta um perfil diferenciado em relação às demais comunidades brasileiras espalhadas por outros países. Na sua quase totalidade, é composta por descendentes de japoneses; contudo, não há, por parte dos japoneses, uma identificação cultural significativa, como evidencia o gráfico a seguir, com 81%.

Gráfico 8: Relevância sobre aspectos fenotípicos.



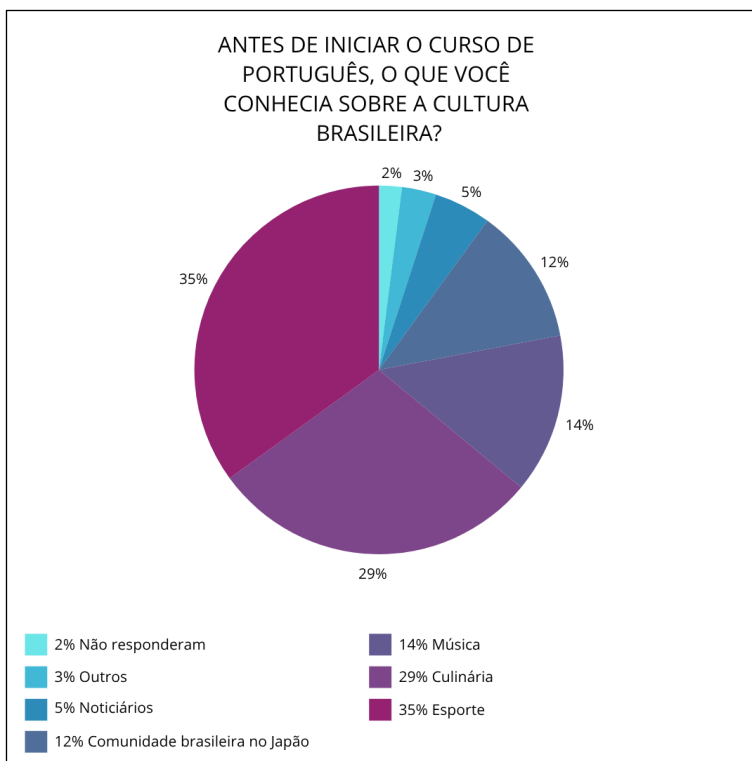
Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Paradoxalmente, quando se trata de aspectos físicos, os japoneses se sentem confortáveis com os brasileiros que, embora não sejam percebidos como culturalmente próximos, apresentam semelhança na aparência física, conforme indicam 75% dos entrevistados. Nesse sentido, pode-se concluir que o aspecto físico é considerado um fator de maior relevância para os participantes da pesquisa, que demonstram sentir-se mais à vontade com a presença de indivíduos que possuem traços idênticos aos seus.

Gráfico 9: A relação social entre japoneses e brasileiros.

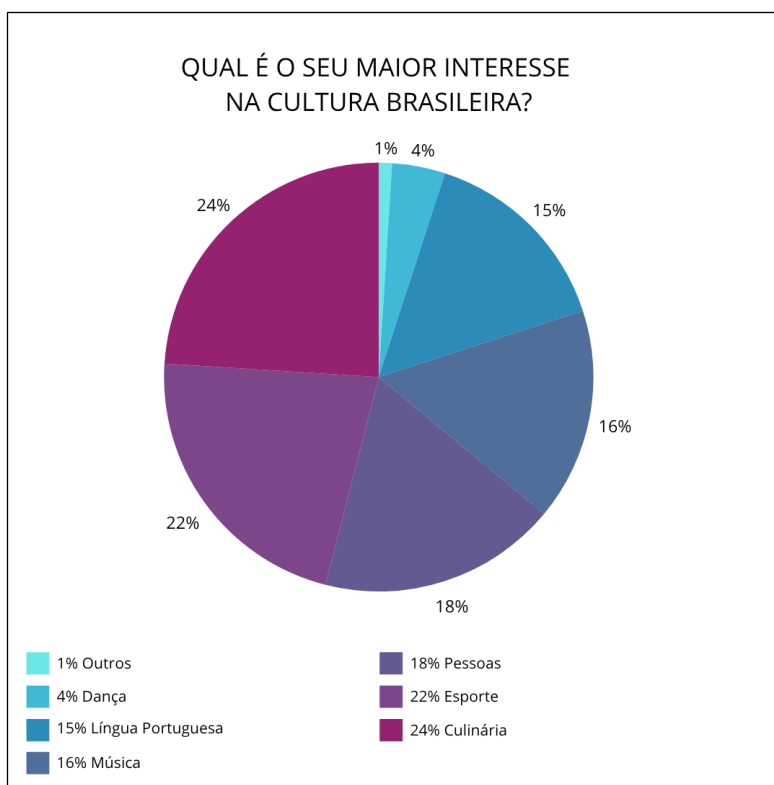
Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Além do distanciamento cultural, podemos verificar aqui o distanciamento social. Na região onde foi feita a pesquisa, existem cerca de 60.014 brasileiros, segundo o Ministério da Justiça (2022). Considerando que mais da metade dos Estudantes representados por 52% não conhece nenhum brasileiro, podemos concluir e confirmar mais uma vez a falta de inclusão dos brasileiros no meio social japonês.

Gráfico 10: Conhecimento prévio sobre a cultura brasileira.

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

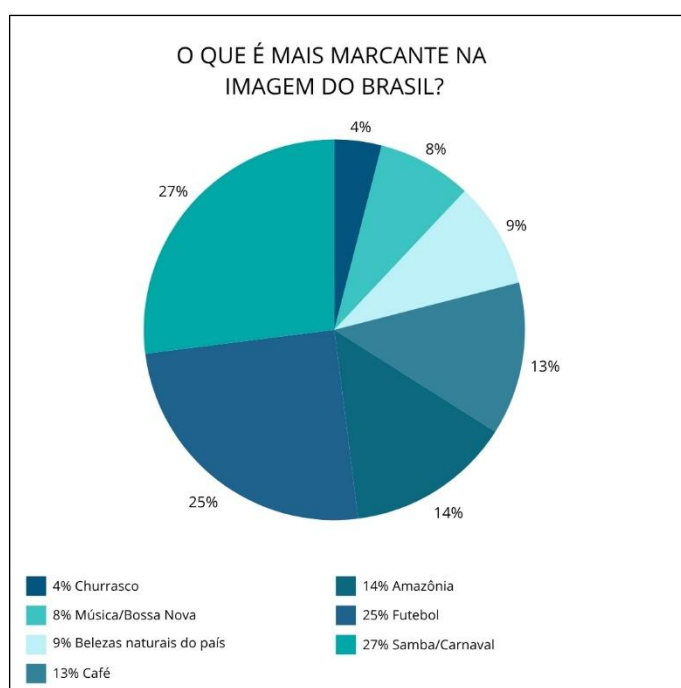
No que se refere à escolha do curso e ao conhecimento prévio dos estudantes, observa-se que a visão sobre o Brasil ainda é estereotipada, fundamentada naquilo que é mais amplamente divulgado internacionalmente, como o futebol, representado neste gráfico, como principal elemento de exportação cultural. Curiosamente, a culinária aparece em segundo lugar, com 29%, próxima ao percentual do futebol. Esse resultado pode ser atribuído à influência da comunidade brasileira, que popularizou as churrascarias no Japão.

Gráfico 11: Interesse na cultura brasileira.

Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Em diálogo com o gráfico anterior, observa-se uma pequena inversão nos dados: a culinária aparece em primeiro lugar, com 24%, superando o esporte, que registra 22%. Embora o gráfico não especifique qual modalidade esportiva está sendo considerada, subentende-se que se trata do futebol.

Portanto, nesse caso, o interesse pela culinária é ligeiramente superior, embora o futebol também esteja presente com um percentual muito próximo.

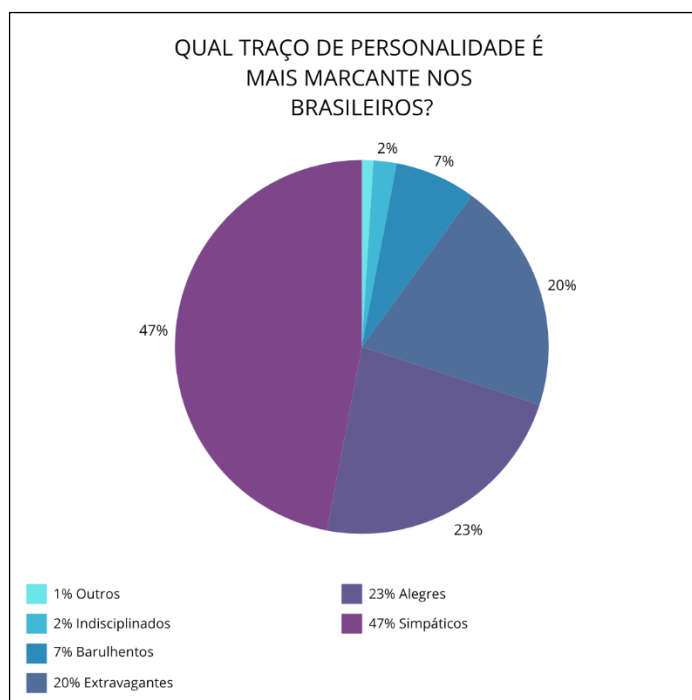
Gráfico 12: Traços marcantes na cultura brasileira.

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Como esperado, o samba e o carnaval (27%) aparecem como elementos de destaque na percepção dos entrevistados, seguidos de perto pelo futebol, com 25%. Diante desses dados, é possível afirmar que a imagem geral dos aspectos culturais do Brasil permanece estigmatizada.

A priori, esses elementos representam exatamente os traços culturais mais populares do país e, dificilmente, há espaço para um conhecimento mais amplo sobre o Brasil, a menos que o estudante demonstre interesse específico em aprofundar-se por conta própria.

Gráfico 13: Traços marcantes da personalidade dos brasileiros.

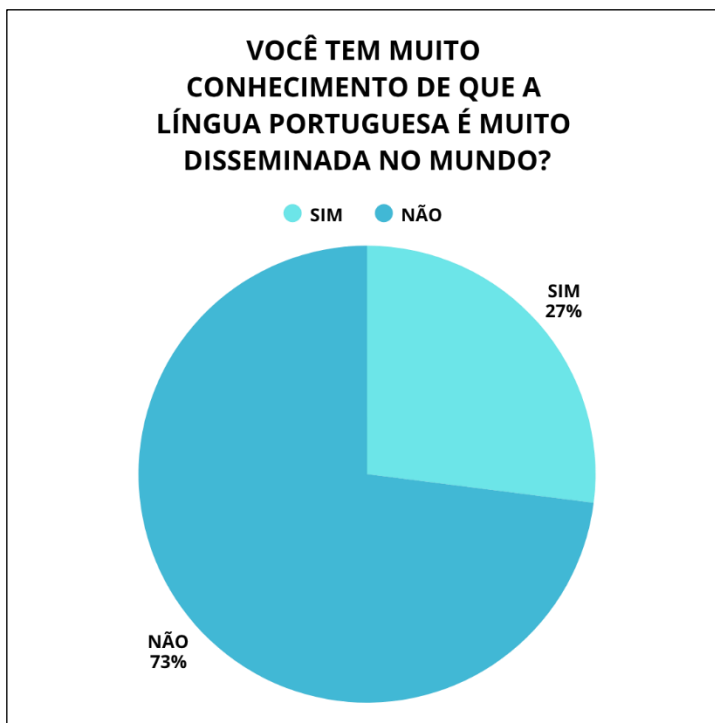


Fonte: Arquivo pessoal (2022).

A percepção que os entrevistados demonstram sobre a personalidade dos brasileiros está associada aos elementos culturais de maior destaque, como o samba e o carnaval, evidenciados no gráfico anterior. A simpatia (47%), a alegria (23%) e a extravagância (20%) compõem um perfil que remete os indivíduos a calorosos e festivos.

Embora se trate de três características distintas, elas se articulam na construção de um temperamento expressivo e caricatural, frequentemente associado aos participantes do carnaval e do samba.

Gráfico 14: Conhecimentos sobre a expansão da Língua Portuguesa no mundo.

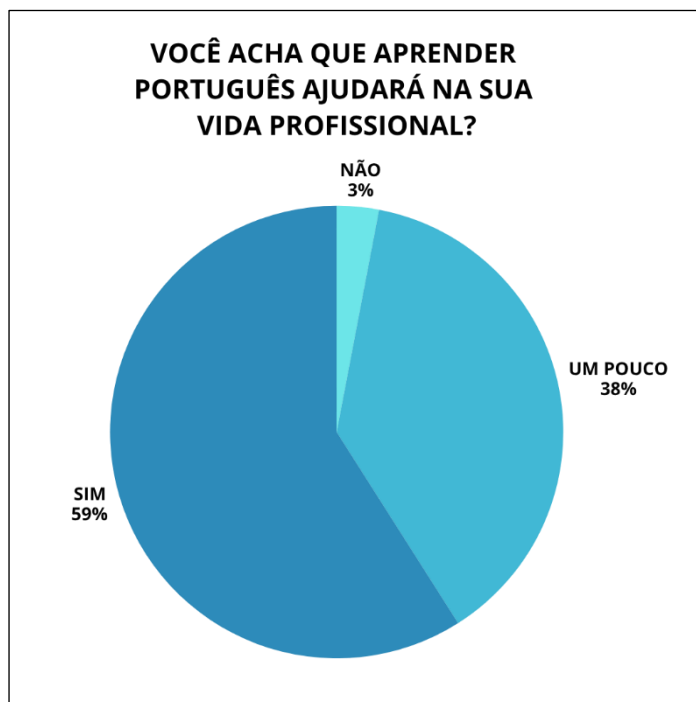


Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Conforme os dados indicam, 73% dos participantes não possuem conhecimento sobre a amplitude da Língua Portuguesa no mundo.

No que se refere ao conhecimento global apresentado aos estudantes ao longo da sua trajetória escolar, observa-se que conteúdos mais abrangentes sobre outros países são pouco explorados, tanto na sua dimensão histórica quanto na sua perspectiva contemporânea.

Gráfico 15: Expectativas profissionais sobre a Língua Portuguesa



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

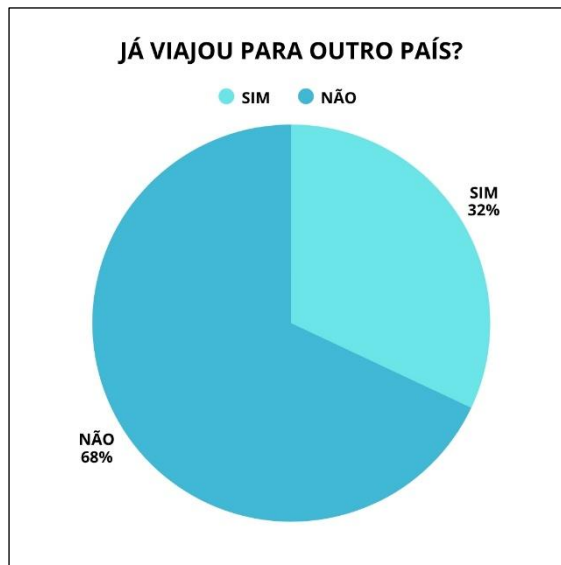
Conforme o gráfico acima, pouco mais da metade dos estudantes (59%) que participaram da pesquisa consegue projetar o português como uma qualificação relevante para as suas vidas profissionais.

Muitos serviços públicos contam com tradutores, como é o caso de prefeituras, hospitais, delegacias e escritórios da previdência social. Além disso, empresas privadas como lojas especializadas em produtos eletrônicos, consultórios odontológicos, clínicas de estética, seguradoras de saúde e de automóveis, agências bancárias, imobiliárias, escritórios de advocacia e sindicatos também demandam esse tipo de serviço.

Os tradutores, inicialmente, eram principalmente brasileiros fluentes em Língua Japonesa. Contudo, observa-se, atualmente, um número crescente de japoneses que aprendem o Português para atender a essa demanda.

Gráfico 16: Contato com outras línguas.

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Gráfico 17: Contato com outros países.

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

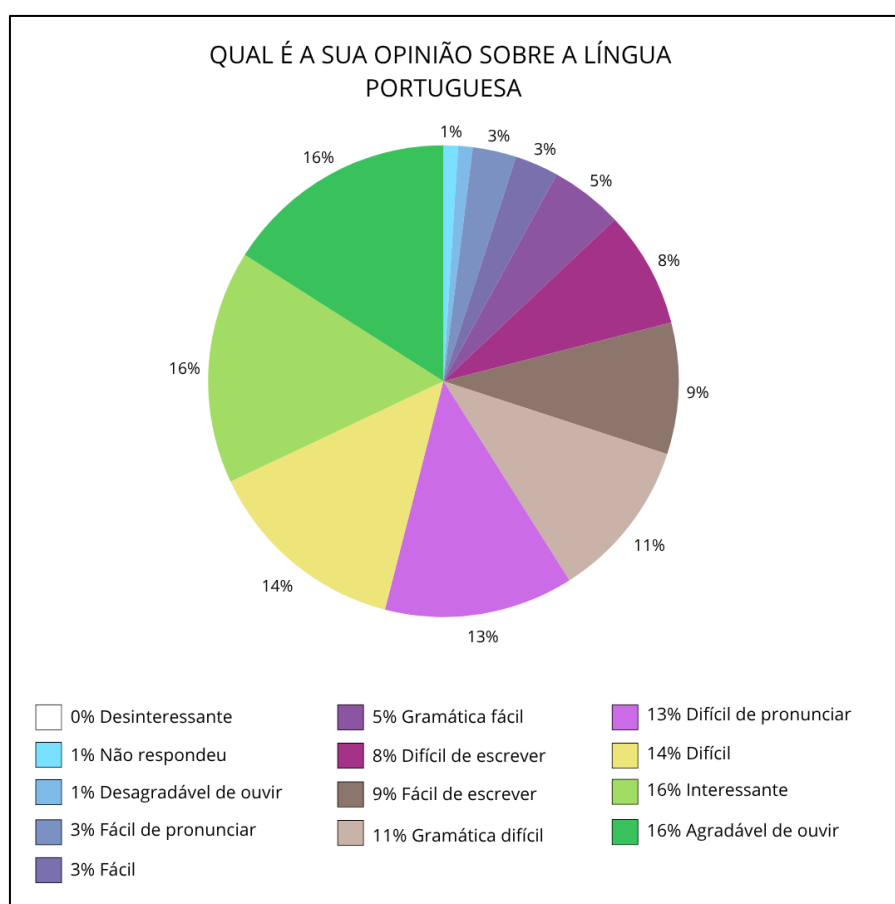
Maioritariamente, a segunda língua estudada foi apontada como o inglês (81%), única Língua Estrangeira obrigatória nos currículos do ensino básico regular japonês. No entanto, uma pequena percentagem dos estudantes (19%) relatou nunca ter estudado outra língua. É possível que esses participantes tenham interpretado a pergunta desconsiderando o inglês como uma segunda língua, uma vez que sempre esteve presente no seu percurso escolar e acadêmico.

Conforme indicado no gráfico, 68% dos estudantes afirmaram nunca ter viajado para outro país. Considerando o Japão um país com relativa estabilidade econômica e proximidade geográfica com outras nações, esse resultado pode estar relacionado à faixa etária dos participantes, que ainda estão no início da vida adulta.

Ao avaliar os resultados quanto à experiência dos estudantes no aprendizado do Português do Brasil, é possível afirmar que os 8.1% que a consideram agradável de ouvir e outros 8.1% que a classificam como interessante refletem o interesse dos jovens por elementos que contrastam com seu universo cultural. Nesse sentido, o choque cultural, presente em diversos aspectos, pode ser entendido como um fator que desperta a curiosidade e favorece o engajamento com a Língua Portuguesa.

Em última análise, observa-se uma proporção de 14.1%, 13.1% e 11.1% dos estudantes que classificam o aprendizado como difícil, tanto no que diz respeito à gramática, quanto à pronúncia.

Gráfico 18: Visão geral dos estudantes sobre o aprendizado da Língua Portuguesa.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

6.4 Materiais didáticos disponíveis no Japão

Não há uma grande diversidade de materiais didáticos ofertados para o aprendizado da Língua Portuguesa quando comparado às outras línguas, tais como o Inglês, Coreano e Chinês.

Grande parte do material desenvolvido por autores japoneses tem como base o ensino de palavras e expressões prontas, visando a memorização como medida expressa de comunicação voltados ao turismo. Esses são guias rápidos que não pretendem desenvolver a gramática do Português do Brasil e, muitas vezes, tratam-se de materiais didáticos que reforçam o estereótipo de um Brasil focado no samba, carnaval e futebol.

Todavia, encontramos alguns materiais focados no ensino da estrutura gramatical e no desenvolvimento da oralidade. Muitos desses materiais didáticos são desenvolvidos por professores de Português do Brasil nas universidades, devido à falta de materiais que possam atender às necessidades dos programas de ensino.

Com tal característica, podemos considerar três classificações de livros para o ensino Português do Brasil: de ensino expresso voltado para o turismo; traduzidos e com explicações em Língua Japonesa, bem como livros didáticos de PLE do Brasil, com conteúdo somente em português.

A escolha do material didático utilizado é particular de cada instituição. Especificamente nas instituições nas quais a pesquisadora deste estudo leciona, são utilizados materiais didáticos de autores brasileiros e japoneses, porém todos com traduções e explicações sobre a gramática em Língua Japonesa, garantindo, assim, um entendimento amplo, mesmo após a aula.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar as perspectivas contemporâneas do ensino do Português do Brasil no Japão, a partir de três vertentes principais de difusão: o Português como Língua Materna (PLM), o Português como Língua de Herança (PLH) e o Português como Língua Estrangeira (PLE). Por meio de uma abordagem metodológica baseada em métodos mistos, que integrou investigação bibliográfica, coleta de dados e análise interpretativa, buscou-se compreender como esses diferentes contextos de ensino se estruturam, bem como identificar os principais desafios enfrentados em cada grupo de aprendizes.

A análise dos dados foi precedida por uma contextualização histórica das relações entre Japão e Portugal, que se estendem desde o período das grandes navegações. Ainda que o foco desta pesquisa recaia sobre a presença do Português do Brasil em território japonês, é fundamental reconhecer que o contato entre japoneses e portugueses remonta ao século XVI, quando missionários jesuítas introduziram elementos da língua e da cultura portuguesa no Japão. Essa herança, visível até hoje em vocábulos do Japonês moderno, contribui para a compreensão do substrato histórico que precede a imigração brasileira contemporânea.

Com o advento da formação de uma expressiva comunidade brasileira no Japão, a partir da década de 1990, consolida-se a presença do Português por duas vertentes principais: o PLM e o PLH. No caso do PLM, observou-se que a sua manutenção está profundamente vinculada à expectativa de retorno ao Brasil e à dificuldade de integração dos imigrantes à sociedade japonesa. Essa modalidade de ensino é, maioritariamente, ofertada em escolas brasileiras homologadas pelo MEC, frequentadas por filhos de imigrantes que desejam preservar a escolaridade brasileira. Contudo, a efetiva concretização desse retorno é rara, o que provoca um paradoxo identitário: jovens são educados em português, mas vivem em um ambiente linguístico e culturalmente distante. Assim, o PLM, embora represente uma âncora identitária e cultural, pode configurar-se também como obstáculo à inserção social e profissional no Japão, caso não venha acompanhado de um processo de bilinguismo desde os primeiros anos escolares.

Já o PLH apresenta um perfil distinto. Mantido prioritariamente no âmbito familiar ou em cursos livres organizados pela comunidade brasileira, não constitui, geralmente, uma disciplina curricular. Como resultado, a proficiência oral tende a ser

limitada, enquanto a competência escrita é, frequentemente, inexistente. A questão central, nesse caso, não é apenas linguística, mas, sobretudo, identitária: filhos de brasileiros que estudam nas escolas japonesas, muitas vezes, ocultam a sua herança cultural, por receio de discriminação. A língua de herança, nesse contexto, adquire um valor simbólico, elo afetivo com o Brasil, mas pode também funcionar como marcador de diferença e exclusão.

Ambas as vertentes, PLM e PLH, convergem na experiência de crise identitária vivenciada por jovens que habitam o espaço híbrido entre o Brasil e o Japão. Muitos se sentem estrangeiros em ambas as culturas: distantes do Brasil por nunca terem vivido lá e marginalizados no Japão, pela sua aparência, nomes, documentos ou práticas culturais. A vivência em um núcleo familiar brasileiro, associada à realidade cotidiana japonesa, produz um sentimento de desencaixe e de pertencimento ambíguo.

Apesar dessas dificuldades, nota-se, no caso do PLH, um esforço por parte de famílias brasileiras em manter a língua por diferentes razões: o desejo de preservar vínculos afetivos com familiares no Brasil, a tentativa de compensar a falta de domínio do idioma Japonês por parte dos pais ou, ainda, a valorização do bilinguismo como diferencial profissional. Entretanto, mesmo os aprendizes que se sentem culturalmente integrados ao Japão são afetados por marcas fenotípicas ou documentais que alimentam o sentimento de exclusão social.

Em relação ao Português como Língua Estrangeira (PLE), observa-se uma configuração mais próxima da aprendizagem de outras línguas estrangeiras. Ele é ministrado, sobretudo, em cursos livres e em universidades japonesas, como disciplina optativa. Os estudantes japoneses, em geral, demonstram conhecimento limitado sobre o papel do Português no mundo e sobre a diversidade cultural dos países lusófonos, incluindo o Brasil. Ainda assim, muitos se interessam pelo idioma, motivados por razões profissionais, como o desejo de atuar na área de tradução. Entre os desafios enfrentados estão a escassez de materiais didáticos em língua japonesa, a complexidade estrutural da gramática portuguesa, e a persistência de estereótipos culturais. É nesse panorama que o Português, no Japão, adquire múltiplas funções, considerando que enquanto o PLM é sustentado por uma lógica de manutenção identitária voltada a um retorno incerto ao Brasil, o PLH atua como elo simbólico de pertencimento. Já o PLE se configura como ferramenta de diferenciação acadêmica e profissional, embora com escassa inserção institucional

Ainda que as práticas de ensino do Português nas suas três modalidades promovam a diversidade linguística e favoreçam o intercâmbio cultural entre brasileiros e japoneses, também revelam a necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel da língua na construção de identidades multilíngues. O ensino do Português do Brasil no Japão não pode ser concebido apenas como transmissão de conteúdos linguísticos, mas deve incorporar debates sobre pertencimento, exclusão e integração social. A língua carrega memórias, afetos e marcas identitárias que configuram a vivência dos brasileiros em trânsito entre dois mundos.

Esta pesquisa também aponta caminhos para investigações futuras, como o impacto do fenótipo asiático entre descendentes brasileiros na percepção de pertencimento, aceitos pela sua aparência, mas discriminados pela nacionalidade, mesmo quando são fluentes no idioma Japonês. Além disso, observa-se um prenúncio de mudança na postura da comunidade brasileira no Japão: com o envelhecimento da primeira geração de imigrantes da década de 1980 e a impossibilidade de retorno ao Brasil, cresce a necessidade de adaptação definitiva ao país de acolhimento, o que pode alterar o cenário atual do PLM e ampliar a importância do PLH.

Em síntese, confirma-se a premissa inicial desta dissertação: o Português do Brasil está fortemente presente no Japão, seja nas práticas escolares da comunidade brasileira, seja como disciplina nas universidades e cursos livres. Essa presença multifacetada evidencia não apenas a vitalidade da língua, mas também os dilemas que ela carrega em contextos migratórios. Questões como a identidade cultural dos filhos de brasileiros nascidos no Japão, mas sem cidadania japonesa, ou o papel do PLE na promoção de uma maior compreensão intercultural, permanecem em aberto e merecem uma atenção constante.

Pretende-se, se possível, ampliar esta pesquisa com um número maior de informantes, aprofundando a análise das questões observadas e relatadas ao longo do estudo. Espera-se que esses aspectos possam ser explorados com maior rigor em futuras investigações acadêmicas, incluindo potenciais estudos de doutoramento.

Esta dissertação buscou explorar o processo de internacionalização da Língua Portuguesa, ao evidenciar sua presença e funcionalidade em contexto migratório. Ao analisar o uso do português em comunidades brasileiras no Japão, o estudo demonstra como a língua se consolida como meio legítimo de comunicação,

identidade e pertencimento em territórios multilíngues. Essa visibilidade do português em ambientes institucionais, educacionais e comunitários reforça sua relevância global e amplia sua projeção como língua de herança e de contato intercultural, promovendo o reconhecimento de sua vitalidade além das fronteiras nacionais, buscando também a valorização e a amplitude da qual a Língua Portuguesa possui no cenário mundial.

A relevância desta investigação também se entrelaça à trajetória da pesquisadora, cuja vivência entre o Brasil e o Japão permitiu compreender, de modo sensível, os desafios e as potencialidades do ensino da Língua Portuguesa em contextos migratórios. A experiência pessoal e profissional da autora contribuiu para a construção de um olhar crítico sobre o papel do português como elo de memória, identidade e pertencimento, permitindo que a análise científica fosse permeada por uma compreensão vivida da realidade estudada.

Filha de descendentes japoneses, italianos e portugueses, a autora viveu no Brasil até os dezenove anos, quando decidiu imigrar para o Japão em busca de melhores condições financeiras para prosseguir seus estudos.

Nos primeiros anos no Japão, exerceu atividades laborais em ambiente fabril, vinculadas à indústria automotiva, mas movida pelo interesse pela educação e pelo português, ingressou em 2012 no curso de Letras Português e Inglês, passando a lecionar Língua Portuguesa como Língua Materna em uma escola brasileira.

Em 2016, ao assumir a coordenação pedagógica de um curso de idiomas, iniciou sua imersão no ensino de Português como Língua de Herança, dedicando-se à alfabetização e ao aperfeiçoamento linguístico de crianças e jovens brasileiros no Japão.

Posteriormente, consolidou sua carreira acadêmica ao tornar-se professora de Língua Portuguesa em quatro universidades, além de atuar como tutora EaD em uma universidade brasileira com polo no Japão. Para a autora, a Língua Portuguesa representa seu *ikigai*, isto é, sua razão de viver, unindo realização pessoal e compromisso social com a difusão do idioma e da cultura brasileira no exterior.

REFERÊNCIAS

- ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **História da imigração japonesa no Brasil**. 2008. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=288309>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- AMPARO, A. M.; ALVES, P. B.; CARDENAS, C. J. Pertencimento e identidade em adolescentes em situação de risco de Brasília. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-20, 2004.
- ARAÚJO, Ana Rita. *Portugal e Japão: uma amizade linguística*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2015. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11980/1/8586_18576.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.
- AZEVEDO, Jamana Rodrigues de. Contribuição de Hofstede para o estudo da cultura organizacional. *In*: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XIII, 2006, Bauru. **Anais...** Bauru: [s.n.], 2006. 7 p.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; SUGAHARA, Sayaka. **O fenômeno dekassegui e a nova imigração**. Brasília: IPEA, 2006.
- BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BOXER, Charles R. **Portuguese Merchants and Missionaries in Feudal Japan (1543-1640)**. Londres: Variorum, 1990.
- BRASIL. **114 anos de Japão no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/114-anos-de-japao-no-brasil>. Acesso em: 03 abr. 2023.
- BRASIL. **Escolas homologadas**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-toquio/escolas-brasileiras/escolas-homologadas>. Acesso em: 03 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de dezembro de 2013. Define normas para declaração de validade de documentos escolares emitidos por escolas de Educação Básica que atendem a cidadãos brasileiros residentes no exterior. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 dez. 2013, p. 14.
- CABRAL, Maria de Lourdes Ferreira. O português como língua estrangeira: fatores a ter em conta na planificação do processo de ensino-aprendizagem. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 197–221, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10422>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CARDOSO, Maurício. **Rinkichi**: uma história da imigração japonesa. 2. ed. São Paulo: Amanuense, 2019.

CEM anos de imigração japonesa. **O traslado** - a chegada à fazenda. Deixando a fazenda. Disponível em: https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s2/s2_2.html. Acesso em: 03 abr. 2023.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. Disponível em: <https://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000014.pdf>. Acesso em: 03 maio 2025.

COSTA, João Pedro Corrêa. **De decasségui a emigrante**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CROOKES, Graham; SCHMIDT, Richard. Motivation: reopening the research agenda. **Language Learning**, Hoboken, v.41, n. 4, p. 469-512, dez. 1991.

DAIGO, Yuki. **Cem anos de imigração japonesa**. São Paulo: Gráfica Comunicare, 2008.

DAVIES, Roger J.; IKENO, Osamu (eds.). **The Japanese Mind**: Understanding Contemporary Japanese Culture. North Clarendon: Tuttle Publishing, 2002.

GAFFNEY, Christopher. O poder global do futebol brasileiro: identidade nacional e globalização. **Estudos de Futebol**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 40-55, 2020.

GARDNER, Robert; TREMBLAY, Paul. On motivation, research agendas, and theoretical frameworks. **Modern Language Journal**, [s.l.], v. 78, p. 359-368, out./dez.1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4802146/mod_resource/content/1/GIL%20Antonio%20Carlos.%20Me%CC%81todos%20e%20te%CC%81nicas%20de%20pesquisa%20social.pdf. Acesso em: 03 maio 2025.

GROSJEAN, François. *Bilingual: Life and Reality*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010. 304 p.

HOLMES, Bob. Brasil: Cultura e Culinária. *International Journal of Gastronomy and Food Science*, [s.l.], v. 15, p. 75-90, 2023.

INSTITUTO CAMÕES. **Dados sobre a língua portuguesa de 2022**. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/pdf_noticias/Dados_sobre_a_lingua_portuguesa_de_2022.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024.

KEGAMI, Shigehiro; ONO, Hiroshi. A integração dos imigrantes brasileiros no Japão: o papel das redes sociais e dos enclaves étnicos. **Social Science Quarterly**, [s.l.], v. 98, n. 5, p. 1342-1357, 2017.

KIM, Tai Whan. **The Portuguese Element in Japanese: A Critical Survey with Glossary**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1976.

KOSAKA, Katsumi. Ensino de português como língua estrangeira no Japão: situação atual e desafios. *In: Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros*, 49., 2022, [s.l.]. Anais [...]. [S.l.: s.n.], 2022. p. 71–89. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11094/88533>. Acesso em: 29 maio 2024.

LANDRY, Rodrigue; BOURHIS, Richard Y. **Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality: An empirical study**. *Journal of Language and Social Psychology*, v. 16, n. 1, p. 23–49, 1997.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LASK, Tomke. Imigração brasileira no Japão: o mito da volta e a preservação da identidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 71–92, nov. 2000.

LISBOA, J. V. R. **Proposta de harmonização da terminologia designativa de área e subáreas do Português como Língua Não Materna baseada em corpus**. Orientador: Prof. Dr. Guilherme Fromm. 2021.212f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/31525/7/PropostaHarmonizacaoTerminologia.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2025.

MACHADO, Anna Paula *et al.* Competência linguística e integração social: desafios de brasileiros no Canadá. **Revista Estudos Migratórios**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 65-82, 2021.

MACHADO, M. M. *et al.* The Canadian experience from the perspective of Brazilian immigrant entrepreneurship in Toronto. **Iberoamerican Journal of Entrepreneurship and Small Business**, São Paulo, v. 10, n. 3, e1963, 2021.

MANNING, Robert. Burdens of the past, dilemmas of the future: Sino-Japanese relations in the emerging international system. **The Washington Quarterly**, Washington, D.C., v. 17, n. 1, p. 52, 1994.

MATSUDA, Kiichi. **The Relation Between Portugal and Japan**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.

MELO-PFEIFER, Sílvia. Português como língua de herança: que português? que língua? que herança? *Domínios de Linguagem*, v. 12, n. 2, p. 1161-1179, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/mkqzq/pdf/minayo-9788577000664.pdf>. Acesso em: 03 maio 2025.

MOURA, S. A. **Com quantas línguas se faz um país?** Concepções e práticas de ensino em uma sala de aula na educação bilíngue. 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/58221160/moura2009.pdf>. Acesso em: [15 de março 2025].

NAMBU, Satoshi. **Linguistic landscape of immigrants in Japan: a case study of Japanese Brazilian communities**. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 42, n. 9, p. 817–836, 2021. DOI: 10.1080/01434632.2021.2006200.

NHK – Nippon Hōsō Kyōkai. **Curso de japonês para estrangeiros**. Disponível em: <https://www.nhk.or.jp/lesson/portuguese>. Acesso em: 03 abr. 2024.

NISHIJIMA, Shoji; SHIMIZU, Helena; VALLADARES, Lícia (eds.). **Brazil and Japan: Strengthening Strategic Partnerships in the 21st Century**. Cham: Springer, 2018.

PALETA, Diogo Miguel. O Português inserido no Ensino de Línguas Estrangeiras no Japão. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335392801_Portugues_inserido_no_Ensino_de_Linguas_Estrangeiras_no_Japao. Acesso em: 11 maio 2025.

PESSOA, Ana Paula; COSTA, João. Percepções dos estereótipos nacionais: o caso do Brasil. **International Journal of Intercultural Relations**, Amsterdã, v. 40, n. 2, p. 50–65, 2023.

PORTES, Alejandro; ZHOU, Min. Gaining the upper hand: economic mobility among immigrant and domestic minorities. **Ethnic and Racial Studies**, Londres, v. 15, n. 4, p. 491-522, out. 1992.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1991.

SAYAD, Abdelmalek. Elghorba: le mécanisme de reproduction de l'émigration. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 2, p. 50-66, mar. 1975.

SCHEIN, Edgar H. **Cultura organizacional e liderança**. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Resistência & integração**: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SELLEK, Yoko. Nikkeijin: the phenomenon of return migration. *In*: WEINER, Michael (Ed.). **Japan's minorities**: the illusion of homogeneity. Londres: Routledge, 1997. p. 178–210.

SILVA, Maria. Carnaval e futebol: ícones culturais do Brasil. **Revista de Estudos Brasileiros**, [s.l.], v. 25, n. 3, p. 100-120, 2022.

TAKENAGA, Benedita Shizue. A cultura Nanban. **Estudos Japoneses**, São Paulo, v. 8, p. 5-15, 1988.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2005.

TSUDA, Takeyuki. Diaspora and the ethnic identity: Japanese Brazilian return migration and the formation of Nikkei transnational communities. **Asian Ethnicity**, Londres, v. 12, n. 2, p. 125-143, 2011.

TSUDA, Takeyuki. **The motivation to migrate**: the ethnic and sociocultural constitution of the Japanese-Brazilian return-migration system. Tese (Doutorado em Antropologia) - University of Chicago, Chicago, 1999.

TUGE, Hideomi (ed.). **Historical Development of Science and Technology in Japan**. Tóquio: Kokusai Bunka Shinkokai, 1961.

WIKIPÉDIA. **Tokugawa Ieyasu**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tokugawa_Ieyasu. Acesso em: 03 abr. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/rafaelferreira/disciplinas/estudo-de-caso-robert-yin/view>. Acesso em: 03 maio 2025.

YONAHA, Tábata Quintana. O reconhecimento do Português Língua de Herança no Japão como um direito humano linguístico. *Horizontes de Linguística Aplicada*, ano 21, n. 2, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/42642>. Acesso em: 11 maio 2025.

ANEXOS

Anexo A – Biombo Nanban – "Bárbaros do Sul"

Biombo Nanban – "Bárbaros do Sul"

Representações artísticas japonesas do século XVI retratam a chegada dos portugueses, conhecidos como "Nanbanjin" (bárbaros do sul)

Fonte: VortexMag

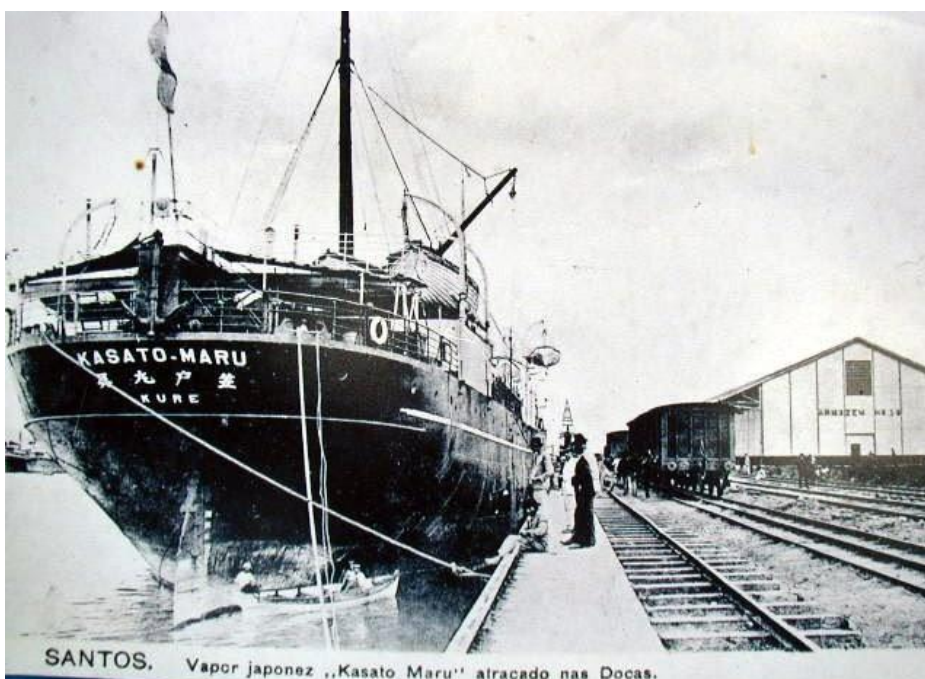
Anexo B – Capa da "Arte da Lingoa de Iapam" (1604)

Capa da "Arte da Lingoa de Iapam" (1604)

A imagem apresentada é a capa original da obra "Arte da Lingoa de Iapam", compilada pelo missionário jesuíta português Padre João Rodrigues em 1604. Esta gramática, publicada em Nagasaki, é reconhecida como a primeira tentativa sistemática de descrever a língua japonesa em uma língua ocidental.

Fonte: *Arte da Lingoa de Iapam composta pelo Padre João Rodriguez, Portuguez da Companhia de Iesv dividida em tres livros*. Nangasacki: Collegio de Iapão da Companhia de Iesv, 1604.

Anexo C – Navio Kasato Maru atracado no cais do Armazém 14 da Companhia Docas de Santos, em 18 de junho de 1908, trazendo os primeiros 781 imigrantes japoneses ao Brasil.



Navio Kasato Maru atracado no cais do Armazém 14 da Companhia Docas de Santos, em 18 de junho de 1908, trazendo os primeiros 781 imigrantes japoneses ao Brasil.

Fonte: O cartão-postal original de 1908 está disponível no acervo digital do site Novo Milênio: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos088.htm>

Anexo D – Família de imigrantes japoneses em uma plantação de banana no Brasil, por volta de 1930.



Família de imigrantes japoneses em uma plantação de banana no Brasil, por volta de 1930.

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

Anexo E – Placas traduzidas para o português na cidade de Toyota, local de grande concentração de brasileiros.



Placas traduzidas para o português na cidade de Toyota, local de grande concentração de brasileiros.

Fonte: arquivo pessoal.

Anexo F – Escola Alegria de Saber (EAS), unidade da cidade de Toyota.



Escola Alegria de Saber (EAS), unidade da cidade de Toyota.
Formatura do Ensino Médio.

Fonte: <https://painel.alegriadesaber.jp/unidades/unidade-i-eas-toyota/>

Anexo G – Escola Alegria de Saber. Festa Junina, comemorações da cultura brasileira.



Escola Alegria de Saber. Festa Junina, comemorações da cultura brasileira.

Fonte: <https://painel.alegriadesaber.jp/unidades/unidade-i-eas-toyota/>

Anexo H – Espaço Simplifica. Entidade educacional que oferece curso de PLH.



Espaço Simplifica. Entidade educacional que oferece curso de PLH.

Fonte: <https://portalmie.com/atualidade/2017/07/espasim-espaco-simplifica-ensinando-com-amor-e-dedicacao/>

Anexo I – Estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Chubu.



保育現場のニーズでもあるポルトガル語は、学生の半分以上が履修! 英語はもちろん、ドイツ語、フランス語、韓国語などの語学が充実!

Estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Chubu.

Fonte: <https://www.chubu.ac.jp/academics/education/early-childhood/>

Anexo J – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO.

Japão, Nagoya-shi
13 de janeiro de 2022

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO**PERSPETIVAS DO ENSINO DO PORTUGUÊS DO BRASIL
NO JAPÃO, NA CONTEMPORANEIDADE**

Este questionário é referente a uma pesquisa acadêmica que busca investigar aspectos do ensino da língua portuguesa. Os resultados serão utilizados no desenvolvimento de uma dissertação para conclusão do curso de Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa pela Universidade Aberta de Portugal.

O tema da investigação intitula-se “ Perspetivas do Ensino do Português do Brasil no Japão, na Contemporaneidade”.

O propósito desta pesquisa é compreender a visão e os interesses que os alunos japoneses possuem sobre: língua portuguesa, Brasil, cultura brasileira e a comunidade brasileira que reside no Japão.

O procedimento é voluntário, através do preenchimento deste questionário. Não há respostas certas ou erradas, o intuito é apenas coletar informações. A participação é totalmente anônima, os resultados serão usados na pesquisa e eventualmente em outros artigos da área de estudo no futuro.

A seguir, responda por favor todas as questões de forma espontânea, sua opinião sincera é muito relevante nesta pesquisa, você não será avaliado ou julgado por suas respostas.

Muito obrigada.

Patrícia Dias Hadama

DATA: __/__/____

QUESTIONÁRIO DE PESQUIDA DE CAMPO**1. SEXO:**

- FEMININO
- MASCULINO
- PREFIRO NÃO RESPONDER

2. IDADE:

- 17 – 19
- 20 – 22
- 23 – 24
- 24 – 26

3. COMO VOCÊ CLASSIFICA O SEU NÍVEL DE PORTUGUÊS?

- BÁSICO
- INTERMEDIÁRIO
- AVANÇADO

4. HÁ QUANTO TEMPO ESTUDA A LÍNGUA PORTUGUESA?

- 2 – 4 MESES
- 5 – 7 MESES
- MAIS DE 8 MESES

5. DENTRO DOS SEUS CONHECIMENTOS, QUAIS RELAÇÃO DIPLOMÁTICAS E COMERCIAIS O BRASIL E O JAPÃO POSSUEM? MARQUE QUANTAS ALTERNATIVAS DESEJAR.

- LONGA, DESDE A MIGRAÇÃO DOS JAPONESES PARA O BRASIL NO SÉCULO XX E O MAIS RECENTE MOVIMENTO IMIGRATÓRIO DE BRASILEIROS PARA O JAPÃO NA DÉCADA DE 80.
- RECENTE, COM ACORDOS DE TRABALHO ONDE BRASILEIROS MIGRAM AO JAPÃO PARA TRABALHAR COMO OPERÁRIOS NAS FÁBRICAS.
- RELAÇÕES COMERCIAIS DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS.
- EXPANSÃO DE EMPRESAS JAPONESAS NO BRASIL.

6. VOCÊ TEM CONHECIMENTO DE QUE EXISTE UMA GRANDE COMUNIDADE BRASILEIRA QUE VIVE NO JAPÃO?

- SIM
- NÃO

7. OS BRASILEIROS DESCENDENTES DE JAPONESES QUE VIVEM NO JAPÃO POSSUEM UM POUCO DA CULTURA JAPONESA?

- () NÃO, SÃO COMO OUTROS ESTRANGEIROS.
- () SIM, POR SEREM EM SUA MAIORIA DESCENDENTES DE JAPONESES POSSUEM UM COMPORTAMENTO UM POUCO SEMELHANTE AO DOS JAPONESES.

8. EXISTEM BRASILEIROS DESCENDENTES DE JAPONESES QUE POSSUEM A MESMA APARÊNCIA FÍSICA DE UM JAPONÊS, MAS AINDA ASSIM SÃO BRASILEIROS POIS NASCERAM E VIVERAM NO BRASIL. VOCÊ SE SENTE MAIS PRÓXIMO (À VONTADE) COM ESTES BRASILEIROS QUE POSSUEM APARÊNCIA MAIS PRÓXIMA DE UM JAPONÊS?

- () SIM, EU ME SINTO MAIS PRÓXIMO PORQUE POSSUEM A APARÊNCIA MAIS FAMILIAR.
- () NÃO, A APARÊNCIA NÃO OS TORNA MAIS PRÓXIMOS POIS SÃO CULTURALMENTE DIFERENTES.

9. VOCÊ CONHECE OU JÁ CONHECEU ALGUM BRASILEIRO NO JAPÃO?

- () NÃO CONHEÇO.
- () SIM, UM BRASILEIRO.
- () SIM, CONHEÇO ALGUNS BRASILEIROS.

10. ANTES DE INICIAR O CURSO DE PORTUGUÊS, O QUE VOCÊ CONHECIA SOBRE A CULTURA BRASILEIRA? MARQUE QUANTAS OPÇÕES DESEJAR.

- () CULINÁRIA
- () ESPORTE
- () MÚSICA
- () COMUNIDADE BRASILEIRA NO JAPÃO
- () NOTICIÁRIOS
- () OUTRO, ESPECIFIQUE: _____

11. QUAL É O SEU MAIOR INTERESSE NA CULTURA BRASILEIRA?

- () PESSOAS
- () MÚSICA
- () CULINÁRIA
- () ESPORTE
- () DANÇA
- () LÍNGUA PORTUGUESA
- () OUTRO, ESPECIFIQUE: _____

**12. O QUE É MAIS MARCANTE NA IMAGEM DO BRASIL?
MARQUE QUANTAS OPÇÕES DESEJAR.**

- BELEZAS NATURAIS DO PAÍS
- SAMBA / CARNAVAL
- FUTEBOL
- MÚSICA / BOSSA NOVA
- AMAZÔNIA
- CAFÉ
- CHURRASCO
- OUTRO, ESPECIFIQUE: _____

**13. QUAL TRAÇO DE PERSONALIDADE É MAIS MARCANTE NOS BRASILEIROS?
MARQUE APENAS UMA OPÇÃO.**

- SIMPÁTICOS
- ALEGRES
- EXTRAVAGANTES
- BARULHENTOS
- INDISCIPLINADOS
- OUTRO, ESPECIFIQUE: _____

**14. VOCÊ TEM CONHECIMENTO DE QUE A LÍNGUA PORTUGUESA É MUITO
DISSEMINADA PELO MUNDO EM VÁRIOS PAÍSES? SE SIM, QUAIS?**

- SIM, _____
- NÃO

**15. VOCÊ ACHA QUE APRENDER PORTUGUÊS AJUDARÁ EM SEU TRABALHO NO
FUTURO?**

- SIM
- NÃO
- UM POUCO

16. ESTUDA OU JÁ ESTUDOU OUTRA LÍNGUA? SE SIM, QUAL?

- SIM, EU ESTUDO /ESTUDEI: _____
- NÃO

17. JÁ VIAJOU PARA OUTROS PAÍSES? QUAIS?

- SIM, JÁ VIAJEI PARA _____
- NÃO

18. QUAL É A SUA OPINIÃO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA? MARQUE APENAS UMA RESPOSTA EM CADA LETRA.

- | | |
|---|--|
| a)
<input type="checkbox"/> FÁCIL
<input type="checkbox"/> DIFÍCIL | d)
<input type="checkbox"/> FÁCIL DE PRONUNCIAR
<input type="checkbox"/> DIFÍCIL DE PRONUNCIAR |
| b)
<input type="checkbox"/> INTERESSANTE
<input type="checkbox"/> DESINTERESSANTE | e)
<input type="checkbox"/> FÁCIL DE ESCREVER
<input type="checkbox"/> DIFÍCIL DE ESCREVER |
| c)
<input type="checkbox"/> AGRADÁVEL DE OUVIR
<input type="checkbox"/> DESAGRADÁVEL DE OUVIR | f)
<input type="checkbox"/> GRAMÁTICA FÁCIL
<input type="checkbox"/> GRAMÁTICA DIFÍCIL |

Questionário: instrumento de recolha com 18 perguntas objetivas, impressas e redigidas em Língua Portuguesa e Língua Japonesa.
Fonte: arquivo pessoal.